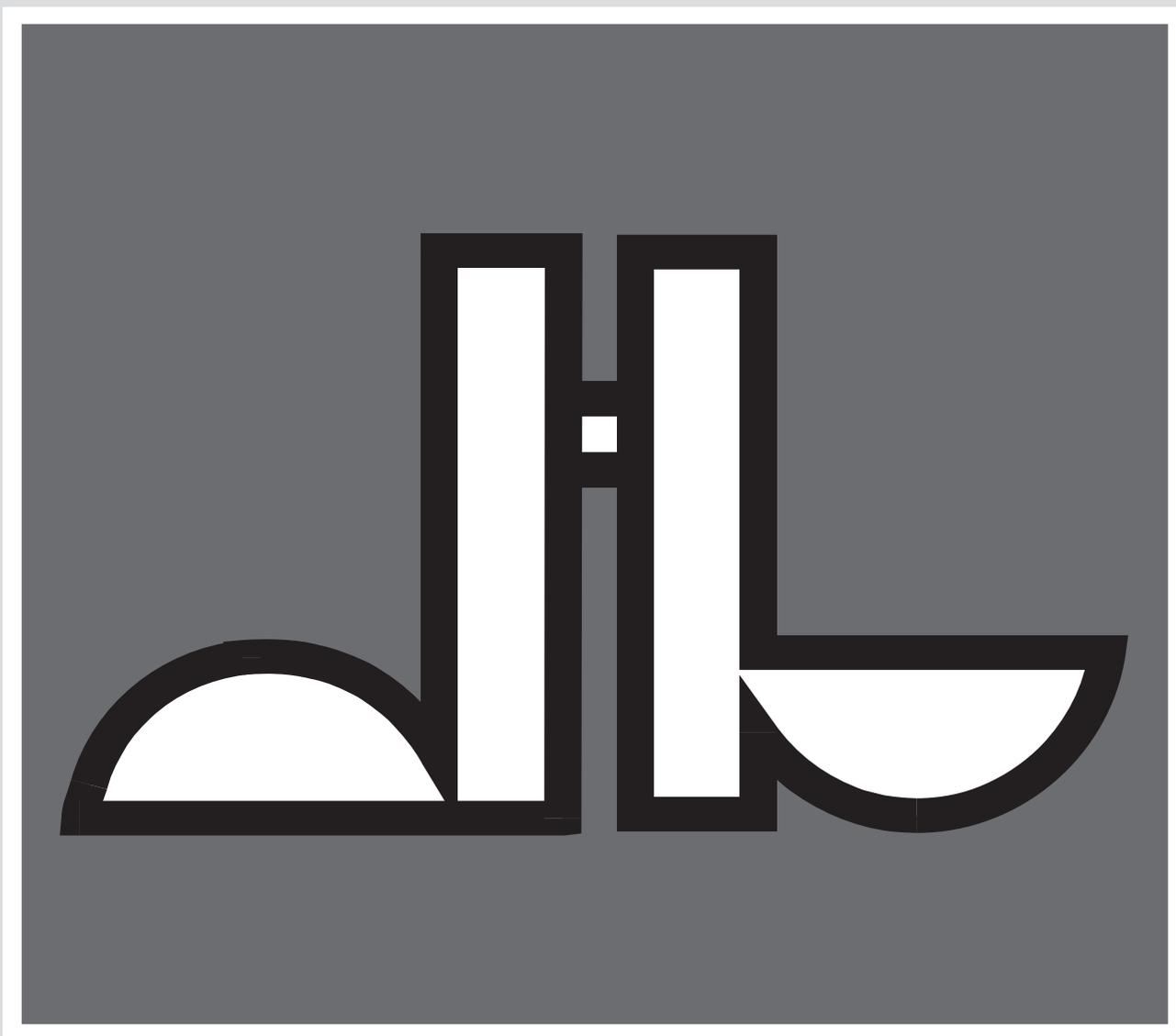




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXIII - Nº 016 - QUINTA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 2008 -BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **GARIBALDI ALVES FILHO** – PMDB – RN

1º Vice-Presidente

Deputado **NARCIO RODRIGUES** – PSDB – MG

2º Vice-Presidente

Senador **ALVARO DIAS** – PSDB – PR

1º Secretário

Deputado **OSMAR SERRAGLIO** – PMDB – PR

2º Secretário

Senador **GERSON CAMATA** – PMDB – ES

3º Secretário

Deputado **WALDEMIR MOKA** – PMDB – MS

4º Secretário

Senador **MAGNO MALTA** – PR – ES

CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 11.803, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008

Altera a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.179-36, de 24 de agosto de 2001; dispõe sobre a utilização do superávit financeiro em 31 de dezembro de 2007 e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 435, de 2008, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a carteira de títulos mantida pelo Banco Central do Brasil para fins de condução da política monetária, sobre o resultado financeiro das operações com reservas e derivativos cambiais, sobre as sistemáticas de pagamento e de compensação de valores envolvendo a moeda brasileira em transações externas e sobre a utilização do superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional em 31 de dezembro de 2007.

Art. 2º Os arts. 1º e 3º da Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, passam a vigorar acrescidos dos seguintes incisos:

“Art. 1º

IX – assegurar ao Banco Central do Brasil a manutenção de carteira de títulos da dívida pública em dimensões adequadas à execução da política monetária.
.....(NR)”

“Art. 3º

VIII – direta, sem contrapartida financeira, mediante expressa autorização do Ministro de Estado da Fazenda, na hipótese de que trata o inciso IX do **caput** do art. 1º desta Lei.
.....(NR)”

Art. 3º Os valores pagos na forma do inciso I do **caput** do art. 2º da Medida Provisória nº 2.179-36, de 24 de agosto de 2001, serão destinados exclusivamente ao pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, devendo ser paga, prioritariamente, aquela existente no Banco Central do Brasil.

Art. 4º A constituição de reservas prevista no **caput** do art. 2º da Medida Provisória nº 2.179-36, de 24 de agosto de 2001, não poderá ser superior a 25% (vinte e cinco por cento) da soma entre o resultado apurado no balanço do Banco Central do Brasil e o resultado do cálculo definido no art. 6º desta Lei.

Art. 5º Para pagamento dos valores a que se referem o inciso II do **caput** do art. 2º, o art. 4º, o § 1º do art. 7º e o art. 9º da Medida Provisória nº 2.179-36, de 24 de agosto de 2001, e o inciso II do **caput** do art. 6º desta Lei, poderão ser emitidos títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna adequados aos fins de política monetária, com características definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Art. 6º O resultado financeiro das operações com reservas cambiais depositadas no Banco Central do Brasil e das operações com derivativos cambiais por ele realizadas no mercado interno, conforme apurado em seu balanço, será considerado:

I – se positivo, obrigação do Banco Central do Brasil com a União, devendo ser objeto de pagamento até o 10º (décimo) dia útil subsequente ao da aprovação do balanço pelo Conselho Monetário Nacional; e

II – se negativo, obrigação da União com o Banco Central do Brasil, devendo ser objeto de pagamento até o 10º (décimo) dia útil do exercício subsequente ao da aprovação do balanço pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – resultado financeiro das operações com reservas cambiais depositadas no Banco Central do Brasil: o produto entre o estoque de reservas cambiais, apurado em reais, e a diferença entre sua taxa média ponderada de rentabilidade, em reais, e a taxa média ponderada do passivo do Banco Central do Brasil, nele incluído seu patrimônio líquido; e

II – resultado financeiro das operações com derivativos cambiais realizadas pelo Banco Central do Brasil no mercado interno: a soma dos valores referentes aos ajustes periódicos dos contratos de derivativos cambiais firmados pelo Banco Central do Brasil no mercado interno, apurados por câmara ou prestador de serviços de compensação, liquidação e custódia.

§ 2º O resultado financeiro das operações referidas no **caput** deste artigo será apurado diariamente e acumulado para fins de compensação e liquidação entre as partes, equivalendo o período de apuração ao definido para o balanço do Banco Central do Brasil.

§ 3º Os valores pagos na forma do inciso I do **caput** deste artigo serão destinados exclusivamente ao pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, devendo ser paga, prioritariamente, aquela existente no Banco Central do Brasil.

§ 4º Durante o período compreendido entre a data da apuração do balanço do Banco Central do Brasil e a data do efetivo pagamento, os valores das obrigações referidas nos incisos I e II do **caput** deste artigo terão remuneração idêntica àquela aplicada às disponibilidades de caixa da União depositadas no Banco Central do Brasil.

Art. 7º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a manter contas de depósito em reais tituladas por bancos centrais estrangeiros e por instituições domiciliadas ou com sede no exterior que prestem serviços de compensação, liquidação e custódia no mercado internacional.

Art. 8º Os bancos autorizados a operar no mercado de câmbio do País poderão dar cumprimento a ordens de pagamento em reais recebidas do exterior, mediante a utilização de recursos em reais mantidos em contas de depósito de titularidade de instituições bancárias domiciliadas ou com sede no exterior.

Parágrafo único. O cumprimento das ordens de pagamento de que trata o **caput** deste artigo obedecerá às disposições legais e regulamentares relativas às transferências internacionais em reais.

Art. 9º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a abrir crédito ao Banco Central da República Argentina, até o limite de US\$ 120,000,000.00 (cento e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), sob a forma de margem de contingência reciprocamente concedida no âmbito do Sistema de Pagamentos em Moedas Locais – SML.

Parágrafo único. O funcionamento da margem de contingência referida no **caput** deste artigo obedecerá à disciplina contida em convênio bilateral entre os 2 (dois) bancos centrais.

Art. 10. Ato normativo conjunto do Banco Central do Brasil e do Ministério da Fazenda regulamentará os procedimentos necessários para a execução do disposto nos arts. 2º a 6º desta Lei.

§ 1º O Conselho Monetário Nacional regulamentará o disposto nos arts. 7º e 8º desta Lei.

§ 2º O Banco Central do Brasil regulamentará a utilização da margem de contingência a que se refere o art. 9º desta Lei.

Art. 11. O superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional em 31 de dezembro de 2007 poderá ser destinado à amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal interna.

Parágrafo único. O disposto no **caput** deste artigo não se aplica às fontes de recursos decorrentes de vinculação constitucional e de repartição de receitas a Estados e Municípios.

Art. 12. O disposto no art. 6º desta Lei aplica-se às operações realizadas a partir de 2 de janeiro de 2008.

Parágrafo único. O resultado financeiro líquido das operações realizadas até a data da publicação da Medida Provisória nº 435, de 26 de junho de 2008, será acumulado para fins de compensação e liquidação entre as partes, juntamente com o resultado financeiro das demais operações realizadas até 30 de junho de 2008.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 14. Ficam revogados os §§ 1º e 3º do art. 2º e o art. 10 da Medida Provisória nº 2.179-36, de 24 de agosto de 2001.

Congresso Nacional, 5 de novembro de 2008. – 187º da Independência e 120º da República, Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

LEI Nº 11.805, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2008

Constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e revoga a Medida Provisória nº 437, de 29 de julho de 2008.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 439, de 2008, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a União autorizada a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante de até R\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais) em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

§ 1º Para a cobertura do crédito de que trata o **caput** deste artigo, a União emitirá, sob a forma de colocação direta, em favor do BNDES, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, cujas características serão definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º Os títulos serão emitidos mantida a equivalência econômica com valor previsto no **caput** deste artigo.

§ 3º Em contrapartida ao crédito concedido nos termos do **caput** deste artigo, o BNDES poderá utilizar, a critério do Ministério da Fazenda, créditos detidos contra a BNDESPAR – BNDES Participações S.A.

§ 4º Fica assegurada ao Tesouro Nacional remuneração compatível com seu custo de captação externo em reais, para prazo equivalente ao dos créditos recebidos, na data da efetivação da concessão pela União do crédito ao BNDES.

Art. 2º O BNDES poderá recomprar da União, a qualquer tempo, os créditos referidos no § 3º do art. 1º desta Lei, admitindo-se a dação em pagamento de bens e direitos de sua propriedade, a critério do Ministro de Estado da Fazenda.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Medida Provisória nº 437, de 29 de julho de 2008.

Congresso Nacional, 6 de novembro de 2008. – 187º da Independência e 120º da República, Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 319, DE 2008

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.647/08 (LOA/2008) o subtítulo 26.782.1457.10KR.0015 – Construção de Trecho Rodoviário – Marabá – Altamira – na BR-230 – no Estado do Pará (UO 39.252).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.647/08 (LOA/2008) o subtítulo 26.782.1457.10KR.0015 – Construção de Trecho Rodoviário – Marabá – Altamira – na BR-230 – no Estado do Pará (UO 39.252).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 6 de novembro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 320, DE 2008

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.647/08 (LOA/2008) o Contrato nº PG-164/93-00, vinculado ao subtítulo – 26.782.1458.10IX.0031 – Adequação de Trecho Rodoviário – Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) – Entroncamento MG-020 – na BR-381 – no Estado de Minas Gerais (UO 39.252).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.647/08 (LOA/2008) o Contrato nº PG-164/93-00, vinculado ao subtítulo – 26.782.1458.10IX.0031 – Adequação de Trecho Rodoviário – Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) – Entroncamento MG-020 – na BR-381 – no Estado de Minas Gerais (UO 39.252).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 6 de novembro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 321, DE 2008

Inclui no Anexo VI da Lei nº 11.647, de 2008 (LOA/2008), o subtítulo “23.695.1166.10V0.0860 – Apoio a Projetos de Infra-estrutura Turística – Construção do Centro de Convenções – no Estado da Paraíba”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica incluído no Anexo VI da Lei nº 11.647, de 2008 (LOA/2008), o subtítulo 23.695.1166.10V0.0860 – Apoio a Projetos de Infra-estrutura Turística – Construção do Centro de Convenções – no Estado da Paraíba (UO 54.101).

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no art. 1º deste Decreto Legislativo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 6 de novembro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2008-CN

Acrescenta § 3º ao art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º O art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 26.
.....

§ 3º A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, criada após a entrada em vigência desta Resolução, terá direito a 3 (três) emendas de apropriação e a 3 (três) emendas de remanejamento:

I – a área temática da referida Comissão será:

- a) Infra-Estrutura;
- b) Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte;
- c) Justiça e Defesa;
- d) Saúde;
- e) Agricultura;

II – as subáreas temáticas serão:

- a) Ministério das Comunicações;
- b) Ministério da Ciência e Tecnologia;
- c) Ministério da Defesa;
- d) Ministério da Educação;
- e) Ministério da Saúde;
- f) Ministério da Agricultura.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 6 de novembro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 18ª SESSÃO CONJUNTA (SO-LENE), EM 5 DE NOVEMBRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar os vinte anos da promulgação da Constituição Federal da República Federativa do Brasil..... 3223

1.2.1 – Oradores

Deputado Arlindo Chinaglia (Presidente da Câmara dos Deputados) 3223

Ministro Gilmar Mendes (Presidente do Supremo Tribunal Federal)..... 3224

Senador Efraim Morais 3225

Deputado Mauro Benevides 3228

O Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva 3229

1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Garibaldi Alves Filho)

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 19ª SESSÃO CONJUNTA, EM 5 DE NOVEMBRO DE 2008

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Leitura de projeto de resolução

Nº 3, de 2008-CN, que altera os artigos 26, 44 e 47 da Resolução nº 1 de 2006-CN, bem como o seu anexo, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo, e dá outras providências..... 3245

2.2.2 – Leitura de Veto Presidencial

Veto Total nº 47, de 2008 (Mensagem nº 182/2008-CN), aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2005 (nº 4.827/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Musicoterapeuta. 3254

2.2.3 – Fala da Presidência

Solicitação, ao Presidente da Câmara dos Deputados, da indicação dos membros daquela Casa que deverão integrar a Comissão Mista destinada a relatar o Veto Total nº 47, de 2008, lido anteriormente; e comunicação de que o prazo para apreciação do veto encerrar-se-á em 5 de dezembro de 2008..... 3255

2.2.5 – Discursos do Expediente

DEPUTADO BRUNO ARAÚJO, como Líder – Prejuízo aos municípios brasileiros, que ficarão sujeitos à determinação de uma portaria ministerial para o efetivo empenho das emendas individuais dos Srs. Parlamentares..... 3256

2.2.6 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Sr. Deputado José Carlos Aleluia, sobre a interpretação do art. 8º do Regimento Comum, havendo o Sr. Senador Arthur Virgílio se manifestado e o Sr. Presidente (Garibaldi Alves Filho), respondido à mesma. 3257

2.2.7 – Discurso do Expediente (continuação)

DEPUTADO GILMAR MACHADO – Considerações sobre as ponderações suscitadas pelo Deputado Bruno Araújo. 3257

2.3 – Ordem do Dia

Item 1

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19, de 2008, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.187.217,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. **Aprovado.** À sanção. 3258

Item 2

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20, de 2008, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$ 5.870.000,00, para o fim que especifica. **Aprovado.** À sanção. 3261

Item 3

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 21, de 2008, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$ 204.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. **Aprovado,** após usar da palavra o Sr. José Carlos Aleluia. À sanção..... 3263

Item 4

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22, de 2008, que abre ao Orçamento de Investimento

<p>para 2008, em favor de empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$ 314.079.075,00, para os fins que especifica. Aprovado. À sanção.</p>	<p>3265</p>	<p>reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado. À sanção.</p>	<p>3295</p>
<p style="text-align: center;">Item 12</p>			
<p>Item 5 Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23, de 2008, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Turismo, e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 24.019.237,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências. Usam da palavra os Srs. José Carlos Aleluia, Pompeo de Mattos e Gilmar Machado.....</p>	<p>3280</p>	<p>Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 30, de 2008, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 2.557.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado. À sanção.</p>	<p>3298</p>
<p style="text-align: center;">Item 13</p>			
<p>Item 6 Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 24, de 2008, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 72.830.088,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado. À sanção.</p>	<p>3281</p>	<p>Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 31, de 2008, que altera o Anexo V da Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008. Aprovado o Substitutivo. À sanção.</p>	<p>3301</p>
<p style="text-align: center;">Item 14</p>			
<p>Item 7 Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 25, de 2008, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Cultura, crédito suplementar no valor global de R\$ 41.420.531,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado. À sanção.</p>	<p>3284</p>	<p>Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32, de 2008, que abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor de empresas do Grupo ELETROBRÁS, crédito suplementar no valor total de R\$ 780.749.368,00, para os fins que especifica. Aprovado. À sanção.....</p>	<p>3305</p>
<p style="text-align: center;">Item 15</p>			
<p>Item 8 Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26, de 2008, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 153.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências. Aprovado. À sanção.</p>	<p>3287</p>	<p>Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 33, de 2008, que abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor das empresas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. e Boa Vista Energia S.A., do Grupo ELETROBRÁS, crédito especial no valor total de R\$ 68.397.857,00, para o fim que especifica, e dá outras providências. Aprovado. À sanção.</p>	<p>3326</p>
<p style="text-align: center;">Item 17</p>			
<p>Item 9 Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 27, de 2008, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 1.300.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente. Aprovado, após usar da palavra o Sr. Pompeo de Mattos. À sanção.</p>	<p>3289</p>	<p>Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 37, de 2008, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 8.224.228,00, para o fim que especifica, e dá outras providências. Aprovado. À sanção.....</p>	<p>3232</p>
<p style="text-align: center;">Item 16</p>			
<p>Item 10 Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2008, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 2.851.796.868,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado. À sanção.</p>	<p>3291</p>	<p>Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 34, de 2008, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$ 66.900.000,00, para os fins que especifica. Aprovado. À sanção.....</p>	<p>3234</p>
<p style="text-align: center;">Item 18</p>			
<p>Item 11 Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2008, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$ 9.675.102,00, para</p>	<p></p>	<p>Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 45, de 2008, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$ 5.000.000,00, para o fim que especifica. Aprovado. À sanção.....</p>	<p>3237</p>
<p style="text-align: center;">Item 19</p>			
<p>Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2008, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$ 9.675.102,00, para</p>	<p></p>	<p>Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 46, de 2008, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral, da Presidência da República e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito</p>	<p></p>

suplementar no valor global de R\$ 5.829.976,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. **Aprovado** com voto contrário dos Srs. José Carlos Aleluia, Flexa Ribeiro e Eduardo Sciarra, após usarem da palavra os Srs. José Carlos Aleluia e Gilmar Machado. À sanção.

3339

Item 20

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 47, de 2008, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 167.400.000,00, para o fim que especifica. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. José Carlos Aleluia e Rodrigo Rollemberg. À sanção.

3350

Item 5 (continuação)

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23, de 2008, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Turismo, e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 24.019.237,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências. **Aprovado o Substitutivo** com voto contrário dos Srs. Flexa Ribeiro. À sanção. ...

3352

Item extrapauta (Incluído na pauta nos termos dos Requerimentos nºs 116 e 117, de

2008-CN, de urgência, lidos e aprovados nesta oportunidade)

Projeto de Resolução nº 5, de 2007-CN, que altera o § 2º do art. 26 da Resolução nº 1 de 2006-CN, bem como o seu anexo, que “dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo”, e dá outras providências. **Aprovado o Substitutivo**. Às Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para a redação final.

3361

Redação final do Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 5, de 2007-CN. **Aprovada**. À promulgação.

3363

2.4 – ENCERRAMENTO

CONGRESSO NACIONAL**3 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****4 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****5 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL****6 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata Da 18ª Sessão Conjunta (Solene), Em 5 de Novembro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Garibaldi Alves Filho

(Inicia-se a Sessão às 10 horas e 54 minutos, e encerra-se às 12 horas e 23 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar os 20 anos da promulgação da Constituição Federal da República Federativa do Brasil.

Honra-nos com a sua presença nesta solenidade o Exmº Sr. Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

Compõem também a Mesa Diretora o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia; o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes; o Exmº Vice-Presidente da República, Sr. José Alencar Gomes da Silva; o Sr. 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Osmar Serraglio; o Sr. Deputado Inocêncio Oliveira, representando o Sr. 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Convido todos os Parlamentares e autoridades presentes para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional, que será cantado pelo Coral do Senado Federal, sob a regência da maestrina Glicínia Mendes.

(É executado o Hino Nacional. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Assistiremos agora a um vídeo institucional alusivo à Constituinte, produzido pela *TV Câmara*.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Agradeço à Exmª Srª Governadora de Estado do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria, a presença. S.Exª foi integrante da Assembléia Nacional Constituinte. *(Palmas.)*

Agradeço também aos Srs. Ministros de Estado e autoridades diplomáticas a presença.

Destaco entre nós a presença do ex-Presidente da República José Sarney. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Arlindo Chinaglia. PT-SP) – Exmº Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado e da Mesa do Congresso Nacional; Exmº Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, que nos honra com a sua presença; Exmº Sr. Ministro Gilmar Ferreira Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal, que também nos honra com a sua presença; Exmº Sr. José Alencar Gomes da Silva, Vice-Presidente da República Federativa do Brasil; Exmº Sr. Nelson Jobim, Ministro de Estado da Defesa; Exmº Sr. José Múcio Monteiro Filho, Ministro da Secretaria de Assuntos Institucionais da Presidência da República; Exmº Sr. Jorge Hage Sobrinho, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União; Exmº Sr. Vice-Almirante Eduardo Bacelar Leal Ferreira, Comandante do 7ª Distrito Naval e representante do Comandante da Marinha; Exmº Sr. General-de-Divisão Sinclair James Mayer, representante do Comandante do Exército; Exmº Sr. Major-Brigadeiro-do-Ar Whitney Lacerda de Freitas, representante do Comandante da Aeronáutica; Exmª Srª Wilma de Faria, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte; Exmª Srª Estefânia Viveiros, Presidenta da OAB do Distrito Federal; Exmªs. Srªs. Deputadas Federais e Exmºs. Srs. Deputados Federais; Exmªs. Srªs. Senadoras e Exmºs. Srs. Senadores; Exmªs. Srªs. Deputadas Federais Constituintes; Exmºs. Srs. Deputados Constituintes; Exmºs. Srªs. Senadoras Constituintes, Exmºs. Srs. Senadores Constituintes; Exmº Sr. Senador Efraim Morais, Primeiro Secretário do Senado Federal; Exmº Sr. Deputado Osmar Serraglio, Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados; Exmº Sr. Deputado Mauro Benevides, que falará também nesta sessão; Exmº Sr. José Sarney, ex-Presidente da República *(palmas)*; demais autoridades presentes, corpo diplomático: esta sessão solene do Congresso Nacional faz parte de um conjunto de iniciativas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para recuperarmos o momento histórico da Constituinte de 1988, convocada no ano de 1985.

Cometeríamos terrível erro se imaginássemos que a Assembléia Nacional Constituinte se resumiu

ao inesquecível e histórico trabalho feito pelos Constituintes. Sabem os Constituintes, mais do que ninguém, que a realização dessa memorável tarefa foi possível porque houve a decisiva participação do povo brasileiro, participe de uma luta que tinha como um dos pontos centrais a redemocratização do nosso País. E podemos citar como exemplo a campanha pela anistia, desencadeada em período imediatamente anterior ao processo constituinte.

Da mesma maneira, a extinção dos partidos políticos levou aos Constituintes a fazer avançar a legislação brasileira, dando à sociedade a oportunidade de criar ou de extinguir partidos, segundo sua própria necessidade e vontade.

É por isso que reconhecemos o trabalho dos Constituintes e os homenageamos, exatamente por terem tido a capacidade de produzir consensos e de votar quando esses consensos não eram possíveis para fazer prevalecer a vontade da maioria. E, em prevalecendo a vontade da maioria, fizeram dessa prática o embrião da própria Constituição brasileira.

A Constituição brasileira produziu um texto que hoje amadureceu com as mudanças previstas pelos Constituintes, que estabeleceram a exigência de elas serem aprovadas, em 2 turnos, por três quintos dos membros de ambas as Casas. Portanto, as mudanças não anulam o trabalho feito. Ao contrário, elas o referendam, elas o complementam, porque foram previstas.

Toda vez que percebemos a necessidade de mudanças, até para que haja a mais perfeita e sintonia entre os Poderes, embora eles sejam independentes e harmônicos entre si, surge a idéia de uma nova Constituinte. E, sabendo que a Constituinte foi um momento histórico, pensarmos que uma nova Constituinte nos obrigaria a reexaminar, inclusive, o presente momento histórico. Ou seja, a Constituinte que veio embalada pela luta do povo brasileiro pela redemocratização, em conseqüência do golpe de 1964, tem uma raiz que não é encontrada em outros momentos da História.

É por isso que jamais deixaremos de reconhecer o trabalho desenvolvido pelos Deputados e Senadores Constituintes, ao produzirem um texto capaz de dar conta a situações institucionais que o Brasil viveu nos anos seguintes.

Alguns dos Constituintes, como o próprio Presidente Lula, utilizam-se da experiência que tiveram naquele momento mágico do Brasil como reflexão, seguramente, e também para dar continuidade às suas respectivas funções.

E os Constituintes de então, hoje no exercício de outras atividades fora do Parlamento, fora do Executivo, fora do Judiciário, sabem que têm a vida marcada por terem marcado igualmente a história do Brasil. Sa-

bem que buscaram fazer o que era possível – e isso também foi resultado do aprendizado democrático da negociação – e, em conseqüência, têm a consciência em paz.

Nós, Parlamentares de hoje, nas comemorações dos 20 anos da Constituição, buscamos não apenas a homenagem formal, mas estar em permanente sintonia com as aspirações populares, porque não há caminho mais seguro, não há maior legitimidade para o Parlamento em qualquer país, a começar pelo nosso, do que estar à altura do povo que representa. Até porque quando trabalhamos bem, quando estamos à altura da representação, temos de ter a consciência de que a representação jamais pode significar substituição. Ou seja, aprendemos com o processo constituinte. Esta Casa tem de ser tomada politicamente pelas aspirações da sociedade brasileira.

Ao realizar esta sessão solene do Congresso Nacional, buscamos recuperar na memória e também nas nossas convicções o que há de mais nobre na atividade de representar o povo.

Quero, neste momento, em nome da Câmara dos Deputados, homenagear todos os Constituintes, o povo brasileiro, e dizer que é nosso dever, é nosso mister, é nossa obrigação, é nossa intenção, ainda que não consigamos, dar continuidade ao trabalho de representar, de atuar em conjunto com a sociedade.

Portanto, nossas homenagens e nosso compromisso em defesa do Brasil.

Obrigado a todos pela presença! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Quero registrar a presença dos representantes dos Comandos da Marinha, da Aeronáutica e do Exército.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes. (*Palmas.*)

O SR. MINISTRO GILMAR MENDES – Exmº Sr. Presidente da República, Luiz Inácio da Silva; Exmº Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar, Exmº Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional; Exmº Sr. Deputado Arlindo Chinaglia, Presidente do Câmara dos Deputados; Srs. Parlamentares, Srs. Constituintes, demais integrantes da Mesa, minhas senhoras, meus senhores, é com imensa honra que, em nome do Supremo Tribunal Federal, participamos desta homenagem aos Constituintes e ao processo constituinte brasileiro.

Todos sabemos das dificuldades que marcaram aquele processo e também dos prognósticos não exatamente animadores que se faziam em relação a esta Constituição – Constituição bastante analítica e deta-

lhada e que, por isso mesmo, exigiria mudanças; alguns até diziam que talvez levasse a uma ruptura.

Em sua *Engenharia Constitucional*, Giovanni Sartori, politólogo italiano, dizia que escolhemos a forma equivocada de fazer a Constituição e que isso não levaria a bons resultados. Mas é interessante – e eu sempre me lembro de uma passagem que me foi contada pelo Senador Marco Maciel a propósito também do homem comum sobre a feitura do texto constitucional de 1988. Contou-me Marco Maciel que, já no final do processo constituinte, saía ele da chapelaria do Congresso Nacional para ir ao Ministério da Justiça discutir algum aspecto ligado ao processo constituinte. O motorista, por uma razão qualquer, atrasou-se, e ele tomou um táxi. E o taxista, então, entabulou com ele uma conversa bastante singular. Disse-lhe o taxista: “*Senador, esta Constituição está toda errada*”. E o Senador quis saber o porquê. Ele disse: “*Porque eu vejo todo dia pessoas chegarem ao Congresso dizendo que vêm pedir alguma coisa, que querem colocar algum pleito na Constituição, e, depois, elas saem contentes, dizendo que o pleito foi acolhido. Essa Constituição está toda errada, Senador, porque está tratando do índio, do garimpeiro e do seringueiro, mas ainda não tratou do taxista*”.

Essa Constituição, com complexa arquitetura, é a que tivemos de aplicar, já o disse bem o Deputado Arlindo Chinaglia. Ela própria previu a revisão regular por três quintos dos membros das duas Casas, em 2 turnos, mas observando as cláusulas pétreas do art. 60, § 4º. Previu uma revisão especial – que teve como Relator-Geral Nelson Jobim – e da qual não resultou grandes mudanças. Mas essa Constituição vem sendo adaptada. O processo constituinte não se encerrou em 5 de outubro. Ele continua.

O Supremo Tribunal Federal tem sido ativo – alguns dizem ativíssimo – intérprete do texto constitucional, inclusive no que concerne as cláusulas pétreas.

O debate sobre a aprovação das emendas constitucionais normalmente não se encerra no Congresso Nacional, porque sempre há impugnações perante o Supremo Tribunal Federal.

O Brasil hoje talvez seja, das nações democráticas do mundo, aquela que apresenta de forma muito expressiva casos emblemáticos de declaração de inconstitucionalidade de emendas constitucionais. E esse é um dado positivo da nossa vida democrática.

Temos, sim, algo a comemorar. Estamos a comemorar 20 anos de normalidade institucional, em contextos muitas vezes difíceis. Crises econômicas, crises financeiras, *impeachment*, graves casos de corrupção, tudo tem sido tratado dentro dos marcos institucionais.

É o mais longo período de normalidade institucional da vida republicana, e isso nós devemos celebrar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Quero destacar a presença entre nós do Deputado Paes de Andrade, ex-Presidente da Câmara dos Deputados e integrante da Assembléia Nacional Constituinte. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM-PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Congresso Nacional; Exmº Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil; Exmº Sr. Deputado Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara dos Deputados; Exmº Sr. Gilmar Ferreira Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Exmº Sr. José Alencar Gomes da Silva, Vice-Presidente da República Federativa do Brasil; Exmºs. Srs. Deputados Federais Osmar Serraglio, 1º Secretário da Câmara dos Deputados, e Inocêncio Oliveira, 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional; Exmºs. Srs. Ministros Nelson Jobim e José Múcio Monteiro, na pessoa de quem saúdo todos os Ministros presentes; Exmª Srª Wilma de Faria, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, na pessoa de quem saúdo todos os Governadores presentes; Srs. Prefeitos, Srs. Vereadores, Exmªs. Srªs. e Srs. Senadores, Srªs. e Srs. Senadores Constituintes, Exmªs. Srªs. e Srs. Deputados Federais, Srªs. e Srs. Deputados Federais Constituintes, minhas senhoras, meus senhores: a promulgação de uma Constituição é sempre marco inaugural de uma nova era na história de um país. É, portanto, bem mais que um ato político isolado, ainda que grandioso. É um recomeço.

A Constituição de 1988, com todas as suas deficiências e limitações, marcou o reencontro do Brasil com a democracia. Depois de duas décadas de regime autoritário, que estabeleceu uma divisão política no País, selava-se novo pacto social e político, simbolizado na nova Carta.

Não era a primeira vez que isso acontecia.

Desde o início da República, haviam sido promulgadas nada menos do que 5 Constituições, 5 pactos políticos que não se sustentaram: a de 1891 (que inaugurou a República), a de 1934, a de 1937, a de 1946 e a de 1967.

Cada uma dessas Constituições representou uma era nova na história republicana. A mais longa – e também uma das mais turbulentas – foi exatamente a primeira, a de 1891, que durou 43 anos, marcada por

insurreições militares, estados de sítio, desgaste moral das instituições, e desaguou na Revolução de 1930.

Correspondeu, Sr. Presidente, à transição do Brasil agrícola – com sinais ainda nítidos do Brasil escravagista – para o Brasil industrial, urbano, com suas transformações sociais, comportamentais, econômicas e políticas.

A de 1934, que marcou o advento do voto feminino, durou pouco – apenas 3 anos. Foi revogada pelo regime autoritário do Estado Novo, que outorgou uma nova Carta Magna, a de 1937, de inspiração fascista, que vigeria ao longo de todo aquele período, que durou 8 anos, sob o comando de Getúlio Vargas.

A Constituição de 1946, promulgada um ano após o triunfo aliado na Segunda Guerra Mundial – em que o Brasil combateu o nazi-fascismo -, foi o reencontro do País com a democracia. Como esta, de 1988.

Foi período relativamente curto: 18 anos. Período marcado pelas turbulências da Guerra Fria, inaugurada no imediato pós-guerra, impondo o conflito ideológico capitalismo *versus* comunismo, que, no Brasil, desaguaria no movimento militar de 1964.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Sr^{as}. e Srs. Deputados, o novo regime imporia sua Carta Magna em 1967, votada por um Congresso Constituinte desfigurado por numerosas cassações de mandato.

Em 1969, após a morte do Presidente Costa e Silva – e já sob a vigência do Ato Institucional nº 5 -, a Junta Militar, que governou por alguns meses o País, promulgou a Emenda nº 1, que, por sua extensão e abrangência, correspondia praticamente a uma nova Carta.

E foi sob esta Carta, já sem o AI-5, que, em 1986, foi eleito um Congresso Constituinte que promulgaria a Constituição de 1988, cujas duas primeiras décadas de existência hoje celebramos.

A passagem desta data aniversária enseja amplas e profundas reflexões sobre o momento institucional brasileiro.

Desde sua promulgação, é esta provavelmente a Constituição que mais críticas recebeu em toda a história do Brasil, tendo sido considerada por todos os Governos que com ela conviveram, desde o primeiro até o atual, como fator de crise e ingovernabilidade.

Não é difícil entender por que isso aconteceu – e ainda acontece. A Constituição de 1988 foi elaborada num momento de profundas transformações políticas em todo o mundo.

O colapso do socialismo, que culminou com a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, estava já em pleno curso quando os Constituintes brasileiros discutiam os pormenores da atual Carta.

O País emergia de duas décadas de autoritarismo, em que não apenas questões como liberdade e democracia tinham sido duramente afrontadas, mas sobretudo a questão da justiça social e da concentração de renda.

Os Constituintes pretenderam, como se dizia na época – entre aspas -, “amarrar” ao máximo aquelas questões, na suposição de que era possível, por via de lei, abarcar e resolver todos os embates econômicos e sociais do País.

Até a taxa de juros pretendeu-se controlar na Constituição, o que não impediu que chegasse a patamares altíssimos naquela ocasião.

Supunha-se possível resgatar a dívida social por meio da Constituição. Resolver desníveis sociais por meio de lei. Disso resultou uma Carta excessivamente detalhista, que abarca numerosos dispositivos que melhor estariam na legislação ordinária.

Não é casual que os pontos considerados críticos nessa Carta sejam exatamente os referentes aos capítulos da Ordem Econômica e Financeira e da Organização do Estado.

É em torno deles que mais se concentraram as transformações decorrentes do fim da Guerra Fria. Passou-se a questionar em todo o mundo o papel do Estado, sua onipresença na vida econômica, seus custos e eficácia.

Dentro desse debate, chegou-se ao modelo neoliberal, oriundo do assim chamado Consenso de Washington, de 1989. Esse modelo proclamou as excelências do Estado mínimo e do livre mercado, e que hoje está também sob intenso bombardeio – inclusive aqui, no Brasil -, em face da presente crise do sistema financeiro internacional, cujos desdobramentos assustam e mobilizam todo o mundo globalizado.

Discute-se agora não mais a prevalência do mercado sobre o Estado ou o contrário disso, mas o papel de cada qual, os limites e funções indispensáveis ao reequilíbrio da economia e à retomada do desenvolvimento.

A Constituição de 1988, ressalvadas suas qualidades indiscutíveis, como os sempre citados Capítulos dos Direitos e Garantias Individuais e o dos Direitos Sociais, tornou-se, na seqüência imediata de sua promulgação, objeto de copioso e ininterrupto processo de emendas.

Todos os partidos do espectro político-ideológico, da esquerda à direita, nos seus diversos matizes, associaram-se desde a origem às iniciativas de emendas à Carta, o que tornou inócuo o argumento de que a idéia de revisá-la configurava ação conspirativa estritamente conservadora.

Cada Governo que desde então se instalou, inclusive o atual, fez de sua reforma – ampla, geral e quase irrestrita – plataforma política prioritária.

O atual Governo, inclusive, já cogitou revogá-la mediante convocação de nova Assembléia Constituinte, parcial ou plena, de modo a torná-la contemporânea dos desafios de um mundo em vertiginosa mutação.

Com todos os seus defeitos, porém, a Constituição de 1988 tem também muitas qualidades. É uma das mais atualizadas quanto a Direitos e Garantias Individuais, tema que hoje comparece a todos os fóruns internacionais e que adquiriu peso paradigmático nas relações entre os países.

Por essa razão, foi batizada por Ulysses Guimarães de Constituição cidadã, expressão que muitas vezes é invocada para depreciá-la, mas que é o emblema da era que inaugurou e em que estamos: a era da cidadania.

Que há necessidade de revê-la e emendá-la, penso que não há muita dúvida. Praticamente todos os partidos, em graus variados, estão hoje de acordo quanto a isso.

Mas a própria Constituição mostra qual o caminho para alterá-la. Basta seguir o que estabelece o art. 60 e parágrafos: três quintos de dos votos da Câmara e Senado, em 2 turnos de votação em cada Casa, excetuadas as cláusulas pétreas.

Fora disso, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, tem-se a ilegalidade. Falar em miniconstituinte ou em qualquer outra fórmula que contorne os fundamentos do art. 60 e parágrafos constitui golpe contra a ordem constitucional.

Uma nova Constituinte só se justifica mediante ruptura da ordem constitucional vigente – e isso, felizmente, não está em nosso horizonte.

A Constituinte de 1988, com todas as suas limitações, foi suficientemente sábia para perceber o processo de mutação por que passava – e ainda passa – o mundo. Por isso, previu para 5 anos após a promulgação da Carta a instalação de um processo revisional.

Ali, sim, seria possível rever toda a Constituição por **quorum** simplificado de maioria absoluta, em votações unicamerais. Não houve, contudo, consenso político para que tal processo produzisse frutos.

De certa forma, acabou sendo positivo. Possivelmente, se a revisão tivesse ocorrido, a Carta teria absorvido fundamentos da doutrina neoliberal que então se proclamava única, tendo ensejado teses tais como a do fim da história, de Francis Fukuyama, hoje revista pelo próprio autor.

Vejo que o momento que atravessamos, repleto de desafios e vicissitudes, já não comportam ilusões

de formas prontas e acabadas. É momento de reflexão, de busca conjunta e saídas alternativas, de amplo ecumenismo de idéias.

A Constituição não pode estar sujeita ao vaivém dos programas políticos. Tem de estar acima de partidos e Governos. Daí a necessidade de **quorum** qualificado para alterá-la. Qualquer mudança, por mais necessária, tem de refletir consenso político, sedimentação na sociedade.

Não é a Constituição que se deve adaptar aos Governos, mas estes, sim, é que precisam ajustar seus programas e metas à ordem constitucional.

Infelizmente, porém, tem prevalecido o contrário: cada Governo que se instala procura adaptar a Constituição a seus programas, reformando-a obsessivamente.

Até aqui, são 58 emendas já apostas ao texto original, mais de mil propostas de emendas em tramitação neste Congresso Nacional e mais de 3.500 ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.

Creio que isso evidencia o que podemos chamar de esgarçamento do tecido constitucional. O que está em vigor hoje não reflete a vontade originária do Constituinte e já não forma uma unidade harmônica e coerente.

Mesmo assim, o caminho para devolver-lhe consistência é o da reforma. A Carta de 88, com todas as suas particularidades e defeitos, já entrou para a história do Brasil como a que melhor expressa a justa e inadiável demanda por direitos individuais e a cidadania do povo e da sociedade brasileira. Esse é um ganho não desprezível.

E é esta, repito, a era em que estamos, em que já não se discutem os fundamentos do Estado Democrático de Direito, mas sua projeção no campo social.

Democracia sem inclusão social é obra incompleta, mera abstração jurídica. Como torná-la efetiva, presente na vida de toda a população? Como distribuir cidadania sem distribuir renda?

Essa a reflexão fundamental que o regime da Constituição de 1988 nos impõe. Esse o desafio que nos une (deve nos unir), Governo e Oposição, independentemente de divergências ideológicas.

Os embates político-partidários que as eleições exacerbam não são suficientes para ocultar um vasto campo de convergência em torno dessas questões.

Basta consultar o teor das numerosas propostas de reforma que tramitam nesta Casa — reformas política, tributária, previdenciária, entre outras — que evidenciam preocupações comuns e alternativas convergentes para superá-las.

Quero, antes de concluir, Sr. Presidente, evocar alguns personagens-chave do processo constituinte, resumindo-os na figura de Ulysses Guimarães, que o comandou.

E quero também, no ensejo desta homenagem, evocar outra personagem ilustre, e, em nome dele, saudar e cumprimentar todos os paraibanos Constituintes que participaram desta Carta, o saudoso paraibano Humberto Lucena (*palmas*), que então presidia o Senado e que foi responsável por alguns dispositivos importantes da nova Carta, entre os quais o que estabeleceu a obrigatoriedade de concurso público para acesso às carreiras do serviço público.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Sr^{as}. e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, concluo reiterando a necessidade de consolidarmos esta Era da Carta de 1988 dando concretude ao espírito de justiça e cidadania que inaugurou e que ainda aguarda providências para materializar-se.

São estas as minhas palavras, senhoras e senhores, nesta solenidade que transcende – precisa transcender – a mera condição protocolar de homenagem retrospectiva.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB-CE. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves Filho; Exm^o Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, também Constituinte e que conosco participou dos debates então travados, endossando as postulações que mais intrinsecamente se vinculavam à sua pregação no cenário da vida sindical e, posteriormente, aos demais segmentos da vida político-social do País; Exm^o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, que, sem ter sido Constituinte, tem prestigiado os eventos que objetivam realçar o transcurso dessa magna efeméride que continua a ser mencionada, aplaudida e reverenciada por todas as figuras expressivas da sociedade brasileira; Exm^o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, que proferiu, há poucos instantes, magistral aula com seu poder de síntese admirável; Exm^o Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar, que já honrou o Congresso Nacional com sua presença no Senado Federal; Exm^o Sr. Ministro da Defesa, Nelson Jobim, uma das grandes expressões da vida pública brasileira que, na Constituinte e sobretudo como Relator da revisão constitucional, se empenhou para que completássemos aquela fase de elaboração da Carta prevista por todos nós, Constituintes, ainda em 1988;

Exm^o Sr. Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União Jorge Hage Sobrinho; Exm^o Sr. Senador Efraim Morais, que acaba de ocupar a tribuna – e o fez com uma verdadeira dissertação sobre a tradição constitucional brasileira, reportando-se a todas as Cartas: a de 1824, a de 1891, a de 1934, a de 1937, a de 1946, a de 1967 e a atual Carta, a de 1988; Exm^{os}. Srs. e Sr^{as}. Senadores; Exm^{os}. Srs. e Sr^{as}. Deputados Federais, em especial os que compõem a Mesa, meus eminentes colegas Inocêncio Oliveira, 1^o Vice-Presidente, e Osmar Serraglio, 1^o Secretário; Exm^{os}. Srs. Senadores Constituintes; Exm^{os}. Srs. e Sr^{as}. Deputados Constituintes; Exm^a Sr^a Governadora do Rio Grande do Norte, Wilma de Farias, que compôs o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte e aqui atuou proficientemente, defendendo não apenas os interesses do Nordeste, mas os do País; Exm^o Sr. Vice-Almirante Eduardo Bancelar Leal Ferreira; Exm^o Sr. General-de-Divisão Sinclair James Mayer; Exm^o Major-Brigadeiro-do-Ar Whitney Lacerda de Freitas; Exm^a Sr^a Estefânia Viveiros, Presidenta da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Distrito Federal; Exm^o Sr. Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão; Exm^a Sr^a Ministra da Saúde, Márcia Bassit; Exm^o Sr. Deputado Paes de Andrade – sempre Deputado, a quem faço uma referência extremamente afetiva para homenagear não o fato de haver presidido a Câmara dos Deputados, mas o esforço e coragem seguidamente demonstrados quando, pertencendo ao grupo dos “Autênticos,” pregou a democracia e a cessão do estado de arbítrio então instalado no País – nossa homenagem, pois, ao companheiro de tantas lutas democráticas nesta Casa (*palmas*); Sr. Oswaldo Manicardi, que representa a família de Ulysses Guimarães, o qual, em solenidade recente, foi representado por seu filho, Sr. Tito Henrique da Silva Neto: o Congresso Nacional realiza hoje a presente sessão solene para realçar o transcurso da data vintenária de nossa Carta cidadã, cuja promulgação significou, após tantos anos de limitações às liberdades públicas e às prerrogativas individuais, o almejado reencontro com o Estado Democrático de Direito.

Em pronunciamento recente, durante extraordinário e emocionado evento realizado no dia 22 de outubro no Palácio do Planalto, diante do próprio Presidente da República, dos dirigentes das duas Casas do Congresso Nacional, Garibaldi Alves Filho e Arlindo Chinaglia, e do titular do Poder Judiciário, Gilmar Mendes, bem assim de numerosos Parlamentares da atual e de Legislaturas passadas, foram recordados aspectos memoráveis da Assembléia que teve a dirigi-la, com aprumo e competência inigualáveis, o inolvidável Deputado Ulysses Guimarães, nome que pronuncie neste instante com profunda emoção, merecidamente

considerado como um dos maiores líderes do País no século passado, cuja figura é sempre lembrada pela extraordinária importância de sua atuação em defesa da normalidade institucional entre nós.

Na condição de 1º Vice-Presidente da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, estive ao lado de Ulysses Guimarães em todos os instantes das grandes decisões, a exemplo de muitos outros, como Bernardo Cabral, Relator-Geral do nosso Documento Básico, cujo esforço para harmonizar propostas divergentes fê-lo granjear o respeito e a admiração de todos os seus Pares.

Posicionamentos conflituosos então registrados, a partir da formação do Grupo Centro Democrático, foram habilmente ultrapassados por Ulysses, Bernardo e outros componentes de preeminência inquestionável, entre os quais me sinto obrigado a mencionar o Senador Afonso Arinos, jurista de notável saber, cuja articulação conciliatória, na área da Comissão de Sistematização, foi fator preponderante para que se ultimasse a hercúlea tarefa, entregando-se ao Brasil uma Lei Maior vigorante em duas décadas de absoluta tranquilidade institucional.

Mencione-se, por imperioso dever de justiça, que os trabalhos se processaram em meio a uma tranqüila transição – não me furtaria a essa referência especialíssima – conduzida exemplarmente pelo notável homem público, o hoje Senador José Sarney, a quem se deve contribuição inestimável à consolidação da auspiciosa fase (*palmas*) vivenciada a partir da promulgação e ora consolidada indestrutivelmente pela clareza de seus sucessores, particularmente do Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva que, desde o ano de 2003, acha-se à frente da Primeira Magistratura do Brasil. (*Palmas.*)

Se é certo que o processo revisional de 1993 não se revestiu da amplitude e abrangência desejadas, em que pese o esforço do eminente Relator Nelson Jobim, o rito normal teve continuidade sem hiatos de qualquer gravidade, prosseguindo a processualista de emendas tradicionais, com quase 60 publicadas, inseridas no texto vigente desde a referenciada promulgação.

Lamenta-se que não se tenham garantido eficácia e conseqüente aplicabilidade a 51 dispositivos ainda pendentes de instrumentos infraconstitucionais, missão de que nos devemos incumbir, a fim de corresponder às expectativas dos segmentos conscientizados da sociedade civil.

As duas décadas transcorridas teriam de ser saudadas com imensa euforia, como ora ocorre nesta sessão magnífica, numa forma de revitalizar os nossos sentimentos cívicos, mantendo o Parlamento em perfeita sintonia com os anseios da coletividade.

Se na Carta cidadã foi promovida a inclusão de tudo quanto à época da sua elaboração – e era vital para os diversos estamentos como a criança, o adolescente, o idoso, o deficiente, a mulher, o índio, o negro -, o empenho subseqüente foi garantir a fiel observância das normas concebidas por Deputados e Senadores revestidos do poder originário extraído das urnas de 15 de novembro de 1986.

Razões sobradas temos, desta forma, para saudar, efusivamente, o vicênio ora transcorrido, considerando como fator decisivo a Constituição que nos cabe preservar e obedecer inflexivelmente.

Como afirmou Ulysses, em sua versão preambular, a Constituição jamais poderá ser descumprida. E ninguém ouse tangenciar os seus preceitos basilares, nem ultrajá-la sob qualquer pretexto.

Saudemos assim, senhoras e senhores, a cidadania, na qual se processou o nosso trabalho para legar ao País algo duradouro, cuja fiel observância se arraigou em nossas mais entranhadas convicções democráticas.

Muito obrigado, senhores convidados, senhoras e senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Exmº Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA (Luiz Inácio Lula da Silva) – Meu caro Presidente do Congresso Nacional, Garibaldi Alves Filho; meu caro Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia; meu caro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes; meu caro companheiro José Alencar, Vice-Presidente da República; meu querido companheiro José Sarney, Presidente da República quando fizemos a nossa Constituição; meu caro Deputado Osmar Serraglio, 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional; meu caro Deputado Inocêncio Oliveira, que representa o Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional; Ministros presentes; minha cara Governadora Wilma de Faria, do Rio Grande do Norte; meu caro Deputado Mauro Benevides, 1º Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte; meu caro Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, Procurador-Geral da República; Srs. Senadores; Sras Deputadas e Deputados; Constituintes; amigos; representantes da sociedade civil: primeiro, Presidentes Arlindo Chinaglia e Garibaldi Alves Filho, meus parabéns por esta sessão de homenagem à Assembléia Nacional Constituinte, não só pelo que significaram para nós, Deputados Federais, os anos de 1987 e de 1988, mas também pelo reencontro com tantos companheiros no dia de hoje, companheiros

que eu não via há exatamente 18 anos, já que não fui candidato a Deputado Federal em 1990.

É uma alegria revê-los com saúde: os que ainda são Deputados, atuantes; os que já não o são, com vontade de voltar a sê-lo – 2010 está aí, e todos poderão se candidatar.

Segundo, precisamos lembrar, hoje, do significado da democracia. A eleição de Barack Obama para a Presidência dos Estados Unidos só pôde ser possível num país democrático. *(Palmas.)*

Penso que nós, no Brasil, a segunda nação negra do mundo – a primeira é a Nigéria –, devemos estar otimistas e esperançosos, além de muito orgulhosos, porque não é pouca coisa eleger um negro para a Presidência da República dos Estados Unidos da América do Norte. *(Palmas.)* Poucas vezes, na história dos Estados Unidos, houve tanta torcida no mundo inteiro para que um candidato fosse eleito. E, com toda a certeza, se o mundo votasse, ele teria mais votos do que teve. Sem dúvida, foi uma eleição consagrada.

Espero que haja um aperfeiçoamento das relações entre Brasil e Estados Unidos, bem como a adoção de uma política mais voltada para o desenvolvimento da América Latina.

Espero também que se encontre uma saída para o conflito do Oriente Médio, questão em que os Estados Unidos têm um peso muito importante.

Espero, finalmente, que tenha fim o bloqueio a Cuba, porque não há nenhuma explicação política para ele ainda existir. *(Palmas.)*

De forma que, como brasileiros, estamos felizes com a eleição de Barack Obama e estaremos muito mais felizes ainda se melhorarem as relações entre os Estados Unidos e nosso continente.

Falando da Constituição, já na solenidade comemorativa que realizamos no Palácio do Planalto, fiz questão de deixar o discurso escrito de lado e falar sobre algumas coisas que eu sentia daquele momento. E eu vou deixar outra vez o discurso escrito de lado *(risos)* – ele foi elaborado com muito cuidado, para eu não dizer nada que crie problema na relação entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário.

Mas eu quero dizer a V.Exas. que quem viveu, viveu, e quem não viveu aquele período perdeu um grande momento da história do nosso País – um grande momento. *(Palmas.)*

Alguns, para diminuir o que representou a Constituinte, dizem que foi uma vitória dos setores organizados da sociedade. Mas, vejam, o fato de ter sido uma vitória dos setores organizados da sociedade aumenta o prestígio da Constituição, porque, antes disso, as outras Constituições representavam interesses não dos setores organizados, mas de pequenos grupos

do campo e da cidade, sobretudo pequenos grupos oligárquicos que determinavam que tipo de Constituição iríamos ter. *(Palmas.)*

Penso que os Deputados Mauro Benevides e Paes de Andrade, aqui presentes, e outros Constituintes que ainda são Deputados sabem que nunca tivemos na história do Congresso Nacional outro momento com tanta participação popular. É verdade que estava aqui o Ministério Público, que ganhou importância na nova Constituição; é verdade que estava aqui o Poder Judiciário; é verdade que estava aqui a Polícia Federal; é verdade que estava aqui o funcionalismo público organizado, mas é verdade também que aqui falaram os índios, que aqui falaram as crianças de rua, que aqui falaram as prostitutas, que aqui falaram os homossexuais, que aqui falaram os desempregados, que aqui falaram, com muita força, os representantes do campo.

Então, nada aconteceu no Brasil com a importância da Assembléia Nacional Constituinte. Ela foi por demais importante para mim, que só queria ser Constituinte. Eu nunca quis ser Deputado; eu só queria ser Constituinte. Por isso, quando terminou a Constituição, eu peguei minha mala e voltei para São Bernardo do Campo.

Hoje, estamos vivendo o mais longo período da democracia brasileira. Para quem é novo talvez isso não tenha importância, mas quem já viveu outros momentos, em que o Presidente da República tomava posse e não sabia se terminava o mandato, sabe o quanto é importante termos, controlando a estabilidade institucional do País, uma Constituição.

Todos sabem o quanto é importante uma Constituição que permitiu que o Congresso Nacional cassasse o mandato de um Presidente da República e a estabilidade política fosse mantida sem o menor transtorno, exatamente por conta do fortalecimento das instituições. Por isso, é importante homenagear, todas as vezes que pudermos, a nossa Constituição.

Imaginem os senhores se há 20 anos era possível um metalúrgico chegar à Presidência da República deste País. E, quando alguém pensava em chegar, o contra-argumento era de que não iriam deixar que tomasse posse. Vejam que coisa extraordinária: depois de disputar várias, eu ganhei as eleições, tomei posse, governei, fui reeleito, tomei posse, e, se Deus quiser, muitos outros ganharão, tomarão posse, e este País nunca mais vivera experiência de golpes *(palmas)*, ou de alguém que não respeite a Constituição brasileira. Por isso, eu tenho orgulho da nossa Constituição.

Lembro, Presidentes Arlindo Chinaglia e Garibaldi Alves, de 2 discursos importantes, e vou citá-los aqui, porque estou vendo uma pessoa entre os presentes e

acredito na capacidade de convencimento. Aliás, essa é a riqueza do Congresso Nacional. Nos partidos políticos, somos representados por um grupo de delegados. Então, pode-se ter o melhor discurso, pode-se ter a melhor proposta, mas, quando se vai para a votação, quem tiver mais delegados ganha e não muda – pelo menos no meu partido é assim; não sei dos outros, mas acho que todos são iguais.

Nesta Casa, dizia-se que ninguém muda a cabeça de ninguém; aqui, decide-se.

Vou contar um episódio que mudou a minha cabeça. O Deputado Alcení Guerra apresentou uma proposta que criava a licença-paternidade, segundo a qual o pai ficaria alguns dias em casa quando nascesse um filho. Eu achava isso um absurdo. E jamais imaginei que votaria a favor. Pois bem. O Deputado Alcení Guerra, daquela tribuna, fez um dos discursos mais extraordinários que já ouvi, convenceu-me e eu votei a favor da licença-paternidade. (*Palmas.*)

Ontem, ouvi na televisão que uma associação no Brasil está reivindicando o aumento da licença-paternidade para 15 dias. O movimento começou em Pernambuco. Até um instituto de pesquisa está ajudando nisso.

Outro discurso marcante foi um da Benedita da Silva sobre igualdade racial. Penso que em poucos momentos – poucos momentos – tivemos um discurso que comoveu tanta gente aqui dentro. Como não votamos na hora em que todos estavam sensibilizados e permitiu-se que houvesse um debate, a emoção saiu do plenário e perdemos aquela proposta na Constituinte.

Quero ainda citar outro momento: o do discurso de encerramento de Ulysses Guimarães. Eu estava sentado, Governadora Wilma de Faria, nessa cadeira em que a senhora está, que era o lugar do Líder do PT. Então, eu ouvia o discurso de Ulysses Guimarães e ficava meditando se aquilo era verdade, tantas foram as brigas para chegarmos àquele momento. Houve tantas insinuações. Diziam, por exemplo, que não ia dar certo, que não ia avançar, que era incompatível a Constituinte funcionar concomitantemente com o Senado Federal e com a Câmara dos Deputados. Mas todos os obstáculos preconizados foram removidos, porque a vontade do povo brasileiro era a de que tivéssemos uma boa Constituição. E nós não conseguiríamos fazê-la sem o Dr. Ulysses Guimarães. (*Palmas.*) Às vezes, eu subia naquela tribuna para criticar Ulysses Guimarães, porque se estava demorando para votar. Ou seja, o plenário Casa estava vazia. O que vivia sempre lotado era o corredor da sala dele. Entretanto, depois de uma semana sem a Constituinte fazer absolutamente nada a não ser discutir, ele sentava a esta mesa e di-

zia: “*Em votação*”. E, quando ele dizia “em votação”, não permitia que os amigos e os inimigos sequer falassem muito desses microfones em torno dos quais os Deputados tanto gostam de ficar em pé, de onde Mário Covas tentava falar, de onde o Deputado José Genoíno tentava levantar questões regimentais. Ele não dava colher de chá! Em votação era em votação! As coisas então aconteciam, e, em pouco tempo, nós tivemos a nossa grande Constituição. (*Palmas.*)

A Constituição não é perfeita, porque o ser humano não é perfeito, porque os políticos não são perfeitos. Ela retrata exatamente o grau de consciência política daqueles que fizeram a Constituição. Nós, do PT, naquela época, votamos contra o texto. Depois, houve uma discussão na bancada para decidir se iríamos assiná-lo ou não. Uma parte da bancada, radicalizada, achava que não deveríamos assinar. Eu disse: “*Não tem sentido. Nós participamos 2 anos aqui, ganhamos salário, ganhamos assistente para nos ajudar. Como que pode um filho nascer e não registrarmos? Vamos assinar*”.

Hoje, na Presidência da República, Sarney, eu compreendi isso melhor do que antes, Senador José Sarney. Esta Constituição, com todos os defeitos que possa ter para quem está governando – porque dizem que ela é parlamentarista e o regime é presidencialista -, a verdade nua e crua é que ela garante a democracia em nosso País. (*Palmas.*)

Parabéns a todos os Constituintes e ao Congresso Nacional. (*O plenário, de pé, aplaude demonstradamente.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Peço aos presentes um pouco mais de paciência e que não se retirem do plenário – meu discurso será bem curto. (*Risos.*) A ausência dos senhores e das senhoras vai me deixar numa tristeza mortal, logo hoje que estou tão alegre. Fui dormir às quatro e meia da manhã, acompanhando todos os passos da apuração que levou à vitória Barack Obama nos Estados Unidos. (*Palmas.*)

Como disse o Presidente da República, a vitória de Obama vai representar uma mudança não apenas nos Estados Unidos, mas no mundo. Ninguém vai ficar indiferente ao que significou a eleição de um negro para a Presidência dos Estados Unidos.

Não sou Presidente da República, mas estou com vontade de largar este discurso aqui. (*Risos.*) Vou fazer um misto, ora vou dizer palavras de improviso, porque, na verdade, não há discurso de improviso. Todo discurso de improviso expressa algo que já se pensou, que já se amadureceu, e eu, que não fui Constituinte, Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Sr. Presidente Gilmar Mendes, amadureci o discurso de que, além de

a Constituição de 1988 ter sido fundamental, ela abriu campo para as reformas que até agora não foram feitas em nosso País.

Por que adiar a reforma política? Por que adiar a reforma tributária? O que está faltando, meu Deus? O Presidente Arlindo Chinaglia, em recente encontro com empresários, afirmou que o texto do Relator da reforma tributária, o Deputado Sandro Mabel, está absolutamente pronto. Então, por que não enfrentamos o desafio da reforma tributária em nome do ímpeto renovador que permeou a Constituição de 1988? Por que temos de ficar rendidos ao movimento inercial que até hoje impede que tenhamos uma Constituição devidamente regulamentada, que até hoje impede que não tenhamos uma reforma política que nos leve a uma situação de credibilidade?

Eu sempre falei antes do Presidente da República. Falar depois de S.Ex^a é muito difícil. A pessoa sente até vontade de concordar conosco, mas diz: “*Não, eu só concordo com o Presidente da República*”.

Estou me esforçando nessa convocação, mas não estou sentindo a receptividade que pensei iria encontrar, e estou responsabilizando essa circunstância ao fato de ter falado depois do Presidente da República. Deveria ter usado das minhas prerrogativas de Presidente do Congresso Nacional e ter falado antes de S.Ex^a, porque tenho certeza de que, se assim tivesse procedido, o discurso que estou fazendo teria maior receptividade.

A esta altura, as pessoas estão dizendo: “*O Presidente já falou. O que ele ainda tem a dizer? Ele não foi nem Constituinte...*” Mas insisto em falar a todos os que estão aqui, alguns gratificados pelo fato de terem sido Constituintes, outros, frustrados, como eu, pelo fato de aqui não terem votado as reformas que deveriam estar sendo votadas no Congresso Nacional (*palmas*), de não terem votado ainda – o Presidente da República que me perdoe – o que o Presidente Arlindo Chinaglia já assegurou estar pronto para ser votado: a regulamentação das medidas provisórias. (*Palmas*.)

Na Constituinte, quando o processo não andava, nem com Ulysses Guimarães à frente, passava-se uma semana sem votar, segundo o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pois fique certo S.Ex^a de que hoje se passa um mês sem votar, porque as medidas provisórias trancam as pautas tanto da Câmara como do Senado. (*Palmas*.)

O Presidente da República é culpado disso? Não, o Presidente Lula não é culpado. O uso do cachimbo faz a boca torta. (*Risos*.) Na verdade, ele encontrou à mão um instrumento capaz de fazer com que as coisas andem no Executivo, mas ao arrepio do processo parlamentar.

Meus senhores – já vou já terminar; estou cercado aqui (*risos*) -, eu gostaria de dizer que a Constituinte de 1988 nos levou a uma situação de balanceamento não muito equilibrado entre os 3 Poderes, mas a culpa também não é do Presidente Gilmar Mendes. Aqui e acolá, o Poder Judiciário esquece que é Poder Judiciário e pensa que é Poder Legislativo. (*Palmas*.)

Desculpem. Talvez, seja o fato de que eu estar quase me despedindo que me dá essa coragem. (*Risos*.) O fato de deixar a Presidência do Senado Federal no dia 1º de fevereiro me dá esse sentimento de que da Presidência da Casa eu só quero levar comigo a certeza de que não me omiti diante do que vi. (*Palmas*.) Dizem que o pior pecado é o da omissão. E eu direi aos senhores que é realmente. Os senhores não sabem o quanto eu hesitei: falo ou não falo? Digo essas coisas ou não digo? O que o Presidente vai pensar de um anfitrião que o recebe para uma festa que, de repente, se transforma numa cobrança, como estou fazendo hoje?

Também peço desculpas ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Eu não fui Constituinte, mas tenho certeza de que, após ser Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, vou carregar no coração o sentimento de Constituinte. Eu deixo a Presidência com a convicção de que essas coisas precisam ser feitas. Eu sei que no Executivo e no Judiciário as coisas são feitas mais facilmente.

Foi dito aqui pelo Presidente da República, com o talento que tem S.Ex^a, como no processo constituinte a deliberação se tornava um exercício de vontades, como as pessoas falavam, gritavam, tinham toda a liberdade. Pois bem. Precisamos resgatar isso.

Este Congresso Nacional só será digno da Constituinte se, com a liderança do Presidente Lula – porque hoje quem tem liderança para impulsionar um processo de reforma é o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva -, nos voltarmos para trás, como fizemos hoje, nos voltarmos para frente, como faremos amanhã, e dissermos: “*Não foi só a Constituinte. Foram também aqueles que, herdeiros do legado Constituinte, foram capazes de cumprir o seu dever e deixar para este País o conjunto de reformas que precisa ser realizado*”.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Ao agradecer a todos a presença, convido-os também a visitar a exposição sobre os trabalhos da Constituinte no Salão Nobre.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 23 minutos*.)

Ata da 19ª Sessão Conjunta, em 5 de novembro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Garibaldi Alves Filho.

(Inicia-se a Sessão às 20 horas e 15 minutos, e encerra-se às 22 horas e 18 minutos)

É O Seguinte o registro de comparecimento das Sras. e dos Srs. Senadores:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 5/11/2008 07:23:58 até 5/11/2008 22:20:44

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	AL	ADA MELLO	X	
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DÉLCÍDIO AMARAL	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLÉIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PT	AC	MARINA SILVA	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X	
PMDB	RJ	PAULO DUGUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 72 Senadores

É o Seguinte o registro de comparecimento das Sras. e dos Srs. Deputados:

	Partido	Bloco
RORAIMA		
001 - Angela Portela	PT	
002 - Edio Lopes	PMDB	PmdbPtc
003 - Francisco Rodrigues	DEM	
004 - Luciano Castro	PR	
006 - Marcio Junqueira	DEM	
005 - Maria Helena	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
007 - Neudo Campos	PP	
008 - Urzeni Rocha	PSDB	
Presentes Roraima: 8		
AMAPÁ		
009 - Dalva Figueiredo	PT	
010 - Davi Alcolumbre	DEM	
011 - Evandro Milhomen	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
012 - Fátima Pelaes	PMDB	PmdbPtc
016 - Janete Capiberibe	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
014 - Jurandil Juarez	PMDB	PmdbPtc
015 - Lucenira Pimentel	PR	
017 - Sebastião Bala Rocha	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes Amapá: 8		
PARÁ		
020 - Asdrubal Bentes	PMDB	PmdbPtc
019 - Beto Faro	PT	
026 - Gerson Peres	PP	
027 - Giovanni Queiroz	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
028 - Lira Maia	DEM	
029 - Lúcio Vale	PR	
031 - Nilson Pinto	PSDB	
030 - Paulo Rocha	PT	
035 - Vic Pires Franco	DEM	
032 - Wandenkolk Gonçalves	PSDB	
023 - Wladimir Costa	PMDB	PmdbPtc
025 - Zé Geraldo	PT	
034 - Zenaldo Coutinho	PSDB	
033 - Zequinha Marinho	PMDB	PmdbPtc
Presentes Pará: 14		
AMAZONAS		
038 - Átila Lins	PMDB	PmdbPtc

	Partido	Bloco
AMAZONAS		
037 - Carlos Souza	PP	
041 - Francisco Praciano	PT	
036 - Marcelo Serafim	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
042 - Rebecca Garcia	PP	
562 - Ronaldo Leite	PHS	
039 - Silas Câmara	PSC	
040 - Vanessa Grazziotin	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes Amazonas: 8		
RONDONIA		
047 - Anselmo de Jesus	PT	
048 - Eduardo Valverde	PT	
044 - Ernandes Amorim	PTB	
045 - Lindomar Garçon	PV	
050 - Marinha Raupp	PMDB	PmdbPtc
046 - Mauro Nazif	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
049 - Moreira Mendes	PPS	
051 - Natan Donadon	PMDB	PmdbPtc
Presentes Rondonia: 8		
ACRE		
053 - Fernando Melo	PT	
054 - Flaviano Melo	PMDB	PmdbPtc
055 - Gladson Cameli	PP	
052 - Henrique Afonso	PT	
058 - Ilderlei Cordeiro	PPS	
056 - Perpétua Almeida	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
059 - Sergio Petecão	PMN	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes Acre: 7		
TOCANTINS		
060 - Eduardo Gomes	PSDB	
061 - João Oliveira	DEM	
062 - Laurez Moreira	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
063 - Lázaro Botelho	PP	
066 - Nilmar Ruiz	DEM	
065 - Osvaldo Reis	PMDB	PmdbPtc
067 - Vicentinho Alves	PR	
Presentes Tocantins: 7		
MARANHÃO		
068 - Carlos Brandão	PSDB	
070 - Cleber Verde	PRB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
073 - Clóvis Fecury	DEM	
072 - Domingos Dutra	PT	
076 - Flávio Dino	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
075 - Gastão Vieira	PMDB	PmdbPtc
077 - Julião Amin	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
080 - Pedro Fernandes	PTB	
082 - Pedro Novais	PMDB	PmdbPtc
079 - Pinto Itamaraty	PSDB	
081 - Professor Setimo	PMDB	PmdbPtc

	Partido	Bloco
MARANHÃO		
074 - Ribamar Alves	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
083 - Roberto Rocha	PSDB	
085 - Sarney Filho	PV	
086 - Sebastião Madeira	PSDB	
084 - Waldir Maranhão	PP	
Presentes Maranhão: 16		
CEARÁ		
087 - Anibal Gomes	PMDB	PmdbPtc
092 - Ariosto Holanda	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
090 - Arnon Bezerra	PTB	
088 - Chico Lopes	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
091 - Eudes Xavier	PT	
093 - Eugênio Rabelo	PP	
095 - Eunício Oliveira	PMDB	PmdbPtc
094 - Flávio Bezerra	PMDB	PmdbPtc
100 - Gorete Pereira	PR	
101 - José Aírton Cirilo	PT	
103 - José Guimarães	PT	
096 - José Linhares	PP	
098 - Leo Alcântara	PR	
104 - Manoel Salviano	PSDB	
099 - Marcelo Teixeira	PR	
105 - Mauro Benevides	PMDB	PmdbPtc
555 - Pastor Pedro Ribeiro	PMDB	PmdbPtc
102 - Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
108 - Zé Gerardo	PMDB	PmdbPtc
Presentes Ceará: 19		
PIAUI		
109 - Átila Lira	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
540 - B. Sá	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
112 - Ciro Nogueira	PP	
114 - Júlio Cesar	DEM	
110 - Marcelo Castro	PMDB	PmdbPtc
115 - Nazareno Fonteles	PT	
116 - Osmar Júnior	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
118 - Paes Landim	PTB	
Presentes Piauí: 8		
RIO GRANDE DO NORTE		
542 - Betinho Rosado	DEM	
119 - Fábio Faria	PMN	PsbPdtPCdoBPmnPrb
121 - Fátima Bezerra	PT	
120 - Felipe Maia	DEM	
123 - Henrique Eduardo Alves	PMDB	PmdbPtc
124 - João Maia	PR	
126 - Rogério Marinho	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
125 - Sandra Rosado	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes Rio Grande do Norte: 8		
PARAÍBA		

	Partido	Bloco
PARAÍBA		
129 - Armando Abílio	PTB	
127 - Damião Feliciano	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
128 - Efraim Filho	DEM	
133 - Luiz Couto	PT	
130 - Manoel Junior	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
132 - Rômulo Gouveia	PSDB	
134 - Vital do Rêgo Filho	PMDB	PmdbPtc
546 - Walter Brito Neto	PRB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
136 - Wellington Roberto	PR	
139 - Wilson Braga	PMDB	PmdbPtc
137 - Wilson Santiago	PMDB	PmdbPtc
Presentes Paraíba: 11		
PERNAMBUCO		
140 - Ana Arraes	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
142 - André de Paula	DEM	
144 - Armando Monteiro	PTB	
146 - Bruno Araújo	PSDB	
151 - Bruno Rodrigues	PSDB	
152 - Carlos Eduardo Cadoca	PSC	
154 - Edgar Moury	PMDB	PmdbPtc
156 - Eduardo da Fonte	PP	
158 - Fernando Coelho Filho	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
141 - Fernando Ferro	PT	
143 - Gonzaga Patriota	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
145 - Inocêncio Oliveira	PR	
147 - José Chaves	PTB	
160 - Marcos Antonio	PRB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
138 - Maurício Rands	PT	
148 - Paulo Rubem Santiago	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
161 - Pedro Eugênio	PT	
163 - Raul Henry	PMDB	PmdbPtc
155 - Raul Jungmann	PPS	
157 - Renildo Calheiros	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
159 - Roberto Magalhães	DEM	
528 - Silvio Costa	PMN	PsbPdtPCdoBPmnPrb
164 - Wolney Queiroz	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes Pernambuco: 23		
ALAGOAS		
531 - Augusto Farias	PTB	
162 - Benedito de Lira	PP	
165 - Carlos Alberto Canuto	PMDB	PmdbPtc
167 - Cristiano Matheus	PMDB	PmdbPtc
169 - Francisco Tenório	PMN	PsbPdtPCdoBPmnPrb
166 - Givaldo Carimbão	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
172 - Joaquim Beltrão	PMDB	PmdbPtc
168 - Mauricio Quintella Lessa	PR	
171 - Olavo Calheiros	PMDB	PmdbPtc
Presentes Alagoas: 9		

	Partido	Bloco
SERGIPE		
173 - Albano Franco	PSDB	
175 - Eduardo Amorim	PSC	
174 - Jackson Barreto	PMDB	PmdbPtc
178 - José Carlos Machado	DEM	
561 - Laercio Oliveira	PSDB	
560 - Pedro Valadares	DEM	
183 - Valadares Filho	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes Sergipe: 7		
BAHIA		
180 - Alice Portugal	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
181 - Antonio Carlos Magalhães Neto	DEM	
186 - Claudio Cajado	DEM	
184 - Colbert Martins	PMDB	PmdbPtc
188 - Daniel Almeida	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
534 - Edigar Mão Branca	PV	
189 - Edson Duarte	PV	
190 - Fábio Souto	DEM	
191 - Félix Mendonça	DEM	
194 - Fernando de Fabinho	DEM	
195 - Guilherme Menezes	PT	
198 - João Almeida	PSDB	
187 - João Carlos Bacelar	PR	
199 - João Leão	PP	
201 - Jorge Khoury	DEM	
202 - José Carlos Aleluia	DEM	
197 - José Carlos Araújo	PR	
203 - José Rocha	PR	
192 - Jusmari Oliveira	PR	
206 - Jutahy Junior	PSDB	
196 - Lídice da Mata	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
204 - Luiz Alberto	PT	
182 - Luiz Bassuma	PT	
205 - Luiz Carreira	DEM	
207 - Marcelo Guimarães Filho	PMDB	PmdbPtc
200 - Marcos Medrado	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
209 - Nelson Pellegrino	PT	
214 - Paulo Magalhães	DEM	
211 - Roberto Britto	PP	
212 - Sérgio Barradas Carneiro	PT	
213 - Sérgio Brito	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
215 - Severiano Alves	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
216 - Tonha Magalhães	PR	
523 - Uldurico Pinto	PMN	PsbPdtPCdoBPmnPrb
219 - Veloso	PMDB	PmdbPtc
218 - Walter Pinheiro	PT	
217 - Zezéu Ribeiro	PT	
Presentes Bahia: 37		
MINAS GERAIS		

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
220 - Ademir Camilo	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
224 - Aelton Freitas	PR	
225 - Alexandre Silveira	PPS	
227 - Antônio Andrade	PMDB	PmdbPtc
229 - Antônio Roberto	PV	
223 - Aracely de Paula	PR	
232 - Bilac Pinto	PR	
221 - Bonifácio de Andrada	PSDB	
226 - Carlos Melles	DEM	
222 - Carlos Willian	PTC	PmdbPtc
228 - Custódio Mattos	PSDB	
237 - Elismar Prado	PT	
238 - Fábio Ramalho	PV	
233 - Fernando Diniz	PMDB	PmdbPtc
236 - Geraldo Thadeu	PPS	
234 - Gilmar Machado	PT	
242 - Humberto Souto	PPS	
240 - Jaime Martins	PR	
246 - Jô Moraes	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
251 - João Bittar	DEM	
239 - João Magalhães	PMDB	PmdbPtc
271 - José Fernando Aparecido de Oliveira	PV	
249 - José Santana de Vasconcelos	PR	
250 - Júlio Delgado	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
254 - Juvenil	PRTB	
245 - Lael Varella	DEM	
253 - Leonardo Monteiro	PT	
255 - Leonardo Quintão	PMDB	PmdbPtc
243 - Lincoln Portela	PR	
256 - Luiz Fernando Faria	PP	
247 - Márcio Reinaldo Moreira	PP	
257 - Marcos Montes	DEM	
244 - Maria do Carmo Lara	PT	
259 - Maria Lúcia Cardoso	PMDB	PmdbPtc
260 - Mário de Oliveira	PSC	
267 - Mário Heringer	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
252 - Mauro Lopes	PMDB	PmdbPtc
269 - Odair Cunha	PT	
263 - Paulo Abi-Ackel	PSDB	
266 - Paulo Piau	PMDB	PmdbPtc
258 - Rafael Guerra	PSDB	
272 - Reginaldo Lopes	PT	
268 - Rodrigo de Castro	PSDB	
265 - Saraiva Felipe	PMDB	PmdbPtc
264 - Virgílio Guimarães	PT	
270 - Vitor Penido	DEM	
Presentes Minas Gerais: 46		
ESPÍRITO SANTO		
274 - Camilo Cola	PMDB	PmdbPtc

	Partido	Bloco
ESPIRITO SANTO		
273 - Iriny Lopes	PT	
276 - Jurandy Loureiro	PSC	
277 - Lelo Coimbra	PMDB	PmdbPtc
278 - Luiz Paulo Vellozo Lucas	PSDB	
275 - Manato	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
280 - Neucimar Fraga	PR	
279 - Rita Camata	PMDB	PmdbPtc
282 - Rose de Freitas	PMDB	PmdbPtc
281 - Sueli Vidigal	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
Presentes Espírito Santo: 10		
RIO DE JANEIRO		
285 - Alexandre Santos	PMDB	PmdbPtc
283 - Andreia Zito	PSDB	
548 - Antonio Carlos Biscaia	PT	
286 - Arnaldo Vianna	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
288 - Arolde de Oliveira	DEM	
291 - Bernardo Ariston	PMDB	PmdbPtc
287 - Brizola Neto	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
290 - Carlos Santana	PT	
295 - Chico Alencar	PSOL	
289 - Chico D'Angelo	PT	
292 - Cida Diogo	PT	
297 - Deley	PSC	
293 - Dr. Adilson Soares	PR	
294 - Edmilson Valentim	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
298 - Edson Ezequiel	PMDB	PmdbPtc
300 - Eduardo Cunha	PMDB	PmdbPtc
525 - Eduardo Lopes	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
301 - Felipe Bornier	PHS	
296 - Fernando Gabeira	PV	
304 - Fernando Lopes	PMDB	PmdbPtc
303 - Filipe Pereira	PSC	
305 - Geraldo Pudim	PMDB	PmdbPtc
306 - Hugo Leal	PSC	
302 - Jair Bolsonaro	PP	
310 - Jorge Bittar	PT	
309 - Léo Vivas	PRB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
313 - Luiz Sérgio	PT	
311 - Marcelo Itagiba	PMDB	PmdbPtc
314 - Marina Maggessi	PPS	
317 - Miro Teixeira	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
315 - Neilton Mulim	PR	
318 - Nelson Bornier	PMDB	PmdbPtc
319 - Pastor Manoel Ferreira	PTB	
320 - Rogerio Lisboa	DEM	
326 - Sandro Matos	PR	
321 - Silvio Lopes	PSDB	
327 - Simão Sessim	PP	
323 - Solange Almeida	PMDB	PmdbPtc

	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
324 - Solange Amaral	DEM	
328 - Vinicius Carvalho	PTdoB	
Presentes Rio de Janeiro: 40		
SÃO PAULO		
329 - Abelardo Camarinha	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
331 - Aldo Rebelo	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
330 - Aline Corrêa	PP	
333 - Antonio Bulhões	PMDB	PmdbPtc
332 - Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	
334 - Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	
335 - Antonio Palocci	PT	
336 - Arlindo Chinaglia	PT	
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	
339 - Arnaldo Jardim	PPS	
343 - Arnaldo Madeira	PSDB	
340 - Beto Mansur	PP	
389 - Cândido Vaccarezza	PT	
338 - Carlos Sampaio	PSDB	
398 - Carlos Zarattini	PT	
344 - Celso Russomanno	PP	
521 - Cláudio Magrão	PPS	
341 - Clodovil Hernandez	PR	
342 - Devanir Ribeiro	PT	
345 - Dr. Nechar	PV	
349 - Dr. Pinotti	DEM	
348 - Dr. Ubiali	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
352 - Emanuel Fernandes	PSDB	
354 - Fernando Chucre	PSDB	
356 - Frank Aguiar	PTB	
357 - Guilherme Campos	DEM	
359 - Ivan Valente	PSOL	
358 - Janete Rocha Pietá	PT	
553 - Jefferson Campos	PTB	
360 - Jilmar Tatto	PT	
362 - João Dado	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
361 - João Paulo Cunha	PT	
363 - Jorge Tadeu Mudalen	DEM	
517 - Jorginho Maluly	DEM	
364 - José Anibal	PSDB	
366 - José Eduardo Cardozo	PT	
365 - José Genoíno	PT	
367 - José Mentor	PT	
378 - José Paulo Tóffano	PV	
369 - Julio Semeghini	PSDB	
370 - Lobbe Neto	PSDB	
539 - Luciana Costa	PR	
371 - Luiza Erundina	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
377 - Marcelo Ortiz	PV	
368 - Márcio França	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
380 - Michel Temer	PMDB	PmdbPtc
374 - Milton Monti	PR	
381 - Nelson Markezelli	PTB	
564 - Paulo Cesar de Oliveira Lima	PMDB	PmdbPtc
373 - Paulo Maluf	PP	
372 - Paulo Pereira da Silva	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
375 - Paulo Renato Souza	PSDB	
376 - Paulo Teixeira	PT	
379 - Regis de Oliveira	PSC	
383 - Renato Amary	PSDB	
390 - Ricardo Berzoini	PT	
386 - Roberto Santiago	PV	
387 - Silvinho Peccioli	DEM	
388 - Silvio Torres	PSDB	
393 - Valdemar Costa Neto	PR	
391 - Vanderlei Macris	PSDB	
396 - Vicentinho	PT	
394 - Walter Ihoshi	DEM	
395 - William Woo	PSDB	
Presentes São Paulo: 64		
MATO GROSSO		
399 - Carlos Abicalil	PT	
400 - Carlos Bezerra	PMDB	PmdbPtc
401 - Eliene Lima	PP	
402 - Homero Pereira	PR	
403 - Pedro Henry	PP	
405 - Thelma de Oliveira	PSDB	
404 - Valtenir Pereira	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
406 - Wellington Fagundes	PR	
Presentes Mato Grosso: 8		
DISTRITO FEDERAL		
408 - Alberto Fraga	DEM	
409 - Jofran Frejat	PR	
410 - Laerte Bessa	PMDB	PmdbPtc
533 - Osório Adriano	DEM	
412 - Rodovalho	DEM	
416 - Rodrigo Rollemberg	PSB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
413 - Tadeu Filippelli	PMDB	PmdbPtc
Presentes Distrito Federal: 7		
GOIÁS		
415 - Carlos Alberto Leréia	PSDB	
417 - Íris de Araújo	PMDB	PmdbPtc
418 - João Campos	PSDB	
419 - Jovair Arantes	PTB	
420 - Leandro Vilela	PMDB	PmdbPtc
421 - Leonardo Vilela	PSDB	
422 - Luiz Bittencourt	PMDB	PmdbPtc
423 - Marcelo Melo	PMDB	PmdbPtc

	Partido	Bloco
GOIÁS		
428 - Pedro Chaves	PMDB	PmdbPtc
430 - Pedro Wilson	PT	
424 - Professora Raquel Teixeira	PSDB	
427 - Roberto Balestra	PP	
429 - Ronaldo Caiado	DEM	
425 - Rubens Otoni	PT	
426 - Sandes Júnior	PP	
431 - Sandro Mabel	PR	
414 - Tatico	PTB	
Presentes Goiás: 17		
MATO GROSSO DO SUL		
432 - Antônio Carlos Biffi	PT	
434 - Antonio Cruz	PP	
433 - Dagoberto	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
435 - Geraldo Resende	PMDB	PmdbPtc
437 - Nelson Trad	PMDB	PmdbPtc
438 - Vander Loubet	PT	
439 - Waldemir Moka	PMDB	PmdbPtc
436 - Waldir Neves	PSDB	
Presentes Mato Grosso do Sul: 8		
PARANÁ		
440 - Abelardo Lupion	DEM	
441 - Affonso Camargo	PSDB	
524 - Airtton Roveda	PR	
442 - Alceni Guerra	DEM	
445 - Alex Canziani	PTB	
451 - Alfredo Kaefer	PSDB	
452 - Andre Vargas	PT	
565 - André Zacharow	PMDB	PmdbPtc
453 - Angelo Vanhoni	PT	
443 - Assis do Couto	PT	
455 - Barbosa Neto	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
447 - Cezar Silvestri	PPS	
446 - Chico da Princesa	PR	
444 - Dilceu Sperafico	PP	
449 - Dr. Rosinha	PT	
461 - Eduardo Sciarra	DEM	
466 - Giacomo	PR	
450 - Gustavo Fruet	PSDB	
448 - Hermes Parcianello	PMDB	PmdbPtc
454 - Luiz Carlos Haully	PSDB	
460 - Luiz Carlos Setim	DEM	
538 - Marcelo Almeida	PMDB	PmdbPtc
462 - Moacir Micheletto	PMDB	PmdbPtc
458 - Nelson Meurer	PP	
463 - Osmar Serraglio	PMDB	PmdbPtc
464 - Ratinho Junior	PSC	
465 - Ricardo Barros	PP	

	Partido	Bloco
PARANÁ		
468 - Rodrigo Rocha Loures	PMDB	PmdbPtc
469 - Takayama	PSC	
Presentes Paraná: 29		
SANTA CATARINA		
471 - Angela Amin	PP	
476 - Carlito Merss	PT	
472 - Celso Maldaner	PMDB	PmdbPtc
470 - Edinho Bez	PMDB	PmdbPtc
478 - Fernando Coruja	PPS	
479 - Gervásio Silva	PSDB	
473 - João Matos	PMDB	PmdbPtc
474 - João Pizzolatti	PP	
480 - Mauro Mariani	PMDB	PmdbPtc
482 - Paulo Bornhausen	DEM	
483 - Valdir Colatto	PMDB	PmdbPtc
485 - Zonta	PP	
Presentes Santa Catarina: 12		
RIO GRANDE DO SUL		
486 - Adão Pretto	PT	
487 - Afonso Hamm	PP	
520 - Claudio Diaz	PSDB	
491 - Darcísio Perondi	PMDB	PmdbPtc
495 - Eliseu Padilha	PMDB	PmdbPtc
493 - Enio Bacci	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
489 - Germano Bonow	DEM	
498 - Henrique Fontana	PT	
492 - Ibsen Pinheiro	PMDB	PmdbPtc
501 - José Otávio Germano	PP	
506 - Luciana Genro	PSOL	
500 - Luis Carlos Heinze	PP	
488 - Luiz Carlos Busato	PTB	
494 - Manuela D'Ávila	PCdoB	PsbPdtPCdoBPmnPrb
496 - Marco Maia	PT	
508 - Maria do Rosário	PT	
504 - Mendes Ribeiro Filho	PMDB	PmdbPtc
507 - Nelson Proença	PPS	
510 - Onyx Lorenzoni	DEM	
513 - Paulo Pimenta	PT	
502 - Paulo Roberto	PTB	
503 - Pepe Vargas	PT	
505 - Pompeo de Mattos	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
509 - Professor Ruy Pauletti	PSDB	
511 - Renato Molling	PP	
512 - Sérgio Moraes	PTB	
515 - Tarcísio Zimmermann	PT	
514 - Vieira da Cunha	PDT	PsbPdtPCdoBPmnPrb
516 - Vilson Covatti	PP	
Presentes Rio Grande do Sul: 29		

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – As listas de presença acusam na Casa o comparecimento de 72 Srs. Senadores e de 467 Srs. Deputados.

Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa projeto de lei de resolução, que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário, Deputado Osmar Serraglio.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Deputado Rodrigo Rollemberg consultou-me sobre a possibilidade de se fazer a inversão da pauta dos projetos que serão votados hoje. Há um projeto muito importante sobre a plataforma continental brasileira. Gostaria que ele fosse votado agora. Indago à Mesa se é possível.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – É possível sim, mediante apresentação de requerimento propondo a inversão da pauta, que será submetida ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Com a palavra o Sr. Primeiro Secretário, Deputado Osmar Serraglio, para leitura de projeto de resolução.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2008

(Do Senhor Claudio Cajado e outros senhores parlamentares)

Altera os arts. 26, 44 e 47, da Resolução nº 1, de 2006-CN, bem como o seu

anexo, que “dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º, do art. 166 da Constituição Federal, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo, e dá outras providências”.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao art. 47, da Resolução nº 1, de 2006-CN:

“Art. 47.

.

I – ser apresentadas na forma do art. 140 e assinadas por 3/4 (três quartos) dos deputados e 2/3 (dois terços) dos senadores da respectiva Unidade da Federação;”

Justificação

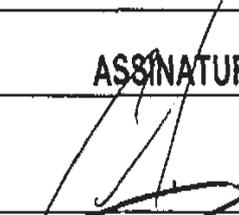
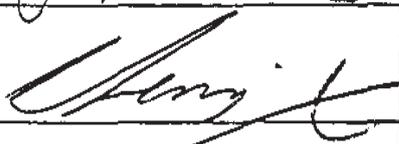
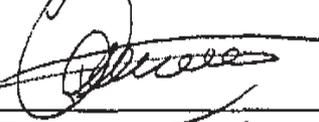
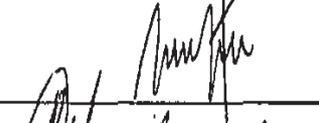
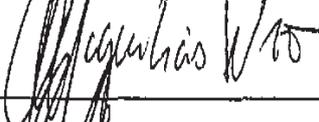
A alteração proposta objetiva dispensar a confecção de ata da reunião da bancada que decidir pela apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária, substituindo-a pela obrigatoriedade de assinatura dos membros da bancada na emenda apresentada à Comissão Mista de Orçamento.

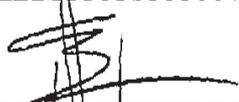
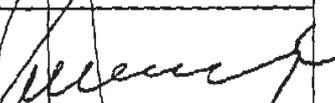
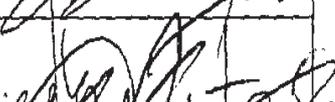
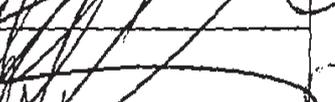
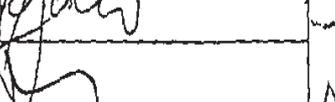
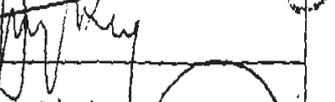
Esse procedimento, além de simplificar os procedimentos para apresentação de emendas, por parte das bancadas, acrescenta transparência ao processo. A apresentação das emendas na forma proposta deixa clara a intenção dos parlamentares da bancada de aprovarem as emendas apresentadas.

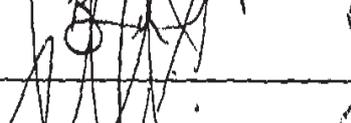
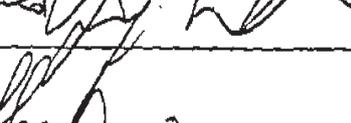
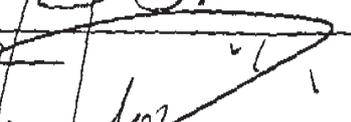
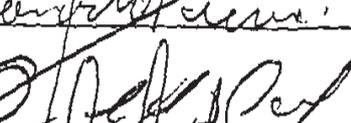
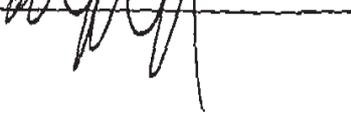
Esta sistemática poderá, inclusive, levar a discussões mais aprofundadas do conteúdo das emendas, permitindo uma melhor alocação dos recursos destinados aos estados e municípios.

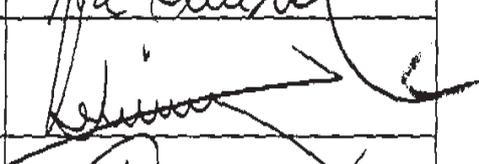
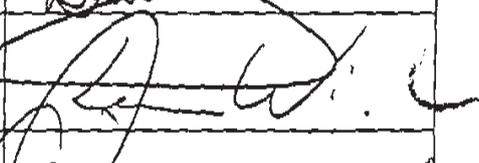
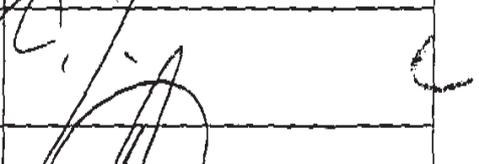
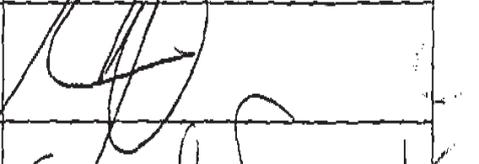
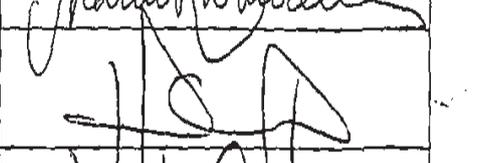
Sala das Sessões, 5 de novembro de 2008. – Deputado **Claudio Cajado**.

NOME	PARTIDO/UF	GAB	ASSINATURA
GIVALDO CARIMBAZ	PSB/MG	732	
DUARTE SILVA	PP/PA	912	
Rafael Wang	PP/SP	616	
Clive Louveira	PP/SP	511	
NELSON MEUREZ	PP/PR	916	
CARLOS WILLIAM	PT/CE	522	
JUTHAY JUNIOR	PSDB/BA	407	
Paul Henry		707	
EDGAR MARLY		941	
LEO ALCANTARA		726	Leonato Alcantara
VICENTE AZRUDA		603	
Ariosto Holanda	PSB/CE	575	
João Paulo	PP/PA	374	

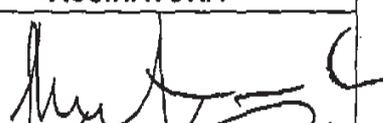
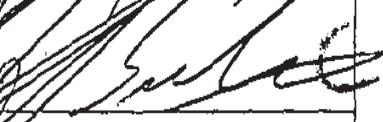
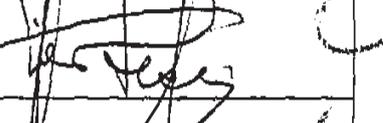
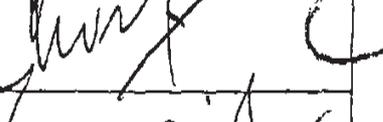
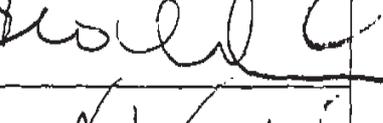
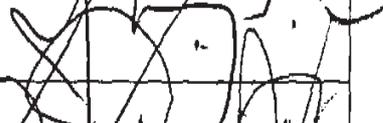
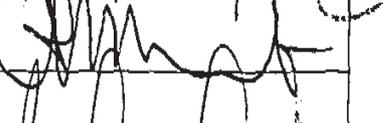
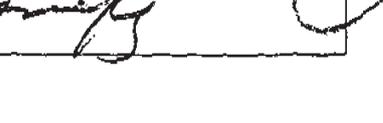
NOME	PARTIDO/UF	GAB	ASSINATURA
Paulo Augusto de Jesus		708	
João Cláudio		475	
Andréia Brito	PSDB	636	Andréia Brito
AR PARRUNZIO	PSDB	404	
Andréia	PSDB	330	Andréia
DANIZE ALMEIDA	PSB	317	
FÁBIO SOUTO		827	
MARCELO KAEFER	PSDB	818	
ARMÊNIO	DEM		Armênio
Sosê Rocha	PR		
André	PR	611	André
GERSON PERES	PP	334	Gerson Peres
Angela Regina H. Brin Helen	PP SC	252	Angela Regina

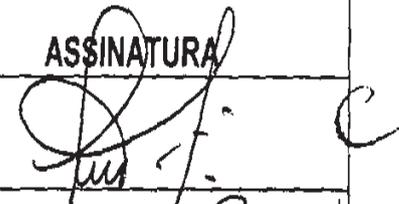
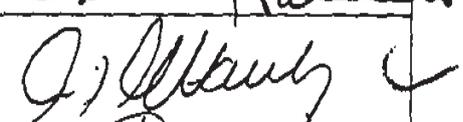
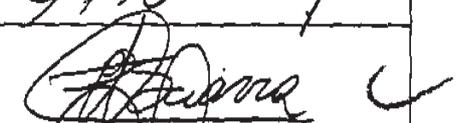
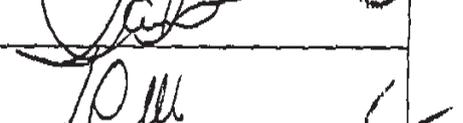
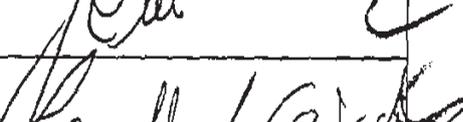
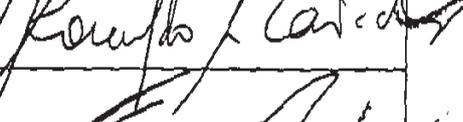
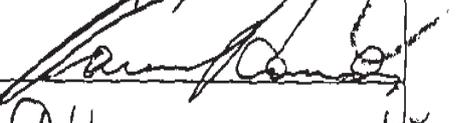
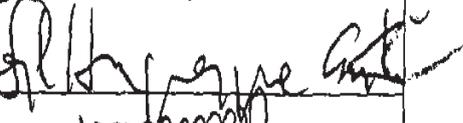
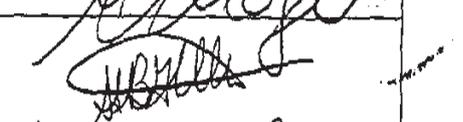
NOME	PARTIDO/UF	GAB	ASSINATURA
Inez Batista	DEM	215	
Milton Marinho	PR	308	
Juliano Freire	PDT	550	
ARNALDO VIANNA	PDT	824	
Drizola Neto	PDT	568	
EDUARDO MULLER	Pedob	419	
WAFER JONAS	PMDB	240	
JULIO DELGADO	PSB	323	
VITALDO ROGO	PMDB	833	
MANOEL JUNIOR	PSB/PB	601	
Marcelo Strogatz	PMDB/SP	284	
PEDRO VILAS	PMDB-PA	813	
WALDIR HARASHI	PP-MA	276	

NOME	PARTIDO/UF	GAB	ASSINATURA
José Guimarães	PT/CE	358	
Luiz Fernando	PP/AC	339	
MAURO LOPES	PMOB	841	
Bizar Rato	PR	558	
Marco Maia	PT/RS	314	
André Vaz	PT/PA	928	
Paulo Roberto	PTB-TS	635	
Paulo Henrique Lustosa	PMDB/CE	945	
Sergio Zanadas Camarin	PT-PA	671	
Bernardo Ariston	PMDB-RJ	710	
LEONARDO Piccioni	PMOB-RS	302	
ARNALDO JORDIM	PPS/SP	368	
MARLENA MENDES	PDS/RO	243	

NOME	PARTIDO/UF	GAB	ASSINATURA
Carlos Marinho	PR/SP	658	
Fernando Gabella	PV/RJ	332	F. Gabella
Imessa	PCdoB/MT	724	Imessa
JOSÉ ANIBAL	PSDB	832	José Anibal
Silviano Mury	PSDB	524	
Luiz Inácio Lula da Silva	DEM	520	
José Roberto Mury	DEM	SP	
Fernando Queiroz	PSDB	SP	
Emanuel Fernando	PSDB	SP	Emanuel Fernando
Eraim Filho	PBM	817 PB	Eraim Filho
Mário Henrique	PP	819	Mário Henrique
Luiz Inácio Lula da Silva	PR	408	
Nicácio de Oliveira	PR	551	Nicácio de Oliveira

NOME	PARTIDO/UF	GAB	ASSINATURA	
PAULO MALUF	P.P.	572		NC
WALTER FERREIRA	PMDB	282		C
THIAGO	PSDB	624		C
ZONTE	PP	741		C
Juan Carlos	PP	885		C
Antonio	PSOL	848		C
Ivan Valente	PSOL	716		C
Luana Gino	PSOL	203		C
NILSON MOURÃO	PT	376		C
TALITA ROCHA	PT	444		C
JOSE MARCOS	PT	502		C
B. SA	PSB	375		C
ATILIA LEA	PSB	640		C

NOME	PARTIDO/UF	GAB	ASSINATURA
Nelson Tizid		452	
Geraldo de Azevedo	PMDB-MS	905	
CHICO DA PRINCESA	PR/PR	633	
Solange Almeida	PMDB/RJ	742	
Stênio Bossini	PP/RS	709	
Silva Costa	PMU	458	
Francisco Rossi	PMDB	644	
JORGE KHOUKY	DEM	715	
MARCO ANTONIO		305	
MARINATO		700	
Amulydyf	PDT	812	
ROBERTO SANTIAGO	PP/RS	533	
Vilson Louati	PP/RS	228	

NOME	PARTIDO/UF	GAB	ASSINATURA
Lázaro Botelho	PP-TO	278	 C
OSÓRIO ADRIANO		321	
Luiz C. HAULY	PSDB-AR	220	 C
EDUARDO SCIARRA	DEM-PR	433	 C
ARNALDO FARIAS DE SA		929	 C
José Carlos PLEQUE	DEM	856	 C
RONALDO PAIÃO	DEM	227	
MAURICIO RANDES	PT-PE	256	
Luiz Couto	PT/PB	442	
Angel-Portela	PT/RR	808	 C
Cida Droy	PT/RJ	402	
Inan Barbosa	PT/SE	737	
JANETE Rocha Riera	PT/SP	578	

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – O projeto que acaba de ser lido vai às Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para emitirem pareceres, nos termos do § 3º do art. 128 do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Sobre a mesa veto presidencial que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário, Deputado Osmar Serraglio.

É lido o seguinte:

VETO TOTAL Nº 47, DE 2008

aposto ao

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2005

(nº 4.827/2001, na Casa de origem)

**(Mensagem nº 182/2008-CN –
nº 832/2008, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º, do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 25, de 2005 (nº 4.827/01 na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de musicoterapeuta”.

Ouvidos, os Ministérios da Justiça, do Trabalho e Emprego e da Saúde, manifestaram-se pelo veto ao projeto de lei, pelas seguintes razões:

“A Constituição garante o Direito Fundamental ao exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão (art. 5º, inciso XIII). Certo que pode o legislador infraconstitucional impor restrições ao exercício de determinadas profissões, se não atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, contudo, as exigências de qualificação profissional específicas têm de estar vinculadas à possibilidade de ocorrer algum dano à sociedade, pelo exercício do trabalho por pessoa sem determinada formação acadêmica ou não inscrita em determinado conselho profissional. Não pode o legislador infraconstitucional condicionar a prática de qualquer trabalho, ofício ou profissão, à titulação acadêmica, sem que se identifique o cumprimento desse requisito.

Por seu lado, o presente projeto de lei apresenta algumas lacunas que tornariam difícil e conflituosa a aplicação prática da norma, pois não está especificado a quem cabe fiscalizar o exercício irregular da profissão, ou

qual seria a pena aplicável, não se identifica o exato campo de atuação privativa do musicoterapeuta, e, por fim, a proposta não é compatível com a Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, que dispõe sobre os músicos.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 29 de outubro de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

PROJETO VETADO:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2005

(nº 4.827/2001, na Casa de origem)

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de musicoterapeuta.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O exercício da profissão de Musicoterapeuta é regulamentado por esta lei.

Art. 2º Musicoterapeuta é o profissional que se utiliza da música e/ou de elementos como som, ritmo, melodia e harmonia, por meio de técnicas e métodos musicoterápicos específicos, com a finalidade de prevenir, restaurar ou reabilitar a saúde física, mental e psíquica do ser humano.

Art. 3º Poderão exercer a profissão de musicoterapeuta no País:

I – os possuidores de diploma de graduação em Musicoterapia (educação superior), expedido no Brasil por instituições públicas ou privadas de educação, reconhecidas pelo Governo Federal;

II – os portadores de diploma de nível superior equivalente a graduação em Musicoterapia, expedido por escola estrangeira, reconhecido pelas leis de seu país e revalidado de acordo com a legislação brasileira em vigor;

III – os atuais portadores de diploma de graduação em Música, com Habilitação em Musicoterapia expedido no Brasil, por instituições públicas ou privadas de educação, ou particulares reconhecidas pelo Governo Federal;

IV – os alunos que estiverem regularmente matriculados na graduação em Música, com Habilitação em Musicoterapia, na data da entrada em vigor desta lei, em instituições públicas e privadas de educação e que venham a concluir esse curso;

V – os portadores de diploma de curso de pós-graduação em Musicoterapia (especialização, mestrado e/ou doutorado) reconhecido no País, expedido por escola estrangeira ou brasileira, até a data de entrada em vigor desta lei, desde que reconhecido no País;

VI – os alunos que estejam regularmente matriculados em curso de pós-graduação em Musicoterapia, no momento de aprovação desta lei, e que venham a concluir esse curso;

VII – os portadores de diploma de nível superior que, na data de entrada em vigor desta lei, tenham exercido comprovadamente, durante o período de 5 (cinco) anos, a atividade de Musicoterapia, e requeiram o registro no prazo máximo de 2 (dois) anos.

Art. 4º As atividades e funções dos profissionais, de que trata esta lei, consistem em:

I – desenvolver a prática clínica da Musicoterapia, supervisionar trabalhos clínicos na área, exercer docência, realizar pesquisa;

II – participar de equipes multidisciplinares com objetivos descritos no inciso I deste artigo;

III – exercer funções de coordenação, direção, orientação e planejamento, relacionadas com a Musicoterapia, em entidades públicas ou privadas;

IV – desempenhar outras funções compatíveis com sua formação universitária.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 5 de dezembro de 2008.

A matéria vai à publicação.

Solicito ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados as indicações dos membros dessa Casa do Congresso Nacional que deverão integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto que acaba de ser lido.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço um esclarecimento à Mesa.

Anunciou V.Exª o início da tramitação de um projeto que altera a resolução. Gostaríamos de ter amplo conhecimento do conteúdo desse projeto. Até porque nós, democratas, temos sérias restrições à deliberação sobre qualquer projeto que altere a resolução. Entendemos que as últimas idéias que foram publicamente discutidas vinham no sentido de promover uma involu-

ção nos procedimentos da Comissão de Orçamento e no exame do Orçamento pelo Congresso Nacional.

Chamo a atenção para o fato de que nós, democratas, não aceitamos a votação de qualquer tipo de projeto que altere a resolução. Acho que todos esses projetos deveriam ser reunidos por V.Exª e examinados por uma comissão de sistematização – provavelmente uma subcomissão da Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V.Exª será atendido. V.Exª terá em mãos o que solicita, desde a publicação do projeto de resolução.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem V.Exª a palavra.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, depois de examinarmos os créditos, teremos apenas uma proposição para examinar – o prazo para apresentação de emendas vai até o dia 14.

Depois que a resolução foi instituída, o Senado Federal criou a Comissão de Ciência e Tecnologia – o presidente é o Senador Wellington Salgado de Oliveira -, que está impedida de fazer emendas ao Orçamento.

Hávamos combinado na Comissão que apenas uma alteração seria permitida: as comissões criadas depois da resolução poderiam fazer emendas, senão ficariam prejudicadas em relação às demais.

Eu concordo plenamente que nenhuma mudança seja produzida na resolução sem amplo debate, sem acordo. Que eu saiba, não há discussão em andamento a esse respeito. Pelo menos não fui chamado para tratar do assunto. Gostaria que examinássemos esse item, não neste momento, mas depois da votação dos créditos – logicamente, se houver acordo.

No meu entendimento, nada mais justo do que fazer essa alteração. Senão, teremos comissões de primeira categoria e de segunda categoria: as que podem apresentar emendas e as que não podem fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para a réplica, concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto. Tenho certeza de que o Senador Artur da Távola, digo, Arthur Virgílio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A única vantagem que eu levo em relação àquele grande homem público é que eu ainda estou vivo. De resto, ele é melhor do que eu. Mas eu fico muito honrado com a confusão que V.Exª faz, tão benéfica para a minha biografia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu agradeço ao Senador Arthur Virgílio a compreensão. É que a velhice já está me atingindo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA. Pela Ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vamos discutir o projeto da Comissão do Senado, mas acho que podemos dar andamento à sessão. Quando os demais itens forem vencidos, nós já teremos uma opinião formada. Se não houver nenhum problema, nenhum obstáculo, poderemos também seguir com a votação deste item.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela Ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro, com muita felicidade, com muito prazer, o clima de entendimento construído para hoje, na última tentativa de reunião do Congresso Nacional. Até porque vejo em jogo projetos de crédito relevantes para o funcionamento da administração. Entre essas matérias todas, apenas uma diz respeito a Estados e Municípios.

A crise econômica se instala. Nós não podemos fazer papel de avestruzes. Se prevemos para o ano que vem baixo saldo da balança comercial – analistas mais pessimistas prevêm até saldo zero -, devemos perceber com muita facilidade que os Estados eminentemente exportadores serão os mais atingidos. Logo, o cuidado do Congresso Nacional com os Estados exportadores, aprovando rapidamente as questões ligadas à Lei Kandir, engrandecerá o Parlamento. Obviamente, os Estados exportadores sofrerão mais com a deterioração das relações comerciais.

Sr. Presidente, hoje recolhi a preocupação de diversos Governadores e Senadores: dos Governadores José Serra, que esteve nos visitando na Liderança do PSDB, e Aécio Neves; dos Senadores Mário Couto, José Nery, Flexa Ribeiro, do Estado do Pará. Recolhi a preocupação daqueles que percebem que temos de nos munir de todos os instrumentos para enfrentar a crise que se instala.

Parabenizo V.Ex^a pela paciência e pela competência com que se houve nas tratativas. Parabenizo o Líder Antonio Carlos Magalhães Neto, tão jovem e tão brilhante, pela capacidade que tem de compreender a realidade nacional. E parabenizo, obviamente, o Deputado Gilmar Machado – a Câmara e o Senado reconhecem as qualidades desse competente Parlamentar.

Entendo que avançaremos, e muito, ajudando os Estados exportadores a enfrentarem a crise, se hoje cumprirmos este desígnio: aprovar a indenização pelas perdas sofridas em decorrência das desonerações para as exportações vindas no bojo da chamada Lei Kandir.

Meus parabéns à Casa!

Imagino que concluiremos esta votação com a perspectiva de êxito que ora se desenha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem V.Ex^a a palavra.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Nós gostaríamos de chamar a atenção da Liderança do Governo no Congresso Nacional. Peço a atenção do Deputado Gilmar Machado.

A partir do dia 2 de setembro, os Deputados e Senadores que não tiveram parte de suas emendas individuais empenhadas ficam sujeitos à determinação de um portaria ministerial que obriga os municípios a se registrarem e a se inscreverem no SINCONV. Em seguida, devem apresentar um projeto, que precisa ser autorizado para que haja o efetivo empenho dessas emendas dos municípios.

Sr. Presidente, da forma como isso ocorreu, há impossibilidade de execução do Orçamento para 2008.

Discutimos o assunto na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Temos acordo para votar hoje a matéria, mas queremos um compromisso claro da Liderança do Governo.

Esse sistema pode ser positivo para a administração pública, mas não podemos mudar a regra do jogo após termos passado mais de dois terços do ano desorganizando toda a expectativa dos municípios brasileiros.

Sr. Presidente, nós defendemos que esse sistema passe a ser utilizado a partir do dia 1º de janeiro de 2009, de modo que os municípios brasileiros possam se organizar para essa nova sistemática e não sejam prejudicados milhares deles, que não verão as suas emendas empenhadas.

Nós haveremos de dar seguimento ao compromisso de votar hoje a matéria. Não o faremos em outro momento se essa situação não for definitivamente garantida e resolvida pelo Governo. Essa demanda não é do PSDB, não é das Oposições. Ela é, sobretudo, dos Parlamentares, que representam os interesses dos municípios brasileiros, que terão seus empenhos prejudicados.

Gostaríamos de ouvir o compromisso da Liderança do Governo a respeito dessa matéria, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Sr. Presidente, gostaria de levantar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na reunião passada, a Mesa interpretou o art. 8º do Regimento Comum de modo a anular a existência do Vice-Líder tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal – está presente o Líder do meu partido. Na ausência do Líder, o Vice-Líder só não pode usar a palavra, na Câmara, na condição de Líder. Mas pode exercer todas as atividades de Líder.

Se entendermos que, para pedir verificação – uma dessas atividades –, haverá necessidade de que o Líder esteja na Casa, estaremos diante da nulidade da função de Vice-Líder.

Gostaria que essa dúvida fosse dirimida neste momento por V.Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador Arthur Virgílio quer participar do debate. Então, concedo a palavra a S.Ex^a. Logo em seguida darei uma resposta ao questionamento apresentado pelo Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vejo que essa é uma polêmica feliz, porque os 2 lados têm razão.

O Deputado José Carlos Aleluia está coberto de razões regimentais ao levantar essa questão de ordem. Após o início de dúvida que se instalou, V.Ex^a reconheceu que o Deputado Osório Adriano tinha o direito de pedir verificação de **quorum**. Isso ficou bem aclarado a partir da intervenção segura e competente do Deputado Osório Adriano, a partir da opinião que colegas seus – eu próprio – transmitiram à Mesa e, sem dúvida, a partir do aconselhamento que sua assessoria lhe passou.

Vi que, ao fim e ao cabo, ficou intata a função do Vice-Líder, naquele momento e naquele exemplo, reconhecida na presença do Deputado Osório Adriano, que representava o competente Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

Entendo, portanto, Sr. Presidente, que o Deputado José Carlos Aleluia está coberto de razão. E V.Ex^a reconheceu essa razão lá atrás, quando entendeu que, a depender do alvitre do Deputado Osório Adriano, a sessão prosseguiria ou não. Foi esse o entendimento que este seu colega pelo Estado da Amazonas teve.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria de tranquilizar o Deputado José Carlos Aleluia. Primeiro, não houve, da parte da Presidência, nenhum intuito de desprestigiar a função dos Vice-Líderes. O que aconteceu foi que o nome do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, que é o Líder da bancada, estava no painel. Então houve o

entendimento de que somente S.Ex^a poderia encaminhar a questão ou delegar a tarefa. Mas o Deputado Osório Adriano teve, como já disse o Senador Arthur Virgílio, uma atuação tão convincente que resolvemos encerrar a sessão.

Era isso que eu gostaria de esclarecer ao nobre Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Sr. Presidente, V.Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não. A palavra está com V.Ex^a.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Sem revisão do orador.) – Na minha interpretação, V.Ex^a entende estar vigorando o art. 8º do Regimento Comum, que dispõe: “*Ausente ou impedido o Líder (e o Líder pode ter seu nome no painel, mas estar ausente, porque estar ausente significa não estar no plenário no momento ou não desejar usar a palavra, e o impedimento pode ser um problema de fala, por exemplo), as suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Líder*”.

Entendo que V.Ex^a interpreta dessa forma o dispositivo. Portanto, poderemos prosseguir o trabalho normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V.Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para complementar, eu gostaria de dizer que acho que isso é óbvio. Até porque é praxe da atuação parlamentar que o Líder, mesmo estando presente, delegue ao Vice-Líder uma série de funções, inclusive a de pedir verificação de **quorum**.

Não sei sequer por que esse assunto foi suscitado pela base do Governo, uma vez que ela própria se utiliza desse instrumento. Muitas vezes, na ausência do Líder, os Vice-Líderes – e isso acontece com frequência na Comissão de Orçamento – têm as prerrogativas que o Líder teria. A única prerrogativa que não têm é a utilização da palavra no tempo destinado à Liderança. Todas as outras são garantidas aos Vice-Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero responder à questão levantada pelo Líder, Deputado Bruno Araújo, sobre o sistema que foi implantado este ano, e exatamente por definição da LDO – foi votado na LDO que isso seria implementado. Alguns problemas estão sendo gerados, mas, logicamente, toda vez que um novo sistema entra em vigor, dificuldades podem ocorrer.

O sistema vai simplificar o trabalho. Hoje, quando se apresenta um projeto, é preciso tirar guias da Pre-

feitura para cada Ministério. Agora, apresenta-se uma única guia, que vai valer para todos os Ministérios. Isso facilitará muito o trabalho.

Mas eu entendo que o transtorno que está sendo criado se deve ao fato de que estávamos em período eleitoral. Muitos não tiveram acesso ao sistema – só agora é que estão tendo. Isso pode realmente atrasar um pouco o empenho das emendas deste ano no cadastro que está sendo feito.

Mas nós nos comprometemos – já estamos em contato com o Ministério do Planejamento – a tentar prorrogar esse prazo para o início do ano que vem, permitindo que as emendas deste ano permaneçam no sistema que vigia antes da entrada em vigor desse cadastro único, valendo o cadastro único apenas a partir do ano que vem.

A Liderança do Governo se compromete a trabalhar firmemente nesse sentido. Desde ontem estamos tentando atender a essa reivindicação, que não é da Oposição nem do Governo, mas da Casa como um todo, porque todos temos o mesmo interesse: que as Prefeituras tenham acesso ao recurso das emendas que apresentamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, se houver acordo entre todos os inscritos para as Breves Comunicações, sugiro a V.Ex^a que passe desde já à pauta de votações.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pergunto ao Deputado Eduardo Valverde se concorda com a sugestão do Deputado Rodrigo Rollemberg. *(Pausa.)*

O Deputado Pompeo de Mattos concorda? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 1:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 19 de 2008-CN, que “abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$1.187.217,00 (um milhão, cento e oitenta e sete mil, duzentos e dezessete reais), para reforço das dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Ao projeto de lei foram apresentadas 2 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 36, de 2008-CN, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, coloco em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sr^{as}. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI Nº 19, DE 2008-CN
(Mensagem nº 77, de 2008-CN)
(Nº 464/2008, na origem)**

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.187.217,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008), em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.187.217,00 (um milhão, cento e oitenta e sete mil, duzentos e dezessete reais), para atender à prorrogação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – excesso de arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas, no valor de R\$ 67.217,00 (sessenta e sete mil, duzentos e dezessete reais); e

II – anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 1.120.000,00 (um milhão, cento e vinte mil reais), conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGÃO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
 UNIDADE : 33101 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
1009 REGIMES DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DA UNIAO, ESTADOS, MUNICIPIOS E DISTRITO FEDERAL.									67.217
		ATIVIDADES							
09 122	1009 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							67.217
09 122	1009 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL							67.217
									67.217
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									67.217
TOTAL - GERAL									67.217

ORGÃO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
 UNIDADE : 55101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
1049 ACESSO A ALIMENTACAO									100.000
		ATIVIDADES							
08 845	1049 8930	APOIO A IMPLANTACAO DE BANCOS DE ALIMENTOS E MERCADOS PUBLICOS							100.000
08 845	1049 8930 0001	APOIO A IMPLANTACAO DE BANCOS DE ALIMENTOS E MERCADOS PUBLICOS - NACIONAL							100.000
									100.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									100.000
TOTAL - GERAL									100.000

ORGAO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
 UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	R	M	I	F	VALOR
1385 PROTECAO SOCIAL ESPECIAL									1.020.000
		ATIVIDADES							
08 244	1385 2B31	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL							1.020.000
08 244	1385 2B31 0136	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							990.000
08 244	1385 2B31 0282	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	4	2	30	0	151	990.000
									30.000
			S	3	2	40	0	151	30.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.020.000
TOTAL - GERAL									1.020.000

ORGAO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
 UNIDADE : 55101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	R	M	I	F	VALOR
1049 ACESSO A ALIMENTACAO									100.000
		ATIVIDADES							
08 845	1049 8929	APOIO A INSTALACAO DE RESTAURANTES E COZINHAS POPULARES							100.000
08 845	1049 8929 0066	APOIO A INSTALACAO DE RESTAURANTES E COZINHAS POPULARES - EMBU - SP							100.000
			S	4	2	40	0	151	100.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									100.000
TOTAL - GERAL									100.000

ORGAO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1385		PROTECAO SOCIAL ESPECIAL							1.020.000
		ATIVIDADES							
08 244	1385 2B31	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL							1.020.000
08 244	1385 2B31 0322	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - BELO HORIZONTE - MG							990.000
08 244	1385 2B31 0338	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - INSTITUTO HUMANITAS - SANTA CRUZ DO SUL - RS	S	3	2	48	0	151	990.000
		TOTAL - FISCAL	S	3	2	40	0	151	0
		TOTAL - SEGURIDADE							1.020.000
		TOTAL - GERAL							1.020.000

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 2:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 20 de 2008-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor R\$5.870.000,00 (cinco milhões, oitocentos e setenta mil reais), para o fim que especifica”.

O projeto não recebeu emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 43, de 2008-CN, concluiu pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, coloco em votação o projeto, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as}. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 20, DE 2008-CN
MENSAGEM Nº 78, DE 2008-CN
(nº 465/2008, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$5.870.000,00 (cinco milhões, oitocentos e setenta mil reais), para o fim que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008), em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$5.870.000,00 (cinco milhões, oitocentos e setenta mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORÇAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25101 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	R	M	I	F	VALOR
0773 GESTAO DA POLITICA DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA E CONTABIL DA UNIAO									5.870.000
PROJETOS									
04 123	0773 1579	APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES E MECANISMOS DE GERENCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA							5.870.000
04 123	0773 1579 0001	APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES E MECANISMOS DE GERENCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA - NACIONAL							5.870.000
			F	3	2	90	0	100	5.870.000
			F	3	2	90	0	100	460.000
TOTAL - FISCAL									5.870.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.870.000

ORÇAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25101 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	R	M	I	F	VALOR
0773 GESTAO DA POLITICA DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA E CONTABIL DA UNIAO									5.870.000
ATIVIDADES									
04 123	0773 2077	GESTAO DA DÍVIDA PÚBLICA							5.870.000
04 123	0773 2077 0001	GESTAO DA DÍVIDA PÚBLICA - NACIONAL							5.870.000
			F	3	2	90	8	100	5.870.000
TOTAL - FISCAL									5.870.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.870.000

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 3:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 21 de 2008-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$204.000.000,00 (duzentos e quatro milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

As emendas ao projeto de lei foram apresentadas 3 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 45, de 2008-CN, concluiu pela aprovação de substitutivo, incorporando o texto da Emenda nº 3, pela aprovação parcial da Emenda nº 1, e pela inadmissibilidade da Emenda nº 2.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o projeto e o substitutivo. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, coloco em votação o projeto, na Câmara dos Deputados.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem V.Ex^a a palavra.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, temos um requerimento de preferência com relação ao Projeto nº 21.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V.Ex^a tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário, Deputado Osmar Serraglio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008-CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Requeremos, ouvido o Plenário e de acordo com os termos regimentais, a preferência para ser votado o texto original do PLN nº 21/2008, antes do substitutivo apresentado.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 2008. – Deputado **Gilmar Machado**(PT/MG), Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o requerimento.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apoiamos a posição do Governo de manter o projeto original.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o requerimento, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as}. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o requerimento, no Senado Federal.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação do projeto.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as}. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 21, DE 2008-CN MENSAGEM Nº 79, DE 2008-CN (nº 497/2008, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$204.000.000,00 (duzentos e quatro milhões de reais), para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008), em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R\$204.000.000,00 (duzentos e quatro milhões de reais), para atender à programação constante do anexo desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de excesso de arrecadação de recursos ordinários.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
 UNIDADE : 22202 - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - EMBRAPA

ANEXO CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	E		
1156 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGOCIO									4.000.000
ATIVIDADES									
20 573	1156 0924	TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO							4.000.000
20 573	1156 0924 0001	TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO - NACIONAL							4.000.000
			F	3	2	50	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									4.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.000.000

ORGAO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
 UNIDADE : 49101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

ANEXO CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	E		
1427 ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR									200.000.000
ATIVIDADES									
21 606	1427 4260	FOMENTO A ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL PARA AGRICULTORES FAMILIARES							200.000.000
21 606	1427 4260 0001	FOMENTO A ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL PARA AGRICULTORES FAMILIARES - NACIONAL							200.000.000
			F	3	2	30	0	100	70.000.000
			F	3	2	50	0	100	40.000.000
			F	3	2	50	0	100	10.000.000
			F	4	2	30	0	100	80.000.000
TOTAL - FISCAL									200.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									200.000.000

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 4:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 22, de 2008-CN, que “abre ao Orçamento de Investimentos para 2008, em favor de empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$314.079.075,00 (trezentos e quatorze milhões, setenta e nove mil e setenta e cinco reais), para os fins que especifica”.

Ao projeto de lei foi apresentada uma emenda.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 51, de 2008-CN, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição da emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação, nos termos do parecer, na Câmara.

As Sr^{as.} e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Sr^{as.} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 22, DE 2008-CN
MENSAGEM Nº 80, DE 2008-CN
(nº 498/2008, na origem)

Abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor de empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$314.079.075,00 (trezentos e quatorze milhões, setenta e nove mil e setenta e cinco reais), para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei 11.647, de 24 de março de 2008) crédito suplementar no valor total de R\$314.079.075,00 (trezentos e quatorze milhões, setenta e nove mil e setenta e cinco reais), em favor de empresas estatais, para atender à programação constante do Anexo I a esta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita”, constante do Anexo I a esta lei, e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades, constante do Anexo II a esta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
10 SAÚDE			350.000
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS			11.382.589
24 COMUNICAÇÕES			59.009.000
25 ENERGIA			55.000.000
26 TRANSPORTE			188.346.495
TOTAL - GERAL			314.079.075
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			65.182.589
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			1.530.000
721 COMUNICAÇÕES POSTAIS			59.009.000
781 TRANSPORTE AÉREO			188.346.495
TOTAL - GERAL			314.079.075
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES			
10 SAÚDE			350.000
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			1.530.000
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS			11.382.589
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			10.182.589
24 COMUNICAÇÕES			1.200.000
721 COMUNICAÇÕES POSTAIS			59.009.000
25 ENERGIA			59.000.000
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			55.000.000
26 TRANSPORTE			55.000.000
781 TRANSPORTE AÉREO			188.346.495
TOTAL - GERAL			314.079.075
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
0256 APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS			59.009.000
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA			188.346.495
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			66.732.589
TOTAL - GERAL			314.079.075
QUADRO SÍNTESE POR ORGAO			
25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA			11.382.589
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA			55.000.000
36000 MINISTÉRIO DA SAÚDE			350.000
41000 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES			59.009.000
52000 MINISTÉRIO DA DEFESA			188.346.495
TOTAL - GERAL			314.079.075
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			1.200.000
4.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			1.200.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			1.200.000
TOTAL DA RECEITA	1.200.000	RECEITAS CORRENTES	1.200.000
		RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 11.382.589			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS			11.382.589
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			10.182.589
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			1.200.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			11.382.589
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS			
25218 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB			10.182.589
25244 BANCO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. - BEP			1.200.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			11.382.589
TOTAL			11.382.589
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			1.200.000
4.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			1.200.000
4.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			1.200.000
TOTAL DA RECEITA	1.200.000	RECEITAS CORRENTES	1.200.000
		RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25218 - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 10.182.589			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS			10.182.589
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			10.182.589
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			10.182.589
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			10.182.589
TOTAL			10.182.589

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 UNIDADE : 25218 - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - ENB

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	INDICADOR	GN D	R P	MOD	U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									10.182.580
ATIVIDADES									
23 122	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							10.182.580
23 122	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	1	4 - INV	4	90	0	495	10.182.580
TOTAL - INVESTIMENTO									10.182.580

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 UNIDADE : 25246 - BANCO DO ESTADO DO PIAUI S.A. - BEP

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.200.000									
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS									1.200.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO									1.200.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.200.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									1.200.000
TOTAL									1.200.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.886.000,00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									1.200.000
6.100.000,00 RECURSOS PRÓPRIOS									1.200.000
6.110.000,00 GERAÇÃO PRÓPRIA									1.200.000
TOTAL DA RECEITA									1.200.000
1.200.000 RECEITAS CORRENTES			1.200.000 RECEITAS DE CAPITAL			0			

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 UNIDADE : 25246 - BANCO DO ESTADO DO PIAUI S.A. - BEP

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	FSF	GN D	R P	MOD	U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.200.000
ATIVIDADES									
23 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							1.200.000
23 126	0807 4103 0022	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO PIAUI	1	4 - INV	4	90	0	495	1.200.000
TOTAL - INVESTIMENTO									1.200.000

ORGAO : 31000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
TOTAL DO ORGAO : R\$ 55.000.000									
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA									55.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL									55.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	55.000.000
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS	
32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE	55.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	55.000.000
TOTAL	55.000.000

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

ANEXO I	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 55.000.000	

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
25 ENERGIA	55.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
121 ADMINISTRAÇÃO GERAL	45.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	55.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	55.000.000
TOTAL	55.000.000

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

ANEXO I	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/VACAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ES F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807		INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO							55.000.000
		PROJETOS							
25 122	0807 111G	INSTALACAO DE EDIFICIO-SEDE							55.000.000
25 122	0807 111G 0050	INSTALACAO DE EDIFICIO-SEDE - NA REGAO CENTRO-OESTE							55.000.000
		EDIFICIO-SEDE INSTALADO (% DE EXECUCAO FISICA) 74	1	4 - INV	2	90	0	495	55.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO									55.000.000

ORÇAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE

ANEXO I	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORÇAO : R\$ 350.000	

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
14 SAÚDE	350.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	350.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	350.000
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS	
36215 EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRAS	350.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	350.000
TOTAL	350.000

ORÇAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36215 - EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRAS

ANEXO I	CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 350.000	

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
14 SAÚDE	350.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	350.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	350.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	350.000
TOTAL	350.000

ORÇAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
 UNIDADE : 36215 - EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRAS

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CRÉDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807		INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO							350.000
ATIVIDADES									
10 824	0807 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMÁTICA E TELEPROCESSAMENTO							350.000
10 826	0807 4103 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMÁTICA E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	350.000
TOTAL - INVESTIMENTO									350.000

ORÇAO : 41000 - MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CRÉDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
TOTAL DO ORÇAO : R\$ 59.000.000									
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES									
24 COMUNICAÇÕES									59.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES									
721 COMUNICAÇÕES POSTAIS									59.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS									
0256 APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS									59.000.000
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS									
41201 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT									59.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA									
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									59.000.000
TOTAL									59.000.000

ORÇAO : 41000 - MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
 UNIDADE : 41201 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CRÉDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 59.000.000									
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES									
24 COMUNICAÇÕES									59.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES									
721 COMUNICAÇÕES POSTAIS									59.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS									
0256 APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS									59.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA									
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									59.000.000
TOTAL									59.000.000

ORÇAO : 41000 - MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
 UNIDADE : 41201 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CRÉDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0256		APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS							59.000.000
ATIVIDADES									
24 721	0256 4095	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO - CORREIOS							22.000.000
24 721	0256 4095 0001	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO - CORREIOS - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	22.000.000

		PROJETOS					
24 721	0256 3222	ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO					37.000.000
24 721	0256 3222 0001	ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO - NACIONAL					37.000.000
		INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA (1% DE EXECUÇÃO FÍSICA) :	3	4 - INV	2	90 0 495	37.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO							59.000.000

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 188.346.495

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
26 TRANSPORTE

188.346.495

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
781 TRANSPORTE AÉREO

188.346.495

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

188.346.495

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS
52212 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

188.346.495

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

188.346.495

TOTAL

188.346.495

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA

UNIDADE : 52212 - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 188.346.495

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
26 TRANSPORTE

188.346.495

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
781 TRANSPORTE AÉREO

188.346.495

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

188.346.495

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

188.346.495

TOTAL

188.346.495

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA

UNIDADE : 52212 - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GN	RP	MOD	U	FT	VALOR
		0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA							188.346.495
		ATIVIDADES							
26 781	0631 4099	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA							437.565.819
26 781	0631 4099 0010	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - NA REGIÃO NORTE							4.955.933
26 781	0631 4099 0020	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - NA REGIÃO NORDESTE	1	4 - INV	2	90	0 495		4.955.933
26 781	0631 4099 0030	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - NA REGIÃO SUDESTE	1	4 - INV	2	90	0 495		33.293.905
26 781	0631 4099 0040	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - NA REGIÃO SUL	1	4 - INV	2	90	0 495		55.292.247
26 781	0631 4099 0050	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - NA REGIÃO LESTE/OESTE	1	4 - INV	2	90	0 495		27.515.275
26 781	0631 4099 0050	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - NA REGIÃO LESTE/OESTE	1	4 - INV	2	90	0 495		16.507.659

		PROJETOS							
26 781	0631 1F53	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIRO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE MACAPÁ							13.273.383
26 781	0631 1F53 0016	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIRO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE MACAPÁ - NO ESTADO DO AMAPÁ							13.273.383
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 26	1	4 - INV	2	90	0	495	13.273.383
26 781	0631 1F55	EXECUÇÃO DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE SISTEMAS DE AUXÍLIO E PROTEÇÃO AO VOO DO NOVO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO EM SÃO GONÇALO DO AMARANTE (RN)							5.023.762
26 781	0631 1F55 0024	EXECUÇÃO DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE SISTEMAS DE AUXÍLIO E PROTEÇÃO AO VOO DO NOVO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO EM SÃO GONÇALO DO AMARANTE (RN) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							5.023.762
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 5	1	4 - INV	2	90	0	495	5.023.762
26 781	0631 1F59	CONSTRUÇÃO DA 2ª PISTA DE POUSO E DO SATELITE SUL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA							625.221
26 781	0631 1F59 0053	CONSTRUÇÃO DA 2ª PISTA DE POUSO E DO SATELITE SUL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA - NO DISTRITO FEDERAL							625.221
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	625.221
26 781	0631 1F62	ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA							10.105.176
26 781	0631 1F62 0001	ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - NACIONAL							10.105.176
		INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA ADEQUADA (UNIDADE) 2	1	4 - INV	2	90	0	495	10.105.176
26 781	0631 1J92	CONSTRUÇÃO DE TORRE DE CONTROLE DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SALVADOR							314.117
26 781	0631 1J92 0029	CONSTRUÇÃO DE TORRE DE CONTROLE DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SALVADOR - NO ESTADO DA BAHIA							314.117
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	495	314.117
26 781	0631 1J95	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE TORRE DE CONTROLE E DE SISTEMA DE PISTA DO AEROPORTO DE VITÓRIA							5.109.282
26 781	0631 1J95 0032	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE TORRE DE CONTROLE E DE SISTEMA DE PISTA DO AEROPORTO DE VITÓRIA - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO							5.109.282
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	495	5.109.282
26 781	0631 1J98	COMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CUIABÁ							4.211.117
26 781	0631 1J98 0051	COMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CUIABÁ - NO ESTADO DO MATO GROSSO							4.211.117
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 6	1	4 - INV	2	90	0	495	4.211.117
26 781	0631 1K05	AMPLIAÇÃO E READEQUAÇÃO DAS VIAS DE ACESSO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SALVADOR							12.000.000
26 781	0631 1K05 0029	AMPLIAÇÃO E READEQUAÇÃO DAS VIAS DE ACESSO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SALVADOR - NO ESTADO DA BAHIA							12.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 41	1	4 - INV	2	90	0	495	12.000.000
26 781	0631 1P52	AMPLIAÇÃO E REFORÇO DO PATIO DE AERONAVES E PISTA DE POUSO/DECOLAGEM DO AEROPORTO DE PARNAIBA (PI)							119.416
26 781	0631 1P52 0022	AMPLIAÇÃO E REFORÇO DO PATIO DE AERONAVES E PISTA DE POUSO/DECOLAGEM DO AEROPORTO DE PARNAIBA (PI) - NO ESTADO DO PIAUÍ							119.416
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 7	1	4 - INV	2	90	0	495	119.416
TOTAL - INVESTIMENTO									188.846.495

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
10 SAÚDE		350.000
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		10.182.580
24 COMUNICAÇÕES		59.000.000
25 ENERGIA		55.000.000
26 TRANSPORTE		188.346.495
	TOTAL - GERAL	312.879.075
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		17.000.000
691 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO		350.000
694 SERVIÇOS FINANCEIROS		10.182.580
721 COMUNICAÇÕES POSTAIS		44.000.000
732 ENERGIA ELÉTRICA		53.000.000
781 TRANSPORTE AÉREO		188.346.495
	TOTAL - GERAL	312.879.075
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES		
10 SAÚDE		350.000
300 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO		350.000
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		10.182.580
694 SERVIÇOS FINANCEIROS		59.000.000
24 COMUNICAÇÕES		15.000.000
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		44.000.000
721 COMUNICAÇÕES POSTAIS		55.000.000
25 ENERGIA		7.000.000
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		53.000.000
732 ENERGIA ELÉTRICA		188.346.495
26 TRANSPORTE		188.346.495
781 TRANSPORTE AÉREO		350.000
	TOTAL - GERAL	312.879.075
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0256 APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS		44.000.000
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE		5.000.000
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE		27.000.000
0401 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA		188.346.495
0781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS		10.182.580
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		17.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		24.000.000
1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS		350.000
	TOTAL - GERAL	312.879.075
QUADRO SINTESE POR ORGAO		
25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA		10.182.580
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		55.000.000
34000 MINISTÉRIO DA SAÚDE		350.000
41000 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES		59.000.000
52000 MINISTÉRIO DA PESQUISA		188.346.495
	TOTAL - GERAL	312.879.075

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 10.182.580		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		10.182.580
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
694 SERVIÇOS FINANCEIROS		10.182.580
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS		10.182.580
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		
23210 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB		10.182.580
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		10.182.580
TOTAL		10.182.580

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 23210 - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 10.182.580		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS		10.182.580
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
694 SERVIÇOS FINANCEIROS		10.182.580
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS		10.182.580
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		10.182.580
TOTAL		10.182.580

25 752	1042 3242 0010	AMPLIACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NOS ESTADOS DO ACEA/RONDONIA - (AC)(RO) - NA REGIAO NORTE SISTEMA AMPLIADO (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	U	495	2.000.000
25 752	1042 3243	AMPLIACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO AMAPA (AP)							5.000.000
25 752	1042 3243 0016	AMPLIACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO AMAPA (AP) - NO ESTADO DO AMAPA SISTEMA AMPLIADO (% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	2	90	O	495	5.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO									55.000.000

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 350.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES	10 SAUDE	350.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES	303 SUPORTE PROFILACTICO E TERAPEUTICO	350.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS	1791 SEGURANCA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	350.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS	36215 EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRAS	350.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	350.000
TOTAL		350.000

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE UNIDADE : 36215 - EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRAS

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 350.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES	10 SAUDE	350.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES	303 SUPORTE PROFILACTICO E TERAPEUTICO	350.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS	1791 SEGURANCA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	350.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	350.000
TOTAL		350.000

ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE UNIDADE : 36215 - EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRAS

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VACAO/SUBTITULO/PRODUTO	TRIM	CND	RP	MOD	U	TE	VALOR
1791 SEGURANCA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS									350.000
PROJETOS									
10 303	1291 1H00	IMPLANTACAO DA FABRICA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA							350.000
10 303	1291 1H00 0026	IMPLANTACAO DA FABRICA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - NO ESTADO DE PERNAMBUCO FABRICA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	O	495	350.000
TOTAL - INVESTIMENTO									350.000

ORGAO : 41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 50.000.000

ORGAO : 22000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO
 UNIDADE : 22202 - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - EMBRAPA

ANEXO CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	Q	R	M	I	F	VALOR
1156 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGOCIO										4.000.000
ATIVIDADES										
20 573	1156 0924	TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO								4.000.000
20 573	1156 0924 0001	TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO - NACIONAL	F	3	2	90	0	100		4.000.000
TOTAL - FISCAL										4.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										4.000.000

ORGAO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
 UNIDADE : 49101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

ANEXO CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	Q	R	M	I	F	VALOR
1427 ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR										200.000.000
ATIVIDADES										
21 606	1427 4260	FOMENTO A ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL PARA AGRICULTORES FAMILIARES								200.000.000
21 606	1427 4260 0001	FOMENTO A ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL PARA AGRICULTORES FAMILIARES - NACIONAL	F	3	2	30	0	100		10.000.000
			F	3	2	50	0	100		40.000.000
			F	3	2	90	0	100		10.000.000
			F	4	2	30	0	100		80.000.000
TOTAL - FISCAL										200.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										200.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
781 TRANSPORTE AÉREO	188.346.495
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	188.346.495
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	
52212 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO	188.346.495
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	188.346.495
TOTAL	188.346.495

ORÇAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
 UNIDADE : 52212 - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 188.346.495

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
34 TRANSPORTE	188.346.495
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
781 TRANSPORTE AÉREO	188.346.495
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	188.346.495
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	188.346.495
TOTAL	188.346.495

ORÇAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
 UNIDADE : 52212 - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA									188.346.495
		PROJETOS							
26 781	0631 1F52	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE SISTEMAS DE PISTAS E PATIOS, DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS E DE SISTEMA VIÁRIO NO AEROPORTO DE GOIÂNIA							38.390.000
26 781	0631 1F52 0052	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE SISTEMAS DE PISTAS E PATIOS, DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS E DE SISTEMA VIÁRIO NO AEROPORTO DE GOIÂNIA - NO ESTADO DE GOIÁS							38.390.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 14	1	4 - INV	2	90	0	495	38.390.000
26 781	0631 1F54	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS E DO SISTEMA DE PISTAS E PATIOS DO AEROPORTO SANTOS DUMONT (RJ)							13.998.537
26 781	0631 1F54 0033	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS E DO SISTEMA DE PISTAS E PATIOS DO AEROPORTO SANTOS DUMONT (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							13.998.537
		AEROPORTO AMPLIADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 24	1	4 - INV	2	90	0	495	13.998.537
26 781	0631 1F56	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE SISTEMAS DE PISTAS E PATIOS, DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS E ACESSO VIÁRIO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FLORIANÓPOLIS							2.176.000
26 781	0631 1F56 0042	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE SISTEMAS DE PISTAS E PATIOS, DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS E ACESSO VIÁRIO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FLORIANÓPOLIS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							2.176.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	2.176.000

24 781	0631 1J93	AMPLIACAO DOS SISTEMAS DE PISTAS E PATIOS E DE MACRODRENAGEM DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CURITIBA								1.893.000
26 781	0631 1J93 0041	AMPLIACAO DOS SISTEMAS DE PISTAS E PATIOS E DE MACRODRENAGEM DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CURITIBA - NO ESTADO DO PARANA								1.893.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495		1.893.000
26 781	0631 1J99	ADEQUACAO E AMPLIACAO DO SISTEMA DE PISTAS E PATIOS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS (SP)								19.280.695
26 781	0631 1J99 0035	ADEQUACAO E AMPLIACAO DO SISTEMA DE PISTAS E PATIOS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO								19.280.695
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 10	1	4 - INV	2	90	0	495		19.280.695
26 781	0631 1K01	ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CAMPINAS (SP)								755.471
26 781	0631 1K01 0035	ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CAMPINAS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO								755.471
		AEROPORTO ADEQUADO (% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	495		755.471
26 781	0631 1K02	IMPLANTACAO DE QUATRO PONTES DE EMBARQUE NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE RECIFE								350.000
26 781	0631 1K02 0026	IMPLANTACAO DE QUATRO PONTES DE EMBARQUE NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE RECIFE - NO ESTADO DE PERNAMBUCO								350.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495		350.000
26 781	0631 1K65	OBRAS COMPLEMENTARES NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SALVADOR								12.000.000
26 781	0631 1K65 0029	OBRAS COMPLEMENTARES NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SALVADOR - NO ESTADO DA BAHIA								12.000.000
		AEROPORTO AMPLIADO (% DE EXECUCAO FISICA) 85	1	4 - INV	2	90	0	495		12.000.000
26 781	0631 1M30	CONSTRUCAO DA TORRE DE CONTROLE NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONGONHAS (SP)								8.000.000
26 781	0631 1M30 0035	CONSTRUCAO DA TORRE DE CONTROLE NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONGONHAS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO								8.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 42	1	4 - INV	2	90	0	495		8.000.000
26 781	0631 1M31	CONSTRUCAO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE PATIO DE AERONAVES E DE ACESSO VIARIO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS								5.923.135
26 781	0631 1M31 0035	CONSTRUCAO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE PATIO DE AERONAVES E DE ACESSO VIARIO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS - NO ESTADO DE SAO PAULO								5.923.135
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495		5.923.135
26 781	0631 1M32	RECUPERACAO DO SISTEMA DE PISTAS E PATIOS DO AEROPORTO DO GALEAO (RJ)								87.833
26 781	0631 1M32 0035	RECUPERACAO DO SISTEMA DE PISTAS E PATIOS DO AEROPORTO DO GALEAO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								87.833
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495		87.833

26 781	0631 1M33	CONSTRUCAO DO COMPLEXO LOGISTICO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO ALEGRE								4.680.000
26 781	0631 1M33 0043	CONSTRUCAO DO COMPLEXO LOGISTICO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO ALEGRE - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL								4.680.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 5	1	4 - INV	2	90	0	495		4.680.000
26 781	0631 1O00	RECUPERACAO E REFORCO ESTRUTURAL DOS SISTEMAS DE PISTAS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CAMPINAS (SP)								7.496.474
26 781	0631 1O00 0035	RECUPERACAO E REFORCO ESTRUTURAL DOS SISTEMAS DE PISTAS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CAMPINAS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO								7.496.474
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 23	1	4 - INV	2	90	0	495		7.496.474
26 781	0631 1P49	AMPLIACAO DA PISTA DE POUSSO/DECOLAGEM DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO ALEGRE								46.200.000
26 781	0631 1P49 0043	AMPLIACAO DA PISTA DE POUSSO/DECOLAGEM DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO ALEGRE - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL								46.200.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 36	1	4 - INV	2	90	0	495		46.200.000
26 781	0631 1P56	AMPLIACAO DO TERMINAL DE CARGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CURITIBA								6.855.000
26 781	0631 1P56 0041	AMPLIACAO DO TERMINAL DE CARGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CURITIBA - NO ESTADO DO PARANA								6.855.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 69	1	4 - INV	2	90	0	495		6.855.000
26 781	0631 1P63	REFORMA DO TERMINAL DE CARGAS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEAO (RJ)								600.000
26 781	0631 1P63 0033	REFORMA DO TERMINAL DE CARGAS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEAO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								600.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 9	1	4 - INV	2	90	0	495		600.000
26 781	0631 1P68	CONSTRUCAO DO NOVO TERMINAL DE CARGAS DO AEROPORTO DE VITORIA								19.660.350
26 781	0631 1P68 0032	CONSTRUCAO DO NOVO TERMINAL DE CARGAS DO AEROPORTO DE VITORIA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO								19.660.350
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 34	1	4 - INV	2	90	0	495		19.660.350

TOTAL - INVESTIMENTO

188.346.495

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 5:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23, de 2008-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Turismo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$24.019.237,00 (vinte e quatro milhões, dezenove mil, duzentos e trinta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências”.

Ao projeto foram apresentadas 3 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 38, de 2008-CN, concluiu pela apresentação de substitutivo, incorporando as 5 emendas de Relator, e rejeição das demais emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o projeto e o substitutivo.

Para discutir, com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço ao Líder do Governo que esclareça quais são as emendas de Relator. Isso não é o normal. Quem deve fazer emenda é o Deputado, é o Senador, não o Relator.

Portanto, antes de votar, gostaria de ter um esclarecimento sobre o projeto. Senão, vou pedir que a matéria seja retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Lembro aos Parlamentares que a Comissão Mista de Orçamento concluiu pela apresentação desse substitutivo, incorporando as 5 emendas de Relator e rejeitando as demais emendas.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – O projeto de resolução, Sr. Presidente, visa exatamente limitar o poder dos Relatores. Um dos grandes problemas e males da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização são os superpoderes dos Relatores.

Portanto, sem os devidos esclarecimentos, votaremos contra o projeto e pediremos verificação.

Até que o Governo esclareça que medidas são essas, porém, por economia processual, solicito a V.Ex^a que passemos ao item seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, para discutir a matéria.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, na verdade, além da preocupação que levanta S.Ex^a o Deputado José Carlos

Aleluia, há bastante tempo vimos discutindo, especialmente a bancada gaúcha, por conta das demandas parlamentares e das emendas coletivas da bancada gaúcha relativas ao Ministério do Turismo.

Ao tempo da apresentação das emendas ao Orçamento, ainda no ano passado, tivemos a presença, na bancada gaúcha, da então Ministra do Turismo, Marta Suplicy, que nos garantiu que, uma vez aportadas as emendas na área do turismo, haveria a respectiva liberação. No entanto, estamos vendo aqui valores expressivos de suplementação, por conta de arrecadação a maior.

Aprovadas as emendas ao Orçamento, contamos com sua liberação para as obras que precisam ser feitas na área do turismo no Rio Grande do Sul. Mas, na prática, isso não acontece.

Em que pese tudo isso, o Governo e o Ministério do Turismo enviam ao Congresso Nacional outros projetos, aportando recursos extraordinários para outras obras. O que queremos é que o Governo cumpra o Orçamento da União na forma como foi aprovado. Senão, aprovamos um Orçamento e, depois, a suplementação de uma outra rubrica do mesmo Orçamento, e aquilo que aprovamos fica esperando.

É a nossa reclamação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado Gilmar Machado, para discutir a matéria.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo ao Deputado José Carlos Aleluia no que diz respeito ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23. O Deputado Eduardo Amorim, do PSC de Sergipe, apenas apresentou as 3 emendas para correção de conteúdo – nenhuma dessas emendas destaca valores para um ou outro lugar.

Então, peço ao Deputado José Carlos Aleluia que examine a matéria, uma vez que alocamos ao Ministério do Turismo uma série de recursos não só para eventos, mas também para infra-estrutura turística, e vários Municípios e Governos de Estado estão aguardando a aprovação do projeto.

Portanto, gostaria que o Deputado Aleluia olhasse com cuidado as emendas. E concordo com S.Ex^a: se forem emendas que mexem em valores ou criam valores, seremos os primeiros, como fizemos em relação ao item anterior, a pedir a votação do projeto original. O Relator, porém, fez apenas correções. Por isso, esse apelo. E, se for o caso de apresentação de emenda, faremos a alteração.

Peço, então, ao Deputado José Carlos Aleluia que, se possível, nos permita fazer isso. Senão, vamos tentar votar o projeto original, pois temos de continuar

votando. E tenho certeza de que o Deputado Aleluia não quer parar neste momento, porque temos em pauta matérias importantíssimas, como a referente à Lei Kandir e outras, para votar ainda esta noite.

É o apelo que deixo ao Deputado Aleluia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não há a menor condição de votar este projeto. Já considero um abuso usar recursos públicos para promover eventos nos Municípios. Mas, ainda assim, se esses recursos fossem ser aplicados por meio do Poder Público municipal, que é eleito e tem uma Câmara de Vereadores para fiscalizar, poderíamos concordar.

O Relator, porém, chegou ao extremo de mudar a modalidade de aplicação e está permitindo que se passe recursos públicos, para fazer festa, contratar banda etc., por intermédio de ONG.

Este projeto não pode passar, Sr. Presidente, e, por isso, peço a V.Ex^a que o retire de pauta. Não podemos votar a proposta.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou apresentando um requerimento – e quero pedir a compreensão do Deputado Aleluia – para que voltemos ao projeto original, não acatando o substitutivo. Assim, as emendas estariam rejeitadas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a modalidade de aplicação de dinheiro para banda, e por meio de ONG, não aprovamos este projeto.

Peço a V.Ex^a que o retire de pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Ex^a que inverta a pauta, deixando esta matéria no final, para que possamos construir um diálogo e dar seguimento à pauta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos dar continuidade à pauta.

Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 24, de 2008-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$72.830.088,00 (setenta e dois milhões, oitocentos e trinta mil e oitenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Ao projeto foram apresentadas 5 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 56, de 2008-CN, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

Os Srs. Deputados e as Sr^{as}. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as}. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 24, DE 2008-CN MENSAGEM Nº 82, DE 2008-CN (nº 505/2008, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$72.830.088,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008), em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$72.830.088,00 (setenta e dois milhões, oitocentos e trinta mil, oitenta e oito reais), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não-Financeiros, no valor de R\$11.957.673,00 (onze milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e setenta e três reais); e

II – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$60.872.415,00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e quinze reais), conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
 UNIDADE : 30907 - FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL - FUNPEN

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0661		APRIMORAMENTO DA EXECUCAO PENAL							400.000
		PROJETOS							
14 183	0661 10D3	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE INTELIGENCIA PENITENCIARIA FEDERAL							400.000
14 183	0661 10D3 0001	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE INTELIGENCIA PENITENCIARIA FEDERAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	118	400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
 UNIDADE : 30911 - FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1127		SISTEMA UNICO DE SEGURANCA PUBLICA - SUSP							60.472.415
		ATIVIDADES							
06 181	1127 8988	APOIO AO REAPARELHAMENTO DAS INSTITUICOES DE SEGURANCA PUBLICA							57.577.415
06 181	1127 8988 0001	APOIO AO REAPARELHAMENTO DAS INSTITUICOES DE SEGURANCA PUBLICA - NACIONAL	F	3	2	30	0	100	57.577.415
			F	4	2	30	0	100	1.600.000
			F	4	2	90	0	100	25.977.415
			F	4	2	90	0	100	30.000.000
06 126	1127 8994	SISTEMA NACIONAL DE GESTAO DO CONHECIMENTO E DE INFORMACOES CRIMINAIS							2.895.000
06 126	1127 8994 0001	SISTEMA NACIONAL DE GESTAO DO CONHECIMENTO E DE INFORMACOES CRIMINAIS - NACIONAL	F	4	2	30	0	100	2.895.000
TOTAL - FISCAL									60.472.415
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									60.472.415

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
 UNIDADE : 52911 - FUNDO AERONAUTICO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
------	--------------	--------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------

0631 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA FORCA AEREA BRASILEIRA									384.375
		PROJETOS							
05 482	0632 1485	CONSTRUCAO DE PROPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS PARA AS FORCAS ARMADAS						384.375	
05 482	0632 1485 0001	CONSTRUCAO DE PROPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS PARA AS FORCAS ARMADAS - NACIONAL						384.375	
			F	4	2	00	0	250	384.375
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									11.573.298
		ATIVIDADES							
05 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE						11.573.298	
05 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL						11.573.298	
			F	3	2	90	0	250	10.073.298
			F	4	2	90	0	250	1.500.000
TOTAL - FISCAL									13.957.673
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.957.673

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
 UNIDADE : 30101 - MINISTERIO DA JUSTICA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1453 NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI									60.472.415
		ATIVIDADES							
06 128	1453 20B6	CONCESSAO DE BOLSA-FORMACAO A POLICIAIS MILITARES E CIVIS, AGENTES PENITENCIARIOS, BOMBEIROS E PERITOS CRIMINAIS, DE BAIXA RENDA, PERTENCENTES AOS ESTADOS-MEMBROS.							60.472.415
06 128	1453 20B6 0001	CONCESSAO DE BOLSA-FORMACAO A POLICIAIS MILITARES E CIVIS, AGENTES PENITENCIARIOS, BOMBEIROS E PERITOS CRIMINAIS, DE BAIXA RENDA, PERTENCENTES AOS ESTADOS-MEMBROS. - NACIONAL							60.472.415
			F	3	2	90	0	100	60.472.415
TOTAL - FISCAL									60.472.415
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									60.472.415

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
 UNIDADE : 30907 - FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL - FUNPEN

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0661 AFRIMORAMENTO DA EXECUCAO PENAL									400.000
		ATIVIDADES							
14 421	0661 8916	APARELHAMENTO E REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS							400.000
14 421	0661 8916 0001	APARELHAMENTO E REAPARELHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS PENAIS - NACIONAL							400.000
			F	4	2	00	0	118	400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 7:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 25, de 2008-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Cultura, crédito suplementar no valor global de R\$41.420.531,00 (quarenta e um milhões, quatrocentos e vinte mil, quinhentos e trinta e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Ao projeto de lei foram apresentadas 3 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 37, de 2008-CN, concluiu pela aprovação do projeto, rejeição da Emenda nº 1 e inadmissibilidade das Emendas nºs 2 e 3.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

Os Srs. Deputados e as Sr^{as}. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as}. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 25, DE 2008-CN
MENSAGEM Nº 83, DE 2008-CN
(nº 506/2008, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Cultura, crédito suplementar no valor global de R\$41.420.531,00 (quarenta e um milhões, quatrocentos e vinte mil, quinhentos e trinta e um reais), para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia da Cultura, crédito suplementar no valor global de R\$41.420.531,00 (quarenta e um milhões, quatrocentos e vinte mil, quinhentos e trinta e um reais), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – excesso de arrecadação de Recursos Próprios Não-Financeiros, no valor de R\$40.720.531,00 (quarenta milhões, setecentos e vinte mil, quinhentos e trinta e um reais); e

II – anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$700.000,00 (setecentos mil reais), conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
 UNIDADE : 24207 - NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
1113 NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES									40.720.531
ATIVIDADES									
19 122	1113 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							4.140.000
19 122	1113 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	00	0	250	4.140.000
19 128	1113 2485	CAPACITACAO DE PROFISSIONAIS PARA AS INDUSTRIAS NUCLEAR E PESADA							75.000
19 128	1113 2485 0001	CAPACITACAO DE PROFISSIONAIS PARA AS INDUSTRIAS NUCLEAR E PESADA - NACIONAL	F	3	2	90	0	250	75.000
19 662	1113 4930	FABRICACAO DE EQUIPAMENTOS PARA AS INDUSTRIAS NUCLEAR E PESADA DE ALTA TECNOLOGIA							36.505.531
19 662	1113 4930 0001	FABRICACAO DE EQUIPAMENTOS PARA AS INDUSTRIAS NUCLEAR E PESADA DE ALTA TECNOLOGIA - NACIONAL	F	3	2	90	0	250	36.505.531
TOTAL - FISCAL									40.720.531
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL GERAL									40.720.531

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
 UNIDADE : 42101 - MINISTERIO DA CULTURA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
1142 ENGENHO DAS ARTES									400.000
PROJETOS									
13 392	1142 1611	INSTALACAO DE ESPACOS CULTURAIS							400.000
13 392	1142 1611 0112	INSTALACAO DE ESPACOS CULTURAIS - EM MUNICIPIOS - NO ESTADO DO TOCANTINS	F	4	2	30	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
 UNIDADE : 42203 - FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA									300.000

		ATIVIDADES						
13 392	0172 8053	FOMENTO A PROJETOS DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA						300.000
13 392	0172 8053 0062	FOMENTO A PROJETOS DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA - SUZANO - SP						300.000
			F	3	2	40	0	100
TOTAL - FISCAL								300.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								300.000

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
UNIDADE : 42101 - MINISTERIO DA CULTURA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1142		ENGENHO DAS ARTES						400.000
PROJETOS								
13 392	1142 1611	INSTALACAO DE ESPACOS CULTURAIS						400.000
13 392	1142 1611 0112	INSTALACAO DE ESPACOS CULTURAIS - EM MUNICIPIOS - NO ESTADO DO TOCANTINS						400.000
			F	3	2	40	0	100
TOTAL - FISCAL								400.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								400.000

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA
UNIDADE : 42203 - FUNDAÇAO CULTURAL PALMARES

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0172		CULTURA AFRO-BRASILEIRA						300.000
ATIVIDADES								
13 392	0172 8053	FOMENTO A PROJETOS DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA						300.000
13 392	0172 8053 0062	FOMENTO A PROJETOS DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA - SUZANO - SP						300.000
			F	4	2	40	0	100
TOTAL - FISCAL								300.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								300.000

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 8:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 26, de 2008-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$153.000.000,00 (cento e cinquenta e três milhões de reais), para o fim que especifica, e dá outras providências”.

Ao projeto de lei foram apresentadas 9 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 39, de 2008-CN, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição de todas as emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

Os Srs. Deputados e as Sr^{as}. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as}. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 26, DE 2008-CN
MENSAGEM Nº 89, DE 2008-CN
(nº 552/2008, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$153.000.000,00 (cento e cinquenta e três milhões de reais) para o fim que especifica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008), em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$153.000.000,00 (cento e cinquenta e três milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de excesso de arrecadação de recursos ordinários.

Art. 3º O Plano Plurianual 2008-2011 passa a incorporar a alteração constante do Anexo II desta lei, em conformidade com o art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORÇAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52911 - FUNDO AERONAUTICO

ANEXO		CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R D	M P D	I O D	F U I T E	VALOR
		0623 SEGURANCA DE VOO E CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO						153.000.000
		PROJETOS						
05 151	0623 118T	ADEQUACAO TECNOLOGICA DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO (SISCEAB)						153.000.000
05 151	0623 118T 0001	ADEQUACAO TECNOLOGICA DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO (SISCEAB) - NACIONAL						153.000.000
		SISTEMA MODERNIZADO (% DE EXECUCAO) 25	F	4	2	90	0 100	153.000.000
		TOTAL - FISCAL						153.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						153.000.000

Valores em R\$ 1,00

Plano Plurianual 2008 - 2011

Anexo II - Programas de Governo - Finalísticos

Objetivo do Governo Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana

Objetivo Setorial Aprimorar a vigilância, o controle e a defesa do território nacional e dos demais jurisdicionais brasileiros

Programa 0623 Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro Órgão Responsável 51000 Ministério da Defesa (MD)

Objetivo Proporcionar circulação segura e eficiente ao tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil

Público-alvo Empresas aéreas, operadores de aeronaves civis e militares, pilotos civis e militares, unidades aéreas das Forças Armadas, usúrios ou assistentes dos serviços e sistemas de telecomunicações aeronáuticas, de informações aeronáuticas, de meteorologia aeronáutica, de busca e salvamento e de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos

AÇÕES DA ESFERA FISCAL

Projeto

Cod.	Título	Produto (unidade de medida)	Valor da Ação (R\$)	Valor da Realização (R\$)
118T	Adequação Tecnológica do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB)	Sistema Modernizado % de execução	697.000.000	153.000.000

118T	Adequação Tecnológica do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB)	MD	Nacional	R\$	278.000.000	261.000.000
	% de execução	172010	100	Meta	25	35
						40

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 9:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 27, de 2008-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 57, de 2008-CN, concluiu pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o projeto.

Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, para discutir a matéria.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, na verdade, ocupo a tribuna tão-somente para apoiar o projeto e aplaudir a iniciativa do Governo, até porque é um aporte de recursos de R\$1,3 bilhão. Trata-se de uma soma fantástica, cujo tamanho não se consegue dimensionar, mas o volume de recursos mostra sua importância para Estados e Municípios, de forma muito especial para o meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Essa verba não é senão as compensações tão reclamadas, tão pedidas, tão solicitadas, tão reivindicadas pelos Estados exportadores em razão das perdas decorrentes da famosa Lei Kandir. E os Estados exportadores, especialmente aqueles que exportam produtos *in natura* ou semi-acabados, como o Rio Grande do Sul, grande produtor de soja e de uma série de produtos de exportação, têm tido grande prejuízo ano a ano.

Reivindicamos essas compensações, que têm vindo para o Estado a conta-gotas, porque em geral o Governo tem dito: “*Reconheço que devo, sei que devo, não desconheço que estou devendo; pago quando puder*”.

Aqui está um projeto de lei em que o Governo não apenas reconhece a dívida que tem para com Estados, como também vai pagar, senão o todo, pelo menos parte da conta.

E o Estado que tem maior crédito em relação às exportações, proporcionalmente, é o Rio Grande do Sul.

Então, é bem-vindo o projeto, é bem-vindo o recurso. E os gaúchos agradecem. Acredito que ficam faceiros a Governadora Yeda Crusius e o Secretário Aod Cunha, mas, fundamentalmente, o Estado do Rio Grande do Sul. Todos os Estados precisam desse reparo, mas o Rio Grande é o que tem a maior necessidade.

Portanto, o nosso agradecimento ao Governo Federal e a esta Casa pela aprovação da proposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Continua em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara.

Os Srs. Deputados e as Sr^{as}. Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação o projeto no Senado.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as}. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 27, DE 2008-CN
MENSAGEM Nº 90, DE 2008-CN
(nº 563/2008, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$1.300.000.000,00(um bilhão e trezentos milhões de reais) para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008), em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais), para atender à programação constante do anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação total de dotação orçamentária, conforme indicado no anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 73000 - TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS
UNIDADE : 73101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	D	E	
0903 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA									1.300.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
28 845	0903 0E25	TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA COMPENSAO DAS EXPORTACOES - AUXILIO FINANCEIRO AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICIPIOS PARA O FOMENTO DAS EXPORTACOES							1.300.000.000
28 845	0903 0E25 0001	TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA COMPENSAO DAS EXPORTACOES - AUXILIO FINANCEIRO AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICIPIOS PARA O FOMENTO DAS EXPORTACOES - NACIONAL							1.300.000.000
			F	3	1	30	0	100	1.300.000.000
TOTAL - FISCAL									1.300.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.300.000.000

ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	D	E	
0903 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA									1.300.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
28 845	0903 0E35	TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA COMPENSAO DAS EXPORTACOES - RESERVA PARA AUXILIO FINANCEIRO AOS ESTADOS AO DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA O FOMENTO DAS EXPORTACOES							1.300.000.000
28 845	0903 0E35 0001	TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA COMPENSAO DAS EXPORTACOES - RESERVA PARA AUXILIO FINANCEIRO AOS ESTADOS AO DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS PARA O FOMENTO DAS EXPORTACOES - NACIONAL							1.300.000.000
			F	9	0	90	0	100	1.300.000.000
TOTAL - FISCAL									1.300.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.300.000.000

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 10:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 28, de 2008-CN, que “abre ao orçamento da seguridade social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$2.851.796.868,00 (dois bilhões, oitocentos e cinquenta e um milhões, setecentos e noventa e seis mil, oitocentos e sessenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Ao projeto foram apresentadas duas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 46, de 2008-CN, concluiu pela aprovação do projeto, pela rejeição da Emenda nº 1 e acolhimento da Emenda nº 2.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

A Sr^{as}. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 28, DE 2008-CN

Mensagem Nº 91, DE 2008-CN

(nº 573-A/2008, na origem)

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego

e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$2.851.796.868,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei 11.647, de 24 de março de 2008), em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$2.851.796.868,00 (dois bilhões, oitocentos e cinquenta e um milhões, setecentos e noventa e seis mil, oitocentos e sessenta e oito reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2007, relativo às Contribuições para os Programas PIS/PASEP, no valor de R\$1.766.285.568,00 (um bilhão, setecentos e sessenta e seis milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e oito reais);

II – excesso de arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas, no valor de R\$948.544.590,00 (novecentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e noventa reais); e

III – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$136.966.710,00 (cento e trinta e seis milhões, novecentos e sessenta e seis mil, setecentos e dez reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGÃO : 33008 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
 UNIDADE : 33904 - FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/VAGA/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I T	F T E	VALOR
0083		PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA							717.234.218
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 271	0083 0010	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - ÁREA RURAL							430.340.531
09 271	0083 0010 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - ÁREA RURAL - NACIONAL	S	3	1	90	0	151	430.340.531
09 271	0083 0010	PAGAMENTO DE PENSÕES - ÁREA RURAL							286.893.687
09 271	0083 0010 0001	PAGAMENTO DE PENSÕES - ÁREA RURAL - NACIONAL	S	3	1	90	0	151	286.893.687
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									717.234.218
TOTAL - GERAL									717.234.218

ORGÃO : 38008 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
 UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/VAGA/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I T	F T E	VALOR
0099		INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA							1.891.268.646
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
11 331	0099 0581	PAGAMENTO DO BENEFÍCIO ABONO SALARIAL							696.941.136
11 331	0099 0581 0001	PAGAMENTO DO BENEFÍCIO ABONO SALARIAL - NACIONAL	S	3	1	90	0	180	696.941.136
			S	3	1	90	0	340	67.931.313
			S	3	1	90	0	340	629.009.823
11 331	0099 0583	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO							1.194.327.510
11 331	0099 0583 0001	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO - NACIONAL	S	3	1	90	0	140	1.194.327.510
			S	3	1	90	0	340	57.031.705
			S	3	1	90	0	340	1.137.275.745
0107		ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO							2.767.153
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
11 331	0107 0686	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO TRABALHADOR RESGATADO DE CONDIÇÃO ANALOGA A DE ESCRAVO							2.767.153
11 331	0107 0686 0001	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO TRABALHADOR RESGATADO DE CONDIÇÃO ANALOGA A DE ESCRAVO - NACIONAL	S	3	1	90	0	140	2.767.153
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.894.035.799
TOTAL - GERAL									1.894.035.799

ORÇAO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
 UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1384		PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA							240.526.851
OPERACOES ESPECIAIS									
08 241	1384 0561	RENDA MENSAL VITALICIA POR IDADE							9.216.479
08 241	1384 0561 0001	RENDA MENSAL VITALICIA POR IDADE - NACIONAL	5	3	1	90	0	153	9.216.479
08 241	1384 0573	BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA DA ASSISTENCIA SOCIAL A PESSOA IDOSA							78.007.442
08 241	1384 0573 0001	BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA DA ASSISTENCIA SOCIAL A PESSOA IDOSA - NACIONAL	5	3	1	90	0	153	78.007.442
08 242	1384 0575	BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA DA ASSISTENCIA SOCIAL A PESSOA COM DEFICIENCIA							153.302.930
08 242	1384 0575 0001	BENEFICIO DE PRESTACAO CONTINUADA DA ASSISTENCIA SOCIAL A PESSOA COM DEFICIENCIA - NACIONAL	5	3	1	90	0	151	153.302.930
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									240.526.851
TOTAL - GERAL									240.526.851

ORÇAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
 UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0099		INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA							12.466.106
OPERACOES ESPECIAIS									
11 331	0099 0217	BOLSA DE QUALIFICACAO PROFISSIONAL PARA TRABALHADOR COM CONTRATO DE TRABALHO SUSPENSO							793.579
11 331	0099 0217 0001	BOLSA DE QUALIFICACAO PROFISSIONAL PARA TRABALHADOR COM CONTRATO DE TRABALHO SUSPENSO - NACIONAL	5	3	1	90	0	140	793.579
11 331	0099 0653	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO TRABALHADOR DOMESTICO							11.672.527
11 331	0099 0653 0001	PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO TRABALHADOR DOMESTICO - NACIONAL	5	2	1	90	0	140	11.672.527

0104 RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTAVEIS									47.352.812	
			OPERACOES ESPECIAIS							
11 331	0104 0585		PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO PESCADOR ARTESANAL						47.352.812	
11 331	0104 0585 0001		PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO AO PESCADOR ARTESANAL - NACIONAL						47.352.812	
				S	3	1	90	0	140	47.352.812
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									67.931.313	
			OPERACOES ESPECIAIS							
99 999	0999 0998		RESERVA DE CONTINGENCIA						67.931.313	
99 999	0999 0998 0241		RESERVA DE CONTINGENCIA - RECURSOS PROVENIENTES DE RECEITAS PROPRIAS E VINCULADAS						67.931.313	
				S	9	0	99	0	180	67.931.313
TOTAL - FISCAL									0	
TOTAL - SEGURIDADE									127.750.231	
TOTAL - GERAL									127.750.231	

ORGÃO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
 UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	M	I	F	VALOR		
			S <td>N <td>P <td>O <td>U <td></td> </td></td></td></td>	N <td>P <td>O <td>U <td></td> </td></td></td>	P <td>O <td>U <td></td> </td></td>	O <td>U <td></td> </td>	U <td></td>			
			F <td>D <td>B <td> <td>T <td></td> </td></td></td></td>	D <td>B <td> <td>T <td></td> </td></td></td>	B <td> <td>T <td></td> </td></td>	<td>T <td></td> </td>	T <td></td>			
1384 PROTECAO SOCIAL BASICA									9.216.479	
			OPERACOES ESPECIAIS							
08 242	1384 0565		RENDA MENSAL VITALICIA POR INVALIDEZ					9.216.479		
08 242	1384 0565 0001		RENDA MENSAL VITALICIA POR INVALIDEZ - NACIONAL					9.216.479		
				S	3	1	90	0	153	9.216.479
TOTAL - FISCAL									0	
TOTAL - SEGURIDADE									9.216.479	
TOTAL - GERAL									9.216.479	

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 11:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 29, de 2008-CN, que “abre ao orçamento fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$9.675.102,00 (nove milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, cento e dois reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 52, de 2008-CN, conclui pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados, nos termos do parecer.

As Sr^{as.} e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as.} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 29, DE 2008-CN
MENSAGEM Nº 93, DE 2008-CN
(nº 572/2008, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$9.675.102,00 (nove milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, cento e dois reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008), em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R\$9.675.102,00 (nove milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, cento e dois reais), para atender à programação constante do anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$1.175.102,00 (um milhão, cento e setenta e cinco mil, cento e dois reais); e

II – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), conforme indicado no anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília,

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32314 - EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA - EPE

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA								1.175.102
ATIVIDADES								
25 121	0276 4897	PLANEJAMENTO DO SETOR ENERGETICO						443.854
25 121	0276 4897 0001	PLANEJAMENTO DO SETOR ENERGETICO - NACIONAL	F	4	2	90	0 100	443.854
25 121	0276 6907	PLANEJAMENTO DO SETOR ELETRICO						731.248
25 121	0276 6907 0001	PLANEJAMENTO DO SETOR ELETRICO - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	731.248
TOTAL - FISCAL								1.175.102
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								1.175.102

ORÇAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES								500.000
ATIVIDADES								
26 121	0225 8673	ELABORACAO E APERFEICAMENTO DE INDICADORES						500.000
26 121	0225 8673 0001	ELABORACAO E APERFEICAMENTO DE INDICADORES - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	500.000
TOTAL - FISCAL								500.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								500.000

ORÇAO : 41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES
UNIDADE : 41101 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
1005 INCLUSÃO DIGITAL								8.000.000

		ATIVIDADES						
24 122	1008 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA						1.000.000
24 122	1008 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL.						1.000.000
			F	3	2	90	0 174	900.000
			F	4	2	90	0 174	100.000
24 128	1008 6867	CAPACITACAO DE MULTIPLICADORES						7.000.000
24 128	1008 6867 0001	CAPACITACAO DE MULTIPLICADORES - NACIONAL.						7.000.000
			F	3	2	90	0 174	7.000.000
TOTAL - FISCAL							8.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE							0	
TOTAL - GERAL							8.000.000	

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	P	O	U	T	
0225 GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES									500.000
PROJETOS									
26 126	0225 101C	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE INFORMACOES PARA O PLANEJAMENTO EM TRANSPORTES							500.000
26 126	0225 101C 0001	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE INFORMACOES PARA O PLANEJAMENTO EM TRANSPORTES - NACIONAL.							500.000
			F	3	2	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ORGÃO : 41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES
 UNIDADE : 41101 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	P	O	U	T	
1008 INCLUSAO DIGITAL									8.000.000
ATIVIDADES									
24 722	1008 2184	OPERACAO DO SISTEMA DE ACESSO BANDA LARGA							8.000.000
24 722	1008 2184 0001	OPERACAO DO SISTEMA DE ACESSO BANDA LARGA - NACIONAL.							8.000.000
			F	3	2	90	0	174	8.000.000
TOTAL - FISCAL									8.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.000.000

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 12:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 30, de 2008-CN, que “abre aos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$2.557.000,00 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Ao projeto foram apresentadas duas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 53, de 2008-CN, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados, nos termos do parecer.

As Sr^{as}. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 30, DE 2008-CN

MENSAGEM Nº 94, DE 2008-CN

(nº 573/2008, na origem)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$2.557.000,00 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008), em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$2.557.000,00 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil reais), para atender à programação constante do anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
 UNIDADE : 38101 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P D	M O D	I L D	P U T	F T E	VALOR
0601 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS									7.000
OPERACOES ESPECIAIS									
11 212	0601 01 72	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO MUNDIAL DOS SERVICOS PUBLICOS DE EMPREGO - AMSEP							7.000
11 212	0601 01 72 0001	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO MUNDIAL DOS SERVICOS PUBLICOS DE EMPREGO - AMSEP - NACIONAL	F	3	2	80	0	100	7.000
TOTAL - FISCAL									7.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.000

ORGAO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
 UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P D	M O D	I L D	P U T	F T E	VALOR
1384 PROTECAO SOCIAL BASICA									50.000
ATIVIDADES									
06 244	1384 2B30	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA							50.000
06 244	1384 2B30 0224	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NOVO ORIENTE - CE	S	4	2	40	0	151	50.000
1385 PROTECAO SOCIAL ESPECIAL									2.500.000
ATIVIDADES									
06 244	1385 2B31	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL							2.500.000
06 244	1385 2B31 007D	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	2	30	0	151	500.000
			S	4	2	30	0	151	2.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.500.000
TOTAL - GERAL									2.500.000

ORÇAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
 UNIDADE : 38101 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	GR N D	PR D	M O D	I U	F T E	VALOR
0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS									7.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
11 212	0681 09GY	CONTRIBUICAO AO CENTRO INTERAMERICANO DE INVESTIGACAO E DOCUMENTACAO SOBRE FORMACAO PROFISSIONAL - CINTERFOR							7.000
11 212	0681 09GY 0001	CONTRIBUICAO AO CENTRO INTERAMERICANO DE INVESTIGACAO E DOCUMENTACAO SOBRE FORMACAO PROFISSIONAL - CINTERFOR - NACIONAL	F	3	2	80	0	100	7.000
TOTAL - FISCAL									7.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.000

ORÇAO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
 UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	GR N D	PR D	M O D	I U	F T E	VALOR
1384 PROTECAO SOCIAL BASICA									2.550.000
		ATIVIDADES							
08 244	1384 2B30	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA							2.550.000
08 244	1384 2B30 0170	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DO SERGIPE	S	3	2	30	0	151	500.000
08 244	1384 2B30 0226	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - QUIXERAMOBIM - CE	S	4	2	30	0	151	2.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.550.000
TOTAL - GERAL									2.550.000

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 13:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 31, de 2008-CN, que “altera o anexo V da Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008”.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 54, de 2008/CN, concluiu pela apresentação de substitutivo, incorporando uma emenda de Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o projeto e o substitutivo. (*Pausa.*) Encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as.} e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as.} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o substitutivo, ficam prejudicado o projeto.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o Substitutivo aprovado:

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI Nº 31, DE 2008-CN.**

**Altera o Anexo V da Lei nº 11.647, de
24 de março de 2008.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Anexo V da Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008, passa a vigorar na forma do Anexo desta lei.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO

(ANEXO V DA LEI Nº 11.647, DE 24 DE MARÇO DE 2008)
AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO,
RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

I. CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES, BEM COMO ADMISSÃO OU CONTRATAÇÃO DE PESSOAL A QUALQUER TÍTULO

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CRIAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES (QUANTIDADE)	PROVIMENTO, ADMISSÃO OU CONTRATAÇÃO		
		QUANTIDADE	DESPESA	
			NO EXERCÍCIO DE 2008	ANUALIZADA
1. Poder Legislativo:	180	1.418	53.526.963	151.447.661
1.1. Câmara dos Deputados	-	364	23.512.505	47.025.009
1.1.1. Cargos e funções vagos	-	364	23.512.505	47.025.009
1.2. Senado Federal	-	573	12.500.000	50.000.000
1.2.1. Cargos e funções vagos	-	573	12.500.000	50.000.000
1.3. Tribunal de Contas da União	180	481	17.514.458	64.422.652
1.3.1. Cargos e funções vagos	-	301	17.190.321	58.298.217
1.3.2. PL nº 7.541, de 2006	179	179	216.237	5.764.859
1.3.3. PL nº 3.252, de 2008	1	1	107.900	359.576
2. Poder Judiciário:	19.415	12.610	323.589.895	965.958.355
2.1. Supremo Tribunal Federal	262	329	10.334.167	20.668.334
2.1.1. Cargos e funções vagos	-	67	652.699	1.725.398
2.1.2. Lei nº 11.617, de 2007	262	262	9.471.468	18.942.936
2.2. Conselho Nacional de Justiça	126	126	4.869.430	9.738.860
2.2.1. Lei nº 11.618, de 2007	126	126	4.869.430	9.738.860
2.3. Superior Tribunal de Justiça	320	459	11.108.451	32.212.979
2.3.1. Cargos e funções vagos	-	139	5.279.746	12.359.608
2.3.2. PL nº 1.581, de 2007	320	320	5.828.705	19.853.371
2.4. Justiça Federal	8.548	3.989	104.712.917	326.082.334
2.4.1. Cargos e funções vagos	-	1.879	39.668.183	164.176.373
2.4.2. PL nº 5.829, de 2005	8.510	2.072	63.935.263	159.501.304
2.4.3. PL nº 4.564, de 2004	38	38	1.109.471	2.404.657
2.5. Justiça Militar da União	171	33	1.153.424	2.306.848
2.5.1. Cargos e funções vagos	-	33	1.153.424	2.306.848
2.5.2. PL 3.454, de 2008 (**)	171	-	-	-
2.6. Justiça Eleitoral	174	3.487	100.928.033	218.303.307
2.6.1. Cargos e funções vagos	-	3.313	96.380.000	209.207.242
2.6.2. PL nº 4.533, de 2004	174	174	4.548.033	9.096.065
2.7. Justiça do Trabalho	9.007	3.380	61.024.388	238.809.353
2.7.1. Cargos e funções vagos	-	531	11.371.423	42.017.761
2.7.2. PL nº 4.942, de 2001	240	240	5.113.660	19.480.123
2.7.3. PL nº 6.600, de 2002	2	2	41.679	158.771
2.7.4. Lei nº 11.682, de 2008	130	130	1.299.846	4.951.669
2.7.5. Lei nº 11.681, de 2008	58	58	575.311	2.191.604
2.7.6. PL nº 2.549, de 2003	9	9	55.783	212.500
2.7.7. PL nº 2.550, de 2003	1.005	1.005	12.036.738	53.495.276
2.7.8. PL nº 5.357, de 2005	28	30	426.974	1.626.526
2.7.9. PL nº 5.471, de 2005	141	141	10.313.511	39.288.583

2.7.10. PL nº 552, de 2007	539	539	8.337.324	31.760.441
2.7.11. PL nº 1.353, de 2007	147	147	2.656.654	10.120.332
2.7.12. PL nº 1.354, de 2007	98	98	1.590.661	6.059.508
2.7.13. PL nº 1.355, de 2007	11	11	131.509	500.972
2.7.14. PL nº 1.651, de 2007	334	334	5.240.736	19.964.208
2.7.15. PL nº 1.652, de 2007	12	12	239.414	912.031
2.7.16. PL nº 1.653, de 2007	93	93	1.593.165	6.069.048
2.7.17. Lei nº 11.679, de 2008 (*)	962	-	-	-
2.7.18. PL nº 5.238, de 2005 (*)	1.351	-	-	-
2.7.19. Lei nº 11.535, de 2007 (*)	215	-	-	-
2.7.20. PL nº 971, de 2007 (*)	1.023	-	-	-
2.7.21. Lei nº 11.758, de 2008 (*)	918	-	-	-
2.7.22. PL nº 1.796, de 2007 (**)	195	-	-	-
2.7.23. PL nº 1.932, de 2007 (**)	5	-	-	-
2.7.24. PL nº 1.933, de 2007 (**)	281	-	-	-
2.7.25. PL nº 1.989, de 2007 (**)	264	-	-	-
2.7.26. PL nº 2.406, de 2007 (**)	188	-	-	-
2.7.27. PL nº 3.350, de 2008 (**)	727	-	-	-
2.7.28. PL nº 3.351, de 2008 (**)	31	-	-	-
2.8. Justiça do Distrito Federal e Territórios	807	807	29.459.085	117.836.340
2.8.1. Lei nº 11.697, de 2008	807	807	29.459.085	117.836.340
3. Ministério Público da União -	39	2.295	56.657.041	205.778.144
3.1. Provimento de Cargos e funções vagos	-	2.256	54.764.165	203.481.770
3.2. PL nº 939, de 2007	39	39	892.876	2.296.374
4. Poder Executivo, sendo:	85.924	40.032	715.862.706	2.165.628.023
4.1. Criação e provimento de cargos e funções	80.050	28.586	517.393.781	1.758.524.586
4.1.1. Auditoria e Fiscalização	4.500	2.700		
4.1.2. Gestão e Diplomacia	4.537	3.868		
4.1.3. Jurídica	-	1.850		
4.1.4. Defesa e Segurança Pública	9.283	5.485		
4.1.5. Cultura, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia	-	1.527	517.399.781	1.758.524.586
4.1.6. Seguridade Social, Educação e Esportes	60.578	10.375		
4.1.7. Regulação do Mercado, dos Serviços Públicos e do Sistema Financeiro	75	1.041		
4.1.8. Indústria e Comércio, Infra-Estrutura, Agricultura e Reforma Agrária	1.077	1.720		
4.2. Substituição de pessoal terceirizado (***)	5.874	11.446	198.462.925	407.103.437
4.2.1. Gestão e Diplomacia	-	89		
4.2.2. Defesa e Segurança Pública	-	144		
4.2.3. Cultura, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia	375	2.237	198.462.925	407.103.437
4.2.4. Seguridade Social, Educação e Esportes	4.554	8.031		
4.2.5. Indústria e Comércio, Infra-Estrutura, Agricultura e Reforma Agrária	945	945		
TOTAL DO ITEM I	105.519	56.355	1.148.636.605	3.498.812.183

(*) Referem-se a Projetos de Leis de ratificação da criação de cargos e funções comissionadas efetivada por ato administrativo, cujas despesas já vêm compondo a folha de pagamento dos Tribunais Regionais do Trabalho ao longo dos últimos anos, não implicando em acréscimos de despesa.

(**) Autorização exclusiva para a criação de cargos e funções comissionadas, sem o efetivo provimento no exercício de 2008.

(***) Os recursos orçamentários para o provimento de cargos efetivos mediante a substituição de pessoal terceirizado não configuram ação específica e serão oriundos de remanejamento de "Outras Despesas Correntes e Capital" para "Pessoal e Encargos Sociais", à medida que essas substituições forem sendo efetivadas.

R\$ 1,00

II. ALTERAÇÃO DE ESTRUTURA DE CARREIRAS E AUMENTO DE REMUNERAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA	
	NO EXERCÍCIO DE 2008	ANUALIZADA
1. Poder Legislativo	94.665.107	181.214.667
1.1. Tribunal de Contas da União: Revisão dos subsídios de Ministros e Auditores do Tribunal de Contas da União e de Procuradores do Ministério Público junto ao TCU, em decorrência da aprovação dos Projetos de Lei nº 7.297 e 7.298, de 2006, e em observância ao disposto nos § 3º e 4º do art. 73 e art. 130 da Constituição Federal, com efeitos financeiros a partir de 2008.	1.414.410	1.414.410
1.2. Tribunal de Contas da União: Alteração do Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União de que trata o Projeto de Lei nº 2.509, de 2007	93.250.697	179.800.257
2. Poder Judiciário	207.302.095	207.302.095
2.1. Revisão do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal de que trata a Lei nº 11.143, de 26 de julho de 2005, bem como os efeitos dessa alteração no Poder Judiciário da União (Projeto de Lei nº 7.297, de 2006), sendo:	204.186.702	204.186.702
2.1.1. Supremo Tribunal Federal	1.246.847	1.246.847
2.1.2. Conselho Nacional de Justiça	296.320	296.320
2.1.3. Superior Tribunal de Justiça	2.442.410	2.442.410
2.1.4. Justiça Federal	47.612.173	47.612.173
2.1.5. Justiça Militar da União	3.893.097	3.893.097
2.1.6. Justiça Eleitoral	20.053.926	20.053.926
2.1.7. Justiça do Trabalho	117.946.977	117.946.977
2.1.8. Justiça do DF e Territórios	10.694.952	10.694.952
2.2. Conselho Nacional de Justiça: Pagamento de retribuição pecuniária aos membros do Conselho Nacional de Justiça e aos juizes auxiliares de que trata o Projeto de Lei nº 7.560, de 2007, com efeitos financeiros a partir de 2008.	3.115.393	3.115.393
3. Ministério Público da União	74.360.221	74.360.221
3.1. Remuneração dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público, de que trata o Projeto de Lei nº 940, de 2007, com efeitos financeiros a partir de 2008.	1.083.700	1.083.700
3.2. Alteração do subsídio do Procurador-Geral da República, referido no art. 37, XI, e art. 39, § 4º, c/c o art. 127, § 2º, e art. 128, § 5º, I, c, da Constituição, relativo ao exercício de 2008, de que trata o Projeto de Lei nº 7.298, de 2006.	73.276.521	73.276.521
4. Poder Executivo:	11.119.767.490	19.728.734.980
4.1. Reestruturação da remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do Poder Executivo, inclusive servidores integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, instituído pela Lei nº 11.357, de 2006, e militares das Forças Armadas.	11.119.767.490	19.728.734.980
TOTAL DO ITEM II	11.496.094.913	20.191.611.963
TOTAL GERAL	12.644.731.518	23.690.424.146

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 14:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 32, de 2008-CN, que “abre ao orçamento de investimentos para 2008, em favor de empresas do Grupo ELETROBRÁS, crédito suplementar no valor de R\$780.749.368,00 reais (setecentos e oitenta milhões, setecentos e quarenta e nove mil, trezentos e sessenta e oito reais) para os fins que especifica”.

Não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 58, de 2008-CN, concluiu pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados, nos termos do parecer.

As Sr^{as}. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 32, DE 2008-CN

(Mensagem nº 106, de 2008-CN)

(Nº 619/2008, na origem)

Abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor de empresas do Grupo Eletrobras, crédito suplementar no valor total de R\$ 780.749.368,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008) crédito suplementar no valor total de R\$ 780.749.368,00 (setecentos e oitenta milhões, setecentos e quarenta e nove mil e trezentos e sessenta e oito reais), em favor de empresas do Grupo Eletrobras, para atender à programação constante do Anexo I a esta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria, de operações de crédito internas, de outros recursos de longo prazo, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I a esta lei, e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constante do Anexo II a esta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
25 ENERGIA		TOTAL - GERAL	780.749.368
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			11.094.678
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			5.850.653
752 ENERGIA ELÉTRICA		TOTAL - GERAL	763.804.037
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES			
25 ENERGIA		TOTAL - GERAL	780.749.368
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			11.094.678
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			5.850.653
752 ENERGIA ELÉTRICA		TOTAL - GERAL	763.804.037
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
0273 LUZ PARA TODOS			29.931.770
0274 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA			5.204.101
0274 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			46.096.585
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL			321.140.136
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			305.557.142
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			16.945.331
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		TOTAL - GERAL	55.874.303
QUADRO SÍNTESE POR ORGAO			
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		TOTAL - GERAL	780.749.368
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			677.449.495
6.1.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			167.672.207
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			167.672.207
6.3.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO			180.088.559
6.3.1.0.00.00 INTERNAS			180.088.559
6.3.2.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			329.680.729
6.3.2.0.00.00 CONTROLADORA			322.219.271
6.9.0.00.00 OUTRAS FONTES			2.469.458
TOTAL DA RECEITA	677.449.495 RECEITAS CORRENTES	167.672.207 RECEITAS DE CAPITAL	509.777.288
ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA			

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 780.749.368			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
25 ENERGIA		TOTAL - GERAL	780.749.368
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			11.094.678
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			5.850.653
752 ENERGIA ELÉTRICA		TOTAL - GERAL	763.804.037
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
0273 LUZ PARA TODOS			29.931.770
0274 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA			5.204.101
0274 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			46.096.585
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL			321.140.136
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			305.557.142
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			16.945.331
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		TOTAL - GERAL	55.874.303
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS			
32204 ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR			31.752.004
32223 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS			44.001.189
32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE			2.000.000
32225 ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.			157.827.584
32228 FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.			177.673.026
32367 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE			30.089.884
32266 COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL			7.909.780
32269 COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA			47.685.460
32270 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON			5.000.000
32276 COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE			176.820.461
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		TOTAL - GERAL	780.749.368
TOTAL			780.749.368
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			677.449.495
6.1.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			167.672.207
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			167.672.207
6.3.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO			180.088.559
6.3.1.0.00.00 INTERNAS			180.088.559
6.3.2.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			329.680.729
6.3.2.0.00.00 CONTROLADORA			322.219.271
6.9.0.00.00 OUTRAS FONTES			2.469.458
TOTAL DA RECEITA	677.449.495 RECEITAS CORRENTES	167.672.207 RECEITAS DE CAPITAL	509.777.288
ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA			
UNIDADE : 32204 - ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR			

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 31.752.004			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			
25 ENERGIA		TOTAL - GERAL	31.752.004

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
752 ENERGIA ELÉTRICA		31.752.004
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE		31.752.004
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		31.752.004
TOTAL		31.752.004
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
64.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		31.752.004
6.1.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		8.508.931
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		8.508.931
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		23.243.073
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA		23.243.073
TOTAL DA RECEITA		31.752.004 RECEITAS CORRENTES 8.508.931 RECEITAS DE CAPITAL 23.243.073

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 31104 - ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									31.752.004
ATIVIDADES									
25 752	0296 4477	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA TERMONUCLEAR DE ANGRA I E II (R.J)							5.886.021
25 752	0296 4477 0033	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA TERMONUCLEAR DE ANGRA I E II (R.J) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	2	90	0	495	5.886.021
PROJETOS									
25 752	0296 1853	SUBSTITUIÇÃO DE GRUPO DE GERADORES DE VAPOR DA USINA DE ANGRA I (RJ)							25.865.983
25 752	0296 1853 0033	SUBSTITUIÇÃO DE GRUPO DE GERADORES DE VAPOR DA USINA DE ANGRA I (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	2	90	0	495	25.865.983
									GERADOR SUBSTITUÍDO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)
TOTAL - INVESTIMENTO									31.752.004

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 44.001.189

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES		
25 ENERGIA		44.001.189
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		135.000
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		150.000
752 ENERGIA ELÉTRICA		43.716.189
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		285.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		43.716.189
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		44.001.189
TOTAL		44.001.189
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		44.001.189
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		44.001.189
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		44.001.189
TOTAL DA RECEITA		44.001.189 RECEITAS CORRENTES 44.001.189 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									285.000

		ATIVIDADES						
25 122	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS						135.000
25 122	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0 495	135.000
25 124	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						150.000
25 126	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0 495	150.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS								43.716.189
		PROJETOS						
25 752	1042 7F43	IMPLANTACAO DE REDE DE RAMAIS TERMELETRICOS (GASODUTO) PARA ATENDIMENTO DE PRODUTORES INDEPENDENTES DE ENERGIA TERMELETRICA, EM MANAUS (AM)						43.716.189
25 752	1042 7F43 0013	IMPLANTACAO DE REDE DE RAMAIS TERMELETRICOS (GASODUTO) PARA ATENDIMENTO DE PRODUTORES INDEPENDENTES DE ENERGIA TERMELETRICA, EM MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS GASODUTO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 41	1	4 - INV	2	90	0 495	43.716.189
TOTAL - INVESTIMENTO								44.081.189

ORCAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.000.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		2.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
752 ENERGIA ELÉTRICA		2.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		2.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		2.000.000
TOTAL		2.000.000

ORCAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	CND	RP	MOD	I	U	FTE	VALOR	
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS											2.000.000
25 752	1042 1042	AMPLIACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DE RORAIMA (RR)								2.000.000	
25 752	1042 1042 0014	AMPLIACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DE RORAIMA (RR) - NO ESTADO DE RORAIMA SISTEMA AMPLIADO (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495		2.000.000	
TOTAL - INVESTIMENTO											2.000.000

ORCAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 157.827.584		

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 25 ENERGIA	157.827.584
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 752 ENERGIA ELÉTRICA	5.976.722 3.184.078 148.666.784
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA 0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	4.337.109 144.329.675 9.160.800
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	157.827.584
TOTAL	157.827.584
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO 6.3.1.0.00.00 INTERNAS 6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO 6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA TOTAL DA RECEITA	157.827.584 34.310.332 34.310.332 123.517.252 823.517.252 157.827.584
ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA UNIDADE : 32225 - ELETROSUL, CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	RECEITAS CORRENTES RECEITAS DE CAPITAL

ANEXO I **CRÉDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA									4.337.109
		ATIVIDADES							
25	752	0276 6503							4.337.109
25	752	0276 6506 0001							4.337.109
		ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	4.337.109
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL									144.329.675
		ATIVIDADES							
25	752	0295 2D94							4.748.000
25	752	0295 2D94 0001							4.748.000
		REFORÇOS E MELHORIAS DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA NA REGIÃO SUL E MATO GROSSO DO SUL	1	4 - INV	2	90	0	495	4.748.000
25	752	0295 4471							459.099
25	752	0295 4471 0001							459.099
		MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	459.099
		PROJETOS							
25	752	0295 1F91							42.010.920
25	752	0295 1F91 0043							42.010.920
		IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA PASSO SÃO JOÃO COM 77 MW E SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO EM 69 KV, COM 30 KM DE EXTENSÃO (RS)	1	4 - INV	2	90	0	495	42.010.920
25	752	0295 10D6							41.230.080
25	752	0295 10D6 0054							41.230.000
		IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA SÃO DOMINGOS COM 48 MW E SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO EM 138 KV, COM 40 KM DE EXTENSÃO (MS)	1	4 - INV	2	90	0	495	41.230.000
		USINA IMPLANTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 15							
		USINA IMPLANTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 20							

25 752	0295 10D7	IMPLANTACAO DO COMPLEXO HIDRELETRICO ALTO DA SERRA COM 37,0 MW E SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO EM 138KV, COM 54 KM DE EXTENSAO (SC)								6.634.992
25 752	0295 10D7 0042	IMPLANTACAO DO COMPLEXO HIDRELETRICO ALTO DA SERRA COM 37,0 MW E SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO EM 138KV, COM 54 KM DE EXTENSAO (SC) - NO ESTADO DE SANTA CATARINA								6.634.992
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 6	1	4 - INV	2	90	0	495		6.634.992
25 752	0295 105K	AMPLIACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NA REGIAO SUL (REALIZACAO DE 38 KM E REFORCOS EM 9 SUBESTACOES)								32.800.500
25 752	0295 105K 0040	AMPLIACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NA REGIAO SUL (REALIZACAO DE 38 KM E REFORCOS EM 9 SUBESTACOES) - NA REGIAO SUL								32.800.500
		SISTEMA AMPLIADO (% DE EXECUCAO FISICA) 5	1	4 - INV	2	90	0	495		32.800.500
25 752	0295 12DQ	IMPLANTACAO DO COMPLEXO HIDRELETRICO SAO BERNARDO COM 53 MW E SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO EM 34 E 69 KV, COM 43 KM DE EXTENSAO (SC)								16.446.164
25 752	0295 12DQ 0040	IMPLANTACAO DO COMPLEXO HIDRELETRICO SAO BERNARDO COM 53 MW E SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO EM 34 E 69 KV, COM 43 KM DE EXTENSAO (SC) - NA REGIAO SUL								16.446.164
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 6	1	4 - INV	2	90	0	495		16.446.164

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

9.160.800

		ATIVIDADES								
25 122	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS								500.000
25 122	0807 4101 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NA REGIAO SUL								500.000
			1	4 - INV	2	90	0	495		500.000
25 122	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS								5.476.722
25 122	0807 4102 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NA REGIAO SUL								5.476.722
			1	4 - INV	2	90	0	495		5.476.722
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO								3.184.078
25 126	0807 4103 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NA REGIAO SUL								3.184.078
			1	4 - INV	2	90	0	495		3.184.078

TOTAL - INVESTIMENTO

157.827.584

ORCAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 277.673.086

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA

277.673.086

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
122 ADMINISTRACAO GERAL
751 ENERGIA ELÉTRICA3.000.956
274.672.130QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO866.992
173.805.138
3.000.956QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

277.673.086

TOTAL

277.673.086

QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO
6.3.1.0.00.00 INTERNAS

246.766.285
100.988.058
100.988.058
145.778.227
145.778.227

TOTAL DA RECEITA 246.766.285 RECEITAS CORRENTES 100.988.058 RECEITAS DE CAPITAL 145.778.227

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA									866.992
ATIVIDADES									
25	752	0276 6508							100.480
25	752	0276 6508 0001							100.480
25	752	0276 6510	1	4 - INV	2	90	0	495	180.480
25	752	0276 6510 0001	1	4 - INV	2	90	0	495	766.512
25	752	0276 6510 0003	1	4 - INV	2	90	0	495	766.512
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									273.805.138
ATIVIDADES									
25	752	0296 2192							21.999.505
25	752	0296 2192 0030							21.999.505
25	752	0296 2200	1	4 - INV	2	90	0	495	21.999.505
25	752	0296 2200 0050	1	4 - INV	2	90	0	495	7.964.685
25	752	0296 4478	1	4 - INV	2	90	0	495	7.964.685
25	752	0296 4478 0001	1	4 - INV	2	90	0	495	19.074.771
25	752	0296 8549	1	4 - INV	2	90	0	495	19.074.771
25	752	0296 8549 0001	1	4 - INV	2	90	0	495	6.059.116
25	752	0296 8549 0001	1	4 - INV	2	90	0	495	6.059.116
PROJETOS									
25	752	0296 1A01	1	4 - INV	2	90	0	495	2.231.080
25	752	0296 1AD1 0033	1	4 - INV	2	90	0	495	2.231.080
25	752	0296 1G96	1	4 - INV	2	90	0	495	2.231.050
25	752	0296 1G96 0001	1	4 - INV	2	90	0	495	99.272.515
25	752	0296 1G96 0001	1	4 - INV	2	90	0	495	99.272.515
25	752	0296 1G96 0001	1	4 - INV	2	90	0	495	99.272.515

		PROJETOS							
25 752	0273 11XB	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (ACRE)							24.931.770
25 752	0273 11XB 0012	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (ACRE) - NO ESTADO DO ACRE							24.931.770
		UNIDADE CONSUMIDORA ATENDIDA (UNIDADE)		3	4 - INV	2	90	0 495	24.931.770
1942 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									5.158.114
		ATIVIDADES							
25 752	1042 8778	AMPLIACAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ACRE							5.158.114
25 752	1042 8778 0012	AMPLIACAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ACRE - NO ESTADO DO ACRE							5.158.114
		REDE AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 54		1	4 - INV	2	90	0 495	5.158.114
TOTAL - INVESTIMENTO									30.889.884

ORCAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS - CEAL

ANEXO I **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 7.909.700

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA **7.909.700**

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
752 ENERGIA ELETRICA **7.909.700**

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
0273 LUZ PARA TODOS **5.000.000**
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE **2.909.700**

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO **7.909.700**

TOTAL **7.909.700**

QUADRO SINTESE POR RECEITA
6.000.000.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO **7.909.700**
4.000.000.00 RECURSOS PROPRIOS **1.791.757**
4.1.1.000.00 GERACAO PROPRIA **1.791.757**
4.9.0.000.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO **6.117.943**
4.9.2.0.00.00 CONTROLADORA **3.643.485**
4.9.9.0.00.00 OUTRAS FONTES **2.469.458**
TOTAL DA RECEITA **7.909.700** **RECEITAS CORRENTES** **1.791.757** **RECEITAS DE CAPITAL** **6.117.943**

ORCAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS - CEAL

ANEXO I **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0273 LUZ PARA TODOS									5.000.000
		PROJETOS							
25 752	0273 11XB	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (ALAGOAS)							5.000.000
25 752	0273 11XB 0027	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (ALAGOAS) - NO ESTADO DE ALAGOAS							5.000.000
		UNIDADE (CONSUMIDORA ATENDIDA (UNIDADE)) 500		1	4 - INV	2	90	0 495	5.000.000
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE									2.909.700
		ATIVIDADES							
25 752	0294 6644	AMPLIACAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE ALAGOAS							500.000
25 752	0294 6644 0027	AMPLIACAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE ALAGOAS - NO ESTADO DE ALAGOAS							500.000
		REDE AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1		1	4 - INV	2	90	0 495	500.000

25 752	0294 6675	MANUTENCAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE ALAGOAS								2.409.700
25 752	0294 6675 0027	MANUTENCAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE ALAGOAS - NO ESTADO DE ALAGOAS								2.409.700
			1	4 - INV	2	90	0	495		2.409.700
TOTAL - INVESTIMENTO										7.909.700

ORGÃO : 32008 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI - CEPISA

ANEXO I **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 47.685.460

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
25 ENERGIA **47.685.460**

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL 1.982.800
 124 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 2.516.575
 752 ENERGIA ELÉTRICA 43.186.085

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE 43.186.085
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 4.499.375

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 47.685.460
TOTAL **47.685.460**

ORGÃO : 32008 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI - CEPISA

ANEXO I **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	OND	RFP	MOD	U	FE	VALOR
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE									43.186.085
ATIVIDADES									
25 752	0294 2D89	REFORÇOS E MELHORIAS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO PIAUI							2.229.000
25 752	0294 2D89 0022	REFORÇOS E MELHORIAS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO PIAUI - NO ESTADO DO PIAUI	1	4 - INV	2	90	0	495	2.229.000
25 752	0294 2D91	MANUTENCAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO PIAUI							2.600.000
25 752	0294 2D91 0022	MANUTENCAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO PIAUI - NO ESTADO DO PIAUI	1	4 - INV	2	90	0	495	2.600.000
25 752	0294 8777	AMPLIACAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO PIAUI							340.000
25 752	0294 8777 0022	AMPLIACAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO PIAUI - NO ESTADO DO PIAUI (REDE AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA))	1	4 - INV	2	90	0	495	340.000
PROJETOS									
25 752	0294 10NT	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE SISTEMA DE COMERCIALIZACAO E DISTRIBUICAO - REDUCAO DE PERDAS TECNICAS E COMERCIAIS NA AREA DE CONCESSAO DA CEPISA							10.449.000
25 752	0294 10NT 0022	MODERNIZACAO E ADEQUACAO DE SISTEMA DE COMERCIALIZACAO E DISTRIBUICAO - REDUCAO DE PERDAS TECNICAS E COMERCIAIS NA AREA DE CONCESSAO DA CEPISA - NO ESTADO DO PIAUI	1	4 - INV	2	90	0	495	10.449.000
25 752	0294 3379	AMPLIACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO PIAUI							27.568.885
25 752	0294 3379 0022	AMPLIACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO PIAUI - NO ESTADO DO PIAUI (SISTEMA AMPLIADO (% DE EXECUCAO FISICA)) 15	1	4 - INV	2	90	0	495	27.568.885
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									4.499.375

		ATIVIDADES								
25	132	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS						802.000	
25	132	0807 4101 0022	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS - NO ESTADO DO PIAUI	1	4 - INV	2	90	0	495	802.000
25	132	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							1.180.000
25	132	0807 4102 0022	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO PIAUI	1	4 - INV	2	90	0	495	1.180.000
25	124	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							2.516.575
25	126	0807 4103 0022	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO PIAUI	1	4 - INV	2	90	0	495	2.516.575
TOTAL - INVESTIMENTO									47.525.060	

ORGAO : 32800 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON

ANEXO I **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 5.000.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		5.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
752 ENERGIA ELÉTRICA		5.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		5.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		5.000.000
TOTAL		5.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON

ANEXO I **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									5.000.000	
25	752	1042 4881	MANUTENCAO DO SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM RONDONIA							2.000.000
25	752	1042 4881 0011	MANUTENCAO DO SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA							2.000.000
25	752	1042 6549	AMPLIACAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM RONDONIA							3.000.000
25	752	1042 6549 0011	AMPLIACAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA (REDE AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA))							3.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO									5.000.000	

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - CGTEE

ANEXO I **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 176.810.461

QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		176.810.461
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
752 ENERGIA ELÉTRICA		176.810.461
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL		176.810.461

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	176.810.461
--	--------------------

TOTAL	176.810.461
--------------	--------------------

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	176.810.461
---	-------------

6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	176.810.461
--	-------------

6.9.1.0.00.00 CONTROLADORA	176.810.461
----------------------------	-------------

TOTAL DA RECEITA	176.810.461	RECEITAS CORRENTES	0	RECEITAS DE CAPITAL	176.810.461
-------------------------	--------------------	---------------------------	----------	----------------------------	--------------------

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE

ANEXO I**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)****CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0295		ENERGIA NA REGIÃO SUL							176.810.461
		PROJETOS							
25 752	0295 1127	IMPLANTAÇÃO DA USINA TERMOELÉTRICA CANDIOTA III, FASE C, COM 350 MW (RS)							176.810.461
25 752	0295 1127 0043	IMPLANTAÇÃO DA USINA TERMOELÉTRICA CANDIOTA III, FASE C, COM 350 MW (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							176.810.461
		USINA IMPLANTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	1	4 - (NV)	2	90	0	495	176.810.461
TOTAL - INVESTIMENTO									176.810.461

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA		TOTAL - GERAL	498.569.416
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			5.447.174
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			4.746.298
752 ENERGIA ELÉTRICA		TOTAL - GERAL	488.375.944
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES			
25 ENERGIA			498.569.416
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			5.447.174
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			4.746.298
752 ENERGIA ELÉTRICA		TOTAL - GERAL	488.375.944
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0213 LUZ PARA TODOS			155.768.533
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA			883.958
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			96.257.788
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL			11.985.396
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			162.726.428
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE			2.000.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			10.193.472
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS			58.753.841
		TOTAL - GERAL	498.569.416
QUADRO SINTESE POR ORGAO			
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		TOTAL - GERAL	498.569.416
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			395.269.543
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			189.197.618
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			189.197.618
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO			132.492.374
6.3.1.0.00.00 INTERNAS			132.492.374
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			73.579.551
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA			73.579.551
TOTAL DA RECEITA	395.269.543 RECEITAS CORRENTES	189.197.618 RECEITAS DE CAPITAL	206.071.925

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 498.569.416			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA		TOTAL - GERAL	498.569.416
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL			5.447.174
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			4.746.298
752 ENERGIA ELÉTRICA		TOTAL - GERAL	488.375.944
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0273 LUZ PARA TODOS			155.768.533
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA			883.958
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			96.257.788
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL			11.985.396
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			162.726.428
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE			2.000.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			10.193.472
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS			58.753.841
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS			
32204 ELETOBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR			132.492.374
32214 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE			2.000.000
32225 ELETRONUCLEAR CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.			6.171.820
32226 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF			100.000.000
32228 FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.			30.906.881
32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE			17.787.612
32269 COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUI - CEPISA			151.618.533
32270 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON			45.508.000
32276 COMPANHIA DE GERAÇÃO TERMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE			12.164.276
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		TOTAL	498.569.416
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			395.269.543
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			189.197.618
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			189.197.618
6.3.0.0.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO			132.492.374
6.3.1.0.00.00 INTERNAS			132.492.374
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			73.579.551
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA			73.579.551
TOTAL DA RECEITA	395.269.543 RECEITAS CORRENTES	189.197.618 RECEITAS DE CAPITAL	206.071.925

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32204 - ELETOBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 132.492.374			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA		TOTAL - GERAL	132.492.374

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
752 ENERGIA ELÉTRICA		132.492.374
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE		132.492.374
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		132.492.374
TOTAL		132.492.374
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
60.000.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		132.492.374
63.000.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO		132.492.374
63.100.00 INTERNAS		132.492.374
TOTAL DA RECEITA	132.492.374 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32204 - ELETOBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									132.492.374
PROJETOS									
25 752	0296 5E88	IMPLANTACAO DA USINA TERMONUCLEAR DE ANGRA III COM 1.309 MW (RJ)							132.492.374
25 752	0296 5E88 0031	IMPLANTACAO DA USINA TERMONUCLEAR DE ANGRA III COM 1.309 MW (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							132.492.374
		USINA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	132.492.374
TOTAL - INVESTIMENTO									132.492.374

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES		
25 ENERGIA		2.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES		
752 ENERGIA ELÉTRICA		2.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE		2.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		2.000.000
TOTAL		2.000.000

ORÇAO : 31000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE									2.000.000
ATIVIDADES									
25 752	0297 2C47	REFORÇOS E MELHORIAS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DA REGIÃO NORTE							2.000.000
25 752	0297 2C47 0010	REFORÇOS E MELHORIAS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DA REGIÃO NORTE - NA REGIÃO NORTE							2.000.000
			1	4 - INV	2	90	0	495	2.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO									2.000.000

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO B CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 6.171.820

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA | 6.171.820

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 752 ENERGIA ELÉTRICA | 6.171.820

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL | 6.171.820

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | 6.171.820

TOTAL | 6.171.820

QUADRO SINTESE POR RECEITA
 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | 6.171.820
 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS | 6.171.820
 6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA | 6.171.820
 TOTAL DA RECEITA 6.171.820 RECEITAS CORRENTES 6.171.820 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO B CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	L U	F T E	VALOR
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL									6.171.820
PROJETOS									
25	752	0295 1050							6.171.820
25	752	0295 1050 0040							6.171.820
		AMPLIACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELÉTRICA NA REGIÃO SUL E MATO GROSSO DO SUL							
		AMPLIACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELÉTRICA NA REGIÃO SUL E MATO GROSSO DO SUL - NA REGIÃO SUL							
		SISTEMA AMPLIADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	50	0	495	6.171.820
TOTAL - INVESTIMENTO									6.171.820

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO - CHESF

ANEXO B CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 100.000.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA | 100.000.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL | 1.555.120
 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 1.303.134
 752 ENERGIA ELÉTRICA | 97.141.746

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA | 883.958
 0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE | 96.257.788
 0307 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 2.858.254

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | 100.000.000

TOTAL | 100.000.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA
 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | 100.000.000
 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS | 100.000.000
 6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA | 100.000.000
 TOTAL DA RECEITA 100.000.000 RECEITAS CORRENTES 100.000.000 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO - CHESF

ANEXO B CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	L U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------	-------	-----	-------	-----	-------	-------

0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA									883.958	
ATIVIDADES										
25	752	0276 6508	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA					883.958		
25	752	0276 6508 0020	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NA REGIÃO NORDESTE	1	4 - INV	2	90	0	495	883.958
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE									96.257.788	
ATIVIDADES										
25	752	0294 2D61	REFORÇOS E MELHORIAS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA REGIÃO NORDESTE					47.749.860		
25	752	0294 2D61 0020	REFORÇOS E MELHORIAS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA REGIÃO NORDESTE - NA REGIÃO NORDESTE	1	4 - INV	2	90	0	495	47.749.860
25	752	0294 4476	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA REGIÃO NORDESTE					5.398.231		
25	752	0294 4476 0020	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA REGIÃO NORDESTE - NA REGIÃO NORDESTE	1	4 - INV	2	90	0	495	5.398.231
PROJETOS										
25	752	0294 5107	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA REGIÃO NORDESTE					43.109.697		
25	752	0294 5107 0020	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA REGIÃO NORDESTE - NA REGIÃO NORDESTE SISTEMA AMPLIADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) I	1	4 - INV	2	90	0	495	43.109.697
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									2.858.254	
ATIVIDADES										
25	122	0807 4101	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS					1.555.120		
25	122	0807 4101 0020	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - NA REGIÃO NORDESTE	1	4 - INV	2	90	0	495	1.555.120
25	126	0807 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO					1.303.134		
25	126	0807 4103 0020	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NA REGIÃO NORDESTE	1	4 - INV	2	90	0	495	1.303.134
TOTAL - INVESTIMENTO									190.090.806	
ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA										
UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.										
ANEXO II									CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 30.906.801										
QUADRO SINTESE POR FUNCOES										
25 ENERGIA									30.906.801	
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES										
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO									672.747	
752 ENERGIA ELÉTRICA									30.234.054	
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS										
0294 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									30.234.054	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									672.747	
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA										
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									30.906.801	
TOTAL									30.906.801	
ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA										
UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.										
ANEXO II									CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	

0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE								30.134.854
		ATIVIDADES						
25 752	0296 2194	REFORÇOS E MELHORIAS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E DE MINAS GERAIS					624.270	
25 752	0296 2194 0030	REFORÇOS E MELHORIAS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E DE MINAS GERAIS - NA REGIÃO SUDESTE					624.270	
25 751	0296 4469	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	1	4 - INV	2	90 0 495	624.270	
25 752	0296 4469 0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE - NACIONAL					1.374.010	
25 752	0296 4469 0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE - NACIONAL	1	4 - INV	2	90 0 495	1.374.010	
		PROJETOS						
25 752	0296 1D35	MODERNIZAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE MASCARENHAS DE MORAES COM 476 MW - FASE 2 (MG)					13.554	
25 752	0296 1D35 0030	MODERNIZAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE MASCARENHAS DE MORAES COM 476 MW - FASE 2 (MG) - NA REGIÃO SUDESTE					13.554	
25 752	0296 1D35 0030	USINA MODERNIZADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1	4 - INV	2	90 0 495	13.554	
25 752	0296 1097	IMPLANTACAO DA LINHA DE TRANSMISSAO TIJUCO PRETO - ITAPETI - NORDESTE (345 KV - 50 KM) E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS (SP)					3.468.382	
25 752	0296 1097 0035	IMPLANTACAO DA LINHA DE TRANSMISSAO TIJUCO PRETO - ITAPETI - NORDESTE (345 KV - 50 KM) E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS (SP) - NO ESTADO DE SÃO PAULO					3.468.382	
25 752	0296 1097 0035	LINHA IMPLANTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 15	1	4 - INV	2	90 0 495	3.468.382	
25 752	0296 1H08	MODERNIZAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA FUNIL COM 216 MW (RJ)					13.554	
25 752	0296 1H08 0033	MODERNIZAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA FUNIL COM 216 MW (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					13.554	
25 752	0296 1H08 0033	USINA MODERNIZADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1	4 - INV	2	90 0 495	13.554	
25 752	0296 3292	MODERNIZAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA FURNAS COM 1.216 MW (MG)					8.427.573	
25 752	0296 3292 0031	MODERNIZAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA FURNAS COM 1.216 MW (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS					8.427.573	
25 752	0296 3292 0031	USINA MODERNIZADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 6	1	4 - INV	2	90 0 495	8.427.573	
25 752	0296 3414	AMPLIACAO DA USINA TERMOELÉTRICA SANTA CRUZ - FASE 1 - COM ACRESCIMO DE 350 MW (RJ), ATRAVES DE CICLO COMBINADO					933.054	
25 752	0296 3414 0033	AMPLIACAO DA USINA TERMOELÉTRICA SANTA CRUZ - FASE 1 - COM ACRESCIMO DE 350 MW (RJ), ATRAVES DE CICLO COMBINADO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					933.054	
25 752	0296 3414 0033	USINA AMPLIADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	1	4 - INV	2	90 0 495	933.054	
25 752	0296 7066	MODERNIZAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA LUIZ CARLOS BARRETO DE CARVALHO COM 1.050 MW (MG)					15.379.657	
25 752	0296 7066 0031	MODERNIZAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA LUIZ CARLOS BARRETO DE CARVALHO COM 1.050 MW (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS					15.379.657	
25 752	0296 7066 0031	USINA MODERNIZADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 18	1	4 - INV	2	90 0 495	15.379.657	
0887 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO							672.747	
		ATIVIDADES						
25 126	0887 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO					672.747	
25 126	0887 4103 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL					672.747	
25 126	0887 4103 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	1	4 - INV	2	90 0 495	672.747	
TOTAL - INVESTIMENTO							30.906.801	

ORGÃO : 32900 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETRACRE

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,80

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 17.707.612

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
25 ENERGIA	17.707.612
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	141.354
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	170.417
751 ENERGIA ELÉTRICA	17.395.841
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	311.771
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	17.395.841
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	17.707.612
TOTAL	17.707.612

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 33267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETRACRE

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	OND	RP	MOD	U	FT E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									311.771
ATIVIDADES									
25 122	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							141.354
25 122	0807 4102 0012	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO ACRE	1	4 - INV	2	90	0	495	141.354
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							170.417
25 126	0807 4103 0012	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO ACRE	1	4 - INV	2	90	0	495	170.417
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									17.395.841
ATIVIDADES									
25 752	1042 4877	MANUTENCAO DE SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO ACRE							1.794.428
25 752	1042 4877 0012	MANUTENCAO DE SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO ACRE	1	4 - INV	2	90	0	495	1.794.428
PROJETOS									
25 752	1042 105D	IMPLANTACAO DA SUBESTACAO TAQUARI COM 69/138 KV (AC)							12.200.620
25 752	1042 105D 0012	IMPLANTACAO DA SUBESTACAO TAQUARI COM 69/138 KV (AC) - NO ESTADO DO ACRE OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 44	1	4 - INV	2	90	0	495	12.200.620
25 752	1042 7108	INTERLIGACAO DOS SISTEMAS ISOLADOS DE DISTRIBUICAO (SUBESTACOES DE 34,5/13,8 KV) AO SISTEMA RIO BRANCO (AC)							3.400.793
25 752	1042 7108 0012	INTERLIGACAO DOS SISTEMAS ISOLADOS DE DISTRIBUICAO (SUBESTACOES DE 34,5/13,8 KV) AO SISTEMA RIO BRANCO (AC) - NO ESTADO DO ACRE SISTEMA INTERLIGADO (% DE EXECUCAO FISICA) 26	1	4 - INV	2	90	0	495	3.400.793
TOTAL - INVESTIMENTO									17.707.612

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 33269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI - CEPISA

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 251.618.533

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	
25 ENERGIA	151.618.533
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
751 ENERGIA ELÉTRICA	151.618.533
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0273 LUZ PARA TODOS	151.618.533

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		151.618.533
TOTAL		151.618.533
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
6.9.9.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		183.933.873
6.1.9.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		34.297.314
6.1.1.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		34.297.314
6.9.8.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		49.635.759
6.9.2.00.00 CONTROLADORA		49.635.759
TOTAL DA RECEITA	103.933.073 RECEITAS CORRENTES	34.297.314 RECEITAS DE CAPITAL
		49.635.759

ORÇAO : 32800 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32249 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI - CEFISA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	RP	MOD	I U	FT E	VALOR
0273 LUZ PARA TODOS									151.618.533
PROJETOS									
25 752	0273 11YL	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (PIAUI)							151.618.533
25 752	0273 11YL 0022	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (PIAUI) - NO ESTADO DO PIAUI							151.618.533
		UNIDADE CONSUMIDORA ATENDIDA (UNIDADE) 14557	1	4 - INV	2	90	0	495	151.618.533
TOTAL - INVESTIMENTO									151.618.533

ORÇAO : 32800 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 45.508.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES		
751 ENERGIA		45.508.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES		
751 ENERGIA ELÉTRICA		45.508.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS		
0273 LUZ PARA TODOS		4.150.000
1041 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		41.358.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		45.508.000
TOTAL		45.508.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA		
6.9.9.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		48.508.000
6.1.9.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		36.544.208
6.1.1.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		36.544.208
6.9.8.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		3.943.792
6.9.2.00.00 CONTROLADORA		3.943.792
TOTAL DA RECEITA	40.503.000 RECEITAS CORRENTES	36.544.208 RECEITAS DE CAPITAL
		3.943.792

ORÇAO : 32900 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	RP	MOD	I U	FT E	VALOR
0273 LUZ PARA TODOS									4.150.000
PROJETOS									
25 752	0273 11XI	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (RONDONIA)							4.150.000
25 752	0273 11XI 0011	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (RONDONIA) - NO ESTADO DE RONDONIA							4.150.000
		UNIDADE CONSUMIDORA ATENDIDA (UNIDADE) 553	1	4 - INV	2	90	0	495	4.150.000

1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS								41.358.000	
		ATIVIDADES							
25 752	1042 6548	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM RONDONIA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA	1	4 - INV	2	90	0	495	2.000.000
25 752	1042 6548 0011								2.000.000
		PROJETOS							
25 751	1042 1806	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO - REDUÇÃO DE PERDAS TÉCNICAS E COMERCIAIS NA ÁREA DE CONCESSÃO DA CERON (RO)							2.000.000
25 752	1042 1806 0011	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO - REDUÇÃO DE PERDAS TÉCNICAS E COMERCIAIS NA ÁREA DE CONCESSÃO DA CERON (RO) - NO ESTADO DE RONDONIA							2.000.000
		CONSUMIDOR REGULARIZADO (UNIDADE) 3526	1	4 - INV	2	90	0	495	2.000.000
25 751	1042 3381	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM RONDONIA							37.358.000
25 752	1042 3381 0011	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA							37.358.000
		SISTEMA AMPLIADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 24	1	4 - INV	2	90	0	495	37.358.000
		TOTAL - INVESTIMENTO							45.508.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - CGTEE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 12.164.276

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
25 ENERGIA 12.164.276

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL 3.750.700
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 2.600.000
752 ENERGIA ELÉTRICA 5.813.576

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL 5.813.576
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 6.350.700

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 12.164.276

TOTAL 12.164.276

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA
6.000.000,00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 12.164.276
6.100.000,00 RECURSOS PRÓPRIOS 12.164.276
6.111.000,00 GERAÇÃO PRÓPRIA 12.164.276
TOTAL DA RECEITA 12.164.276 RECEITAS CORRENTES 12.164.276 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - CGTEE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T F	VALOR
		0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL							5.813.576
		PROJETOS							
25 752	0295 3380	ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DA USINA TERMOELÉTRICA PRESIDENTE MÉDICI, FASES A E B, EM CANDIÓTA (RS)							5.813.576
25 752	0295 3380 0043	ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DA USINA TERMOELÉTRICA PRESIDENTE MÉDICI, FASES A E B, EM CANDIÓTA (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	5.813.576

		ATIVIDADES					
		0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO					6.358.700
25 122	0007 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS					2.231.700
25 122	0007 4101 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NA REGIAO SUL					2.231.700
			1	4 - INV	2	90 0 495	2.231.700
25 122	0007 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS					1.519.000
25 122	0007 4102 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NA REGIAO SUL					1.519.000
			1	4 - INV	2	90 0 495	1.519.000
25 126	0007 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO					2.600.000
25 126	0007 4103 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NA REGIAO SUL					2.600.000
			1	4 - INV	2	90 0 495	2.600.000
		TOTAL - INVESTIMENTO					12.164.276

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 15:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 33, de 2008-CN, que “abre ao orçamento de investimentos para 2008, em favor das empresas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. e Boa Vista Energia S.A., do Grupo ELETROBRÁS, crédito especial no valor total de R\$68.397.857,00 (sessenta e oito milhões, trezentos e noventa e sete mil, oitocentos e cinquenta e sete reais), para os fins que especifica”.

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 47, de 2008-CN, concluiu pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados, nos termos do parecer.

As Sr^{as.} e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as.} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 33, DE 2008-CN
MENSAGEM Nº 107, DE 2008-CN
(nº 620/2008, na origem)

Abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor das empresas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. e Boa Vista Energia S.A., do Grupo Eletrobras, crédito especial no valor total de R\$68.397.857,00 (sessenta e oito milhões, trezentos e noventa e sete mil e oitocentos e cinquenta e sete reais) para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008) crédito especial no valor total de R\$68.397.857,00 (sessenta e oito milhões, trezentos e noventa e sete mil e oitocentos e cinquenta e sete reais), em favor das empresas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. e Boa Vista Energia S.A., do Grupo Eletrobras, para atender à programação constante do anexo 1 a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de outros recursos de longo prazo repassados pela controladora, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do anexo I a esta Lei, bem como de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constantes do anexo II a esta Lei.

Art. 3º O Plano Plurianual 2008-2011 passa a incorporar as alterações constantes do anexo III a esta Lei, em conformidade com o disposto no art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA		TOTAL - GERAL	68.397,857
			68.397,857
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES			
752 ENERGIA ELÉTRICA		TOTAL - GERAL	68.397,857
			68.397,857
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCIONES			
25 ENERGIA		TOTAL - GERAL	68.397,857
752 ENERGIA ELÉTRICA			68.397,857
			68.397,857
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			20.000,000
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			4.000,000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		TOTAL - GERAL	42.397,857
			68.397,857
QUADRO SINTESE POR ORGAO			
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		TOTAL - GERAL	68.397,857
			68.397,857
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
4.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			42.397,857
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			42.397,857
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA			42.397,857
TOTAL DA RECEITA	42.397,857	RECEITAS CORRENTES	
		0 RECEITAS DE CAPITAL	42.397,857

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 68.397,857			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA			68.397,857
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES			
752 ENERGIA ELÉTRICA			68.397,857
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			20.000,000
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			4.000,000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS			42.397,857
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS			
32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE			26.000,000
32272 BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA			42.397,857
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			68.397,857
TOTAL			68.397,857
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
4.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			42.397,857
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			42.397,857
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA			42.397,857
TOTAL DA RECEITA	42.397,857	RECEITAS CORRENTES	
		0 RECEITAS DE CAPITAL	42.397,857

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 26.000,000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA			26.000,000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES			
752 ENERGIA ELÉTRICA			26.000,000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			20.000,000
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			6.000,000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			26.000,000
TOTAL			26.000,000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

ANEXO I		CREDITO ESPECIAL	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBSTITUIÇÃO/PRODUTO	VALOR
		0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE	20.000,000
		PROJETOS	

ANEXO II			CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
QUADRO SINTESE POR FUNCOES									
25 ENERGIA			TOTAL - GERAL						
			26.000.000						
			26.000.000						
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES									
752 ENERGIA ELÉTRICA			TOTAL - GERAL						
			26.000.000						
			26.000.000						
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES									
25 ENERGIA			TOTAL - GERAL						
752 ENERGIA ELÉTRICA			26.000.000						
			26.000.000						
			26.000.000						
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS									
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA			TOTAL - GERAL						
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE			18.000.000						
			16.000.000						
			26.000.000						
QUADRO SINTESE POR ORCAO									
32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA			TOTAL - GERAL						
			26.000.000						
			26.000.000						
ORCAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA									
ANEXO II			CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
TOTAL DO ORCAO : R\$ 26.000.000									
QUADRO SINTESE POR FUNCOES									
25 ENERGIA			TOTAL - GERAL						
			26.000.000						
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES									
752 ENERGIA ELÉTRICA			TOTAL - GERAL						
			26.000.000						
			26.000.000						
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS									
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA			TOTAL - GERAL						
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE			18.000.000						
			16.000.000						
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS									
32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE			TOTAL - GERAL						
			26.000.000						
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA									
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			TOTAL - GERAL						
			26.000.000						
TOTAL			26.000.000						
ORCAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA									
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE									
ANEXO II			CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 26.000.000									
QUADRO SINTESE POR FUNCOES									
25 ENERGIA			TOTAL - GERAL						
			26.000.000						
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES									
752 ENERGIA ELÉTRICA			TOTAL - GERAL						
			26.000.000						
			26.000.000						
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS									
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA			TOTAL - GERAL						
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE			18.000.000						
			16.000.000						
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA									
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			TOTAL - GERAL						
			26.000.000						
TOTAL			26.000.000						
ORCAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA									
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE									
ANEXO II			CREDITO ESPECIAL						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	R F	M O D	I U	F T E	VALOR
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA									
18.000.000									
ATIVIDADES									
25	752	0276 8549							18.000.000
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA									
25	752	0276 8549 0001							10.000.000
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL									
			3	4 - INV	2	90	0	495	30.000.000
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE									
16.000.000									

		ATIVIDADES							
25 752	0397 2047	REFORÇOS E MELHORIAS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DA REGIÃO NORTE					6.000.000		
25 752	0297 2047 0010	REFORÇOS E MELHORIAS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DA REGIÃO NORTE - NA REGIÃO NORTE					6.000.000		
			1	4 - INV	2	90	0	495	6.000.000
		PROJETOS							
25 752	0397 3235	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DA USINA HIDROELÉTRICA DE TUCURUI (PA) - 2ª ETAPA - DE 4.245 PARA 8.370 MW					10.000.000		
25 752	0297 3235 0015	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DA USINA HIDROELÉTRICA DE TUCURUI (PA) - 2ª ETAPA - DE 4.245 PARA 8.370 MW NO ESTADO DO PARA					10.000.000		
		USINA AMPLIADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	10.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO							26.000.000		

Plano Plurianual 2004 - 2011
 Anexo III - Programas de Governo - Finalísticas
 Valor em R\$ 1,00

Objetivo de Governo Ampliar uma infraestrutura eficiente e integrada do Território Nacional
Objetivo Setorial Garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica, com qualidade, confiabilidade e sustentabilidade tarifária

Programa 0194 Energia na Região Nordeste
 Órgão Responsável 15000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica no Região Nordeste
Público-alvo Consumidores de energia elétrica do Região Nordeste

AÇÕES DA ESFERA INVESTIMENTO DAS ESTATAIS

Projeto	Previdência (saldo de créditos)	Órgão Executor	Valor Total Estimado	Região	Finalidade
115W	Sistema implantado em 2004, entre as Subestações São Luis III e São Assolândia (MA)	MME	30.000.000	Nordeste	11.216.000
	% de execução física		48		52
			2.209		2.209
					2.209

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 17:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 37, de 2008-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$8.224.228,00 (oito milhões, duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e vinte e oito reais), para o fim que especifica, e dá outras providências”.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 59, de 2008-CN, concluiu pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as.} e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as.} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 37, DE 2008-CN
MENSAGEM Nº 111, DE 2008-CN
(nº 633/2008, na origem)

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$8.224.228,00 (oito milhões, duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e vinte e oito reais), para o fim que especifica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008), em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$8.224.228,00 (oito milhões, duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e vinte e oito reais), para atender à programação constante do anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de excesso de arrecadação de receitas próprias.

Art. 3º O Plano Plurianual 2008-2011 passa a incorporar as alterações constantes do anexo II desta Lei, em conformidade com o art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGÃO - 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE - 52021 - FUNDO DO EXERCÍTO

ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNÇ	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO SUBTÍTULO/PRODUTO	C	G	R	M	E	F	V	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO										8.224.228
ATIVIDADES										
05 302	0750 20CE	CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PARA A ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA								8.224.228
05 302	0750 20CE 0001	CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PARA A ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA - NACIONAL								8.224.228
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 2008	2	3	2	00	D	258		8.224.228
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										8.224.228
TOTAL - GERAL										8.224.228

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo II – Programas de Governo – Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais

Valores em R\$ 1,00

Programa 0750 Apoio Administrativo Órgão Responsável 92000 Atividades Padronizadas (Atividades Padronizadas)

Objetivo Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos

Público-Alvo Governo

AÇÕES DA ESFERA SEGURIDADE SOCIAL

Atividades

Cod. Título	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regionalização	Financeiro/Físico		
				2008	2009	2011
POCE Contribuições, Servidores e Empregados para a Assistência Médica e Odontológica	Pessoas Beneficiárias (unidade:q)	MI?	Nacional	R\$ 8.234.238 20.000	R\$ 18.522.000 20.000	R\$ 21.411.000 20.000
					Meta 20,00%	Meta 20,00%

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 16:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 34, de 2008-CN, que “abre ao orçamento fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$66.900.000,00 (sessenta e seis milhões e novecentos mil reais), para o fim que especifica, e dá outras providências”.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 48, de 2008-CN, concluiu pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as}. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 34, DE 2008-CN
MENSAGEM Nº 108, DE 2008-CN
(nº 621/2008, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$66.900.000,00(sessenta e seis milhões e novecentos mil reais), para o fim que especifica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008), em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$66.900.000,00 (sessenta e seis milhões e novecentos mil reais), para atender à programação constante do anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no anexo II desta Lei.

Art. 3º O Plano Plurianual 2008-2011 passa a incorporar a alteração constante do anexo III desta Lei, em conformidade com o art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 UNIDADE : 2510 - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ANEXO I CREDITO ESPECIAL
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	E		
0770 ADMINISTRACAO TRIBUTARIA E ADUANZEIRA									66.900.000
ATIVIDADES									
04 694	0770 2080	REMUNERACAO DOS AGENTES PRESTADORES DE SERVICOS PELO RECOLHIMENTO DA GUIA DE RECOLHIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVICIO E INFORMACOES A PREVIDENCIA SOCIAL - GFIP							66.900.000
04 694	0770 2081 0001	REMUNERACAO DOS AGENTES PRESTADORES DE SERVICOS PELO RECOLHIMENTO DA GUIA DE RECOLHIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVICIO E INFORMACOES A PREVIDENCIA SOCIAL - GFIP - NACIONAL.							66.900.000
		GUIA RECEBIDA (UNIDADE) 600.000.000	F	3	2	90	0	100	66.900.000
TOTAL - FISCAL									66.900.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									66.900.000

ORGAO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO
 UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II CREDITO ESPECIAL
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	E		
0083 PREVIDENCIA SOCIAL BASICA									66.900.000
ATIVIDADES									
28 694	0083 2910	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS							66.900.000
28 694	0083 2910 0001	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - NACIONAL							66.900.000
			F	3	2	90	0	100	66.900.000
TOTAL - FISCAL									66.900.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									66.900.000

Piso Parlamentar 2008 - 2011

Ação III - Programas de Governo - Apoio às Políticas Públicas e Outras Especiais

Valores em R\$ 1.000

Objetivo de Governo Promover o crescimento econômico sustentável e sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda

Objetivo Setorial Assegurar e garantir a equidade das contas públicas

Programa 0770 Administração Tributária e Aduaneira Órgão Responsável: 34000 Ministério da Fazenda (MEF)

Objetivo Promover o arrecadamento de tributos e realizar o controle aduaneiro, empadronar e fazer cumprir a legislação

Público-alvo Governo Federal

AÇÕES DA ESFERA FISCAL

Atividades	Produto (unidade de medida)	Órgão Executor	Regimentação	2008	2009	2010	2011
3081 Remunerados Agentes prestadores de serviços pelo recolhimento da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP	Guia Recolhida unidade	MEF	Nacional	66.900.000 600.000.000	70.000.000 610.400.000	85.000.000 661.300.000	91.000.000 694.573.000

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 18:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 45, de 2008-CN, que “abre ao orçamento fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para o fim que especifica”.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 49, de 2008-CN, concluiu pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as.} e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as.} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 45, DE 2008-CN

MENSAGEM Nº 120, DE 2008-CN

(nº 641/2008, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para o fim que especifica.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008), em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para atender à programação constante do anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGÃO : 28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
 UNIDADE : 28101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	P	M	I	F	VALOR	
											F
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS											5.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS									
28 846	0909 00C7	RESSARCIMENTO AO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZACAO PELAS DESPESAS COM CONCESSAO, PERMISSAO OU AUTORIZACAO DE SERVICOS PUBLICOS (LEI Nº 9.491, DE 1997)								5.000.000	
28 846	0909 00C7 0001	RESSARCIMENTO AO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZACAO PELAS DESPESAS COM CONCESSAO, PERMISSAO OU AUTORIZACAO DE SERVICOS PUBLICOS (LEI Nº 9.491, DE 1997) - NACIONAL								5.000.000	
			F	3	2	90	0	100		5.000.000	
TOTAL - FISCAL										5.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE										0	
TOTAL - GERAL										5.000.000	

ORGÃO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO
 UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	P	M	I	F	VALOR	
											F
1460 VETOR LOGISTICO NORDESTE MERIDIONAL											5.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS									
28 846	1460 0C07	CONTRAPRESTACAO DA UNIAO NO AMBITO DE CONTRATOS DE PARCERIA PUBLICO-PRIVADA - PPP NA AREA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIARIA (LEI Nº 11.079, DE 2004)								5.000.000	
28 846	1460 0C07 0001	CONTRAPRESTACAO DA UNIAO NO AMBITO DE CONTRATOS DE PARCERIA PUBLICO-PRIVADA - PPP NA AREA DE INFRA-ESTRUTURA RODOVIARIA (LEI Nº 11.079, DE 2004) - NACIONAL								5.000.000	
			F	3	2	90	0	100		5.000.000	
TOTAL - FISCAL										5.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE										0	
TOTAL - GERAL										5.000.000	

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 19:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 46, de 2008-CN, que “abre aos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, em favor da Justiça Eleitoral, da Presidência da República e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor global de R\$5.829.976,00 (cinco milhões, oitocentos e vinte e nove mil, novecentos e setenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 55, de 2008-CN, concluiu pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Sr. Presidente, quero discutir a matéria – e V.Exª está com tanta rapidez, que, se eu descuidar um pouco, aprova a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para discutir, concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço ao Relator que nos esclareça, uma vez que estudou o assunto, por que o Ministério do Planejamento resolveu pagar assistência médica a seus funcionários por intermédio de organização não governamental. Isso me parece uma química.

Preciso de um esclarecimento do Relator, para poder me posicionar em relação ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado Gilmar Machado, para discutir a matéria.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse é um entendimento resultante de acordo firmado nas negociações com os servidores. Cada órgão tem a sua prestadora de tal serviço para os servidores.

São planos contratados, porque o Governo não tem um órgão próprio de atendimento e deve oferecer planos de saúde para seus servidores. Logicamente, sendo esses planos privados, recebem recursos para fazer os pagamentos. Isso faz parte inclusive das negociações dos salários que já vota-

mos na Câmara. A propósito, o Senado está examinando exatamente a MP que trata das negociações salariais dos servidores.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para discutir, com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Trata-se de prática não muito recomendável. Acho que a função da Oposição é mostrar para o Governo que estamos vigilantes. Por que não é feito de maneira direta? No Brasil, essas coisas são feitas para fugir da fiscalização, do braço do Tribunal de Contas, do Ministério Público.

Sr. Presidente, não vamos colocar obstrução, mas vamos votar contra, para registrar que divergimos da forma como o Governo está aplicando os recursos. Os recursos não são vultosos, mas a forma de empregá-los não me parece a mais adequada, a mais transparente.

Vamos votar contra e deixar que prossiga a votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as}. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Com o voto contra do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Registro o voto contra do Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E, no Senado, do PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No Senado, com o voto contra do Senador Flexa Ribeiro, representando o PSDB.

O SR. EDUARDO SCIARRA (DEM – PR) – E o do Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Temos também o voto do Deputado Eduardo Sciarra.

As Sr^{as}. e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra o voto do Senador Flexa Ribeiro.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 46, DE 2008-CN
MENSAGEM Nº 121, DE 2008-CN
(nº 642/2008, na origem)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral, da Presidência da República e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor global de R\$5.829.976,00 (cinco milhões, oitocentos e vinte e nove mil, novecentos e setenta e seis reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.647, de 24

de março de 2008), em favor da Justiça Eleitoral, da Presidência da República e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor global de R\$ 5.829.976,00 (cinco milhões, oitocentos e vinte e nove mil, novecentos e setenta e seis reais), para atender à programação constante do anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	P	M	O	I	U	F	T	E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL														543.858
		ATIVIDADES												
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES												543.858
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL												543.858
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 149	S	3	2	90	0	100						543.858
TOTAL - FISCAL														0
TOTAL - SEGURIDADE														543.858
TOTAL - GERAL														543.858

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14102 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	P	M	O	I	U	F	T	E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL														132.000
		ATIVIDADES												
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES												132.000
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL												132.000
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 111	S	3	2	90	0	100						132.000
TOTAL - FISCAL														0
TOTAL - SEGURIDADE														132.000
TOTAL - GERAL														132.000

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14106 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									807.590
		ATIVIDADES							
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							807.590
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							807.590
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 826	S	3	2	90	0	100	807.590
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									807.590
TOTAL - GERAL									807.590

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14111 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									175.687
		ATIVIDADES							
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							175.687
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							175.687
			S	3	2	90	0	100	175.687
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									175.687
TOTAL - GERAL									175.687

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14115 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G S M P F D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									27.757
		ATIVIDADES							
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							27.757
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							27.757
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 5	S	3	2	90	0	100	27.757
TOTAL FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									27.757
TOTAL - GERAL									27.757

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14116 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G S M P F D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									2.700.219
		ATIVIDADES							
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							173.642
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							173.642
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 56	S	3	2	90	0	100	173.642
02 365	0570 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							417.203
02 365	0570 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							417.203
		CRIANCA ATENDIDA (UNIDADE) 7	F	3	2	90	0	100	417.203
02 331	0570 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							59.090
02 331	0570 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							59.090
			F	3	1	90	0	100	59.090
02 306	0570 2012	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							2.050.284
02 306	0570 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							2.050.284
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 524	F	3	1	90	0	100	2.050.284
TOTAL - FISCAL									2.526.577
TOTAL - SEGURIDADE									173.642
TOTAL - GERAL									2.700.219

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14117 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									164.010
ATIVIDADES									
02.301	0570.2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							164.010
02.301	0570.2004.0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							164.010
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 2	S	3	2	90	0	100	164.010
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									164.010
TOTAL - GERAL									164.010

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
UNIDADE : 14119 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTULO/PRODUTO	F S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									259.382
ATIVIDADES									
02.331	0570.2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							259.382
02.331	0570.2011.0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							259.382
			F	3	1	90	0	100	259.382
TOTAL - FISCAL									259.382
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									259.382

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14120 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	J	F	VALOR
			F	D	O	D	E		
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									16.491
			ATIVIDADES						
02 331	0570 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							16.491
02 331	0570 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS NACIONAL							16.491
			F	3	1	90	0	100	16.491
TOTAL - FISCAL									16.491
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									16.491

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14122 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	J	F	VALOR
			F	D	O	D	E		
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									269.327
			ATIVIDADES						
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							221.242
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							221.242
			S	3	2	90	0	100	221.242
02 365	0570 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							6.000
02 365	0570 2010 0001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL CRIANCA ATENDIDA (UNIDADE) 3							6.000
			F	3	2	90	0	100	6.000
02 306	0570 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							42.085
02 306	0570 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 63							42.085
			F	3	1	90	0	100	42.085
TOTAL - FISCAL									48.085
TOTAL - SEGURIDADE									221.242
TOTAL - GERAL									269.327

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14123 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									8.916
		ATIVIDADES							
02 301	0570 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							8.916
02 301	0570 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							8.916
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 8	5	3	2	90	0	100	8.916
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.916
TOTAL - GERAL									8.916

ORGAO : 14000 - JUSTICA ELEITORAL
 UNIDADE : 14125 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR
0570 GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL									129.734
		ATIVIDADES							
02 331	0570 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							129.734
02 331	0570 2011 0001	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							129.734
			F	3	1	90	0	100	129.734
TOTAL - FISCAL									129.734
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									129.734

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
 UNIDADE : 20415 - EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
1032 DEMOCRATIZACAO DO ACESSO A INFORMACAO JORNALISTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL									305.975
ATIVIDADES									
04 306	1032 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							305.975
04 306	1032 2012 0001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL							305.975
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 971	F	3	1	90	0	100	305.975
TOTAL - FISCAL									305.975
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									305.975

ORGAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO
 UNIDADE : 47101 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									289.030
ATIVIDADES									
04 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							289.030
04 301	0750 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							289.030
			S	3	2	50	0	100	289.030
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									289.030
TOTAL - GERAL									289.030

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
 UNIDADE : 20415 - EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	E		
1032 DEMOCRATIZACAO DO ACESSO A INFORMACAO JORNALISTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL									305.975
PROJETOS									
04 722	1032 10NS	IMPLANTACAO DA REDE NACIONAL DE TELEVISAO PUBLICA							305.975
04 722	1032 10NS 0001	IMPLANTACAO DA REDE NACIONAL DE TELEVISAO PUBLICA - NACIONAL							305.975
			F	3	2	90	0	100	305.975
TOTAL - FISCAL									305.975
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									305.975

ORGAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO
 UNIDADE : 47101 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	E		
1003 GESTAO DA POLITICA NA AREA DE PLANEJAMENTO									289.030
ATIVIDADES									
04 128	1003 4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO							289.030
04 128	1003 4572 0001	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO - NACIONAL							289.030
			F	3	2	90	0	100	289.030
TOTAL - FISCAL									289.030
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									289.030

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 20:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 47, de 2008-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$167.400.000,00 (cento e sessenta e sete milhões e quatrocentos mil reais), para o fim que especifica”.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 50, de 2008-CN, concluiu pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão.

Para discutir, com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este é um projeto estratégico. E o Relator, o Deputado Rodrigo Rollemberg, poderia nos brindar com alguns esclarecimentos. Sabemos que as Forças Armadas têm orçamentos sempre muito limitados. Como jabuti não sobe em árvore...

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO (Bloco/PMDB – RS) – Às vezes, sobe. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – Só com a ajuda do Presidente da Comissão de Orçamento.

Portanto, gostaria de ter maiores esclarecimentos e conhecer a relação desses levantamentos com o pré-sal. Com certeza, o Deputado Rodrigo Rollemberg nos poderá brindar com esse tipo de informação, para que fiquemos mais tranquilos.

Creio muito adequado fortalecer a nossa Marinha para que ela possa fazer esse tipo de levantamento. É estratégico, inclusive, porque precisamos ver em que medida a Organização das Nações Unidas reconhece ou não nossa participação nessa área. Isso, repito, é estratégico para o Brasil.

E sabemos que, seguramente, haverá disputa internacional sobre essa questão do subsolo ou do pré-sal.

Portanto, peço ao Relator Rodrigo Rollemberg que esclareça aos Deputados e Senadores um pouco mais sobre este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra o Deputado Rodrigo Rollemberg, para discutir a matéria.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, Sr^{as.} e Srs. Deputados,

presto o esclarecimento pedido com muito prazer. Aliás, fiz questão de ficar aqui até este momento da sessão para falar sobre este projeto, que considero dos mais importantes e estratégicos que ora tramitam no Congresso Nacional.

Trata-se do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira – LEPLAC, projeto iniciado em 1989, que permitirá ao Brasil expandir os seus limites marítimos para uma área a mais de 960 mil quilômetros quadrados. Isso mesmo. A Convenção da ONU sobre o Direito do Mar permite aos países, sob algumas condições, expandirem sua zona de soberania sobre o mar para até 350 milhas, além das 200 milhas.

Hoje, o Brasil tem 3 milhões e 540 mil quilômetros quadrados de zona econômica exclusiva sobre o mar. Com o LEPLAC, a denominada Amazônia Azul passará a ter 4 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, o que é mais do que a área da Amazônia Verde e, portanto, mais do que a metade do território nacional.

É importante dizer que a Comissão de Limites, da Organização das Nações Unidas, já reconheceu, na primeira versão do estudo apresentado pelo nosso País, o direito do Brasil sobre os novos 770 mil quilômetros quadrados. Mas a Marinha e o Governo brasileiro não se conformaram e, por isso, estão aprofundando os estudos no sentido de obter os desejados 960 mil quilômetros quadrados.

É importante frisar que todas essas reservas – de Tupi, de Júpiter e de Carioca -, recentemente descobertas pelo País na área do pré-sal, estão próximas do limite das 200 milhas. O que significa dizer que há a enorme possibilidade de termos no subsolo marinho, além das 200 milhas, grandes riquezas, sem falar na imensa biodiversidade que o nosso mar comporta.

É também importante dizer que, ao aprovar esse crédito especial, o Congresso Nacional passa a ter maior responsabilidade com as Forças Armadas brasileiras, sobretudo com a Marinha, no sentido de garantir outros recursos para o reaparelhamento da Força, de forma a garantir a guarda de todo esse território e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento científico e tecnológico e inovação, para que possamos conhecer todos os recursos do leito e do subsolo marinhos.

Portanto, esse projeto é da maior importância.

Cumprimento a Marinha brasileira e o nobre Líder Deputado José Carlos Aleluia e peço a todos os Parlamentares apoio para a aprovação desse crédito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pode ter parecido impertinente o meu pedido, mas acho que o breve

relato do Deputado Rodrigo Rollemberg só valoriza o trabalho dos Congressistas, e tranqüiliza a sociedade brasileira ver que há Parlamentares, como o Deputado Rodrigo Rollemberg, que se especializam.

O Deputado Mendes Ribeiro Filho também está de parabéns, porque, na condição de Presidente da Comissão de Orçamento, tem procurado valorizar a especialização.

Voto a favor – e com tranqüilidade – do relatório do Deputado Rodrigo Rollemberg e parabenizo S.Ex^a pela breve exposição, pela visão patriótica e pela demonstração de conhecimento do assunto, que é importante para o futuro do País, para a questão ambiental, para a questão energética e para a questão estratégica do Brasil.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 47, DE 2008-CN

Mensagem Nº 122, DE 2008-CN

(nº 643/2008, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$167.400.000,00, para o fim que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008), em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$167.400.000,00 (cento e sessenta e sete milhões e quatrocentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52133 - SECRETARIA DA COMISSAO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR

ANEXO **CREDITO ESPECIAL**
PROGRAMA DE TRABALHO **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	F	O	R	P	M	O	U	I	F	T	E	VALOR
0474 RECURSOS DO MAR																167.400.000
PROJETOS																
05 571	0474 11R0	LEVANTAMENTO DOS LIMITES DA PLATAFORMA CONTINENTAL BRASILEIRA														167.400.000
05 571	0474 11R0 0001	LEVANTAMENTO DOS LIMITES DA PLATAFORMA CONTINENTAL BRASILEIRA - NACIONAL														167.400.000
		LEVANTAMENTO REALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	F	3	2	90	0	100								142.290.000
			F	4	2	90	0	100								25.110.000
TOTAL - FISCAL															167.400.000	
TOTAL - SEGURIDADE															0	
TOTAL - GERAL															167.400.000	

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem V.Exª a palavra.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que retomássemos a discussão e a votação do PLN nº 23, uma vez que houve entendimento com o Deputado José Carlos Aleluia. S.Exª não concorda com o projeto, mas vai permitir que votemos o PLN nº 23.

E quero agradecer ao Deputado José Carlos Aleluia o entendimento que teve a partir da exposição aqui apresentada. O nosso Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho, ajudou no esclarecimento, e o Relator, Deputado Eduardo Amorim, também.

O Deputado José Carlos Aleluia tem algumas divergências sobre o conteúdo, mas concorda com a votação da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Sem revisão do orador.) – Pouco antes do início da sessão, Sr. Presidente, sentei-me ao lado da Deputada Jusmari Oliveira, eleita Prefeita do Município de Barreiras, e S.Exª me dizia que vai ter problemas quando assumir o Município, porque lá ainda existem escolas – e são várias – multisseriadas.

Para quem está nos ouvindo e não sabe o que são escolas multisseriadas, esclareço que são aquelas em que os turnos são encurtados porque o número de alunos é maior do que a sua capacidade.

Então, um país que ainda possui escolas multisseriadas não deveria estar investindo 39 milhões de reais em festa, sobretudo em festas promovidas por organizações não governamentais. Organizações não governamentais têm de trabalhar com dinheiro privado, não com dinheiro público. Afinal, elas não são submetidas à fiscalização do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Vamos, porém, permitir que o projeto seja votado. O Democratas votará contra, em protesto, primeiro, pelo fato de destinar recursos públicos para festas; segundo, por permitir que a aplicação não se dê através dos Municípios. Os Municípios podem ter mazelas, Sr. Presidente, mas os Prefeitos são eleitos e têm, para fiscalizá-los, as Câmaras de Vereadores, que também podem ter mazelas, mas são Poder Legislativo como nós, e ainda têm a avaliação do Ministério Público, do Poder Judiciário e da sociedade, que julga os Prefeitos

a cada 4 anos. No entanto, as ONGs evaporam quando cometem irregularidades, desaparecem.

Portanto, votamos contra, mas permitimos que prossiga a votação, porque recebemos do Deputado Mendes Ribeiro Filho a informação de que essa prática de aplicação de dinheiro em festa através de ONGs vai ficar restrita, no Orçamento do próximo ano, às organizações que tratam de deficiência. No nosso entendimento, essa é uma aprovação de fim de festa, mas a festa deve ser feita com dinheiro privado e não mais com o dinheiro das escolas, dos hospitais e da sociedade brasileira.

Nós votamos contra, mas não vamos pedir verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 5: (continuação)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 23, de 2008-CN, que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Turismo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$24.019.237,00 (vinte e quatro milhões, dezenove mil, duzentos e trinta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências”.

Encerrada a discussão.

Em votação, na Câmara, do substitutivo, que tem preferência regimental, nos termos do parecer.

As Srªs. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero encaminhar o voto contrário do PSDB, pelos argumentos já bem expostos aqui pelo Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, contra o voto do Senador Flexa Ribeiro, que representa a bancada do PSDB no Senado Federal.

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto. A matéria vai à sanção.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 23 , DE 2008-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Turismo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 39.019.237,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei no 11.647, de 24 de março de 2008), em favor do Ministério do Turismo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 39.019.237,00 (trinta e nove milhões, dezenove mil, duzentos e trinta e sete reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º ocorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 54000 Ministério do Turismo
 UNIDADE: 54101 Ministério do Turismo

ANEXO I		CRÉDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNCIÓNAL PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	C	R	M	O	D	VALOR
1166	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão							19.019.237
	OPERAÇÕES ESPECIAIS							
23495	1166 4038 Campanha para Promoção do Turismo no Mercado Nacional							680.000
23495	1166 4038 0001 Campanha para Promoção do Turismo no Mercado Nacional - Nacional	F	3	2	90	0	100	680.000
23495	1166 4052 Fomento à Produção Local e Distribuição de Produtos para Uso dos Empreendimentos Turísticos							339.237
23495	1166 4052 0001 Fomento à Produção Local e Distribuição de Produtos para Uso dos Empreendimentos Turísticos - Nacional	F	3	2	90	0	100	339.237
23128	1166 4590 Qualificação de Profissionais Associados no Segmento de Turismo							3.000.000
23128	1166 4590 0001 Qualificação de Profissionais Associados no Segmento de Turismo - Nacional	F	3	2	90	0	100	3.000.000
23495	1166 4620 Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno							15.000.000
1495	1166 4620 0001 Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno - Nacional	F	3	2	58	0	100	15.000.000
	TOTAL - GERAL							19.019.237
	TOTAL - FISCAL							19.019.237

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a V.Ex^a que coloque em pauta o Projeto de Resolução nº 5, de autoria do Senador César Borges. Esse projeto permite que a Comissão de Ciência e Tecnologia seja inserida no Orçamento da União, a fim de que o seu Presidente, o Senador Wellington Salgado, tenha a oportunidade de proceder às emendas de Comissão que não puderam ser feitas no ano passado. A Comissão é nova, tem apenas 2 anos. E, no ano passado, não pôde apresentar emendas de Comissão como fizeram as outras.

Pergunto, então, a V.Ex^a se podemos incluir esse projeto na pauta. Conversei com o Deputado Gilmar Machado, e, há 40 minutos, ora ouço que vai incluir, ora que não vai.

Vou pedir verificação de **quorum** se o projeto não for incluído na pauta, Sr. Presidente.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem V.Ex^a a palavra.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como dissemos no início, queremos honrar a palavra da Liderança do Governo. A Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado tem o compromisso de apresentar suas emendas até o dia 14.

Justifico ainda a ausência do Deputado Narcio Rodrigues. S.Ex^a está em viagem oficial ao exterior, representando a Câmara, em virtude de projeto que será apresentado ao UNICEF. Portanto, não é que S.Ex^a não tenha querido vir. O Parlamentar está a serviço da Câmara dos Deputados para apresentar um projeto sobre águas. S.Ex^a tem um projeto de resolução, e entendemos que deve concluir o seu trabalho, até porque o relatório está basicamente pronto com relação a vários itens da Resolução nº 1.

Para não desprezarmos o trabalho que o Deputado Narcio Rodrigues vem realizando com brilhantismo, e também porque precisamos atender ao Senador Wellington Salgado de Oliveira, ou melhor, à Comissão que S.Ex^a preside no momento, nossa proposta, Sr. Presidente, seria incluir o Projeto de Resolução nº 5, apresentado pelos Senadores César Borges e Sérgio Zambiasi, e, em vez de acolhê-lo, fazer um substitutivo.

A nossa sugestão, portanto, é no sentido de que façamos um substitutivo ao Projeto de Resolução nº 5, incluindo a Comissão de Ciência e Tecnologia, que

foi criada depois da Resolução nº 1. Dessa forma, ela passaria a ter direito a apresentar emendas.

Quando o Deputado Narcio Rodrigues voltar, haverá tempo, então, de fazermos o outro estudo e regularizar os demais problemas que temos. Com isso, não prejudicamos o trabalho do Deputado Narcio Rodrigues e, ao mesmo tempo, podemos atender à justa reivindicação que o Senador faz neste momento.

É o entendimento que gostaria de sugerir aos Líderes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB no Senado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Sr^{as}. e Srs. Deputados, quero fazer coro à reivindicação do Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Wellington Salgado de Oliveira, do Senador Flexa Ribeiro e de tantos outros que se pronunciaram, de permitir que esta Comissão possa também oferecer emendas ao Orçamento.

A Comissão abrange 2 Ministérios, o Ministério das Comunicações e o Ministério da Ciência e Tecnologia. Embora nova, a CCT não é menos importante do que as demais Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Então, quero fazer esse apelo às Sr^{as}. e aos Srs. Deputados e às Sr^{as}. e aos Srs. Senadores, para que possamos incluir essa Comissão, que é nova, mas muito importante para o desenvolvimento da ciência e da comunicação em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradecerei aos Líderes se pudermos chegar à conclusão para a qual o Deputado Gilmar Machado está tentando conduzir. Não é possível que uma Comissão tão importante quanto essa, em que passam questões fundamentais, não seja incluída no rol daquelas que podem oferecer emendas ao Orçamento.

O Senador Flexa Ribeiro também é membro da Comissão, que, criada há 2 anos, vem cumprindo a sua função.

No ano passado, não conseguimos apresentar emendas ao Orçamento. Claro que, como era o primeiro ano, com o trabalho que tínhamos, nós nos sujeitamos a esperar por este novo ano. Agora, não podemos permitir que se repita o que aconteceu no ano passado. Trata-se de algo simples e apertadário.

É uma Comissão do Senado Federal, e dela fazem parte membros dos vários partidos com assento na Casa. Então, Sr. Presidente, peço a V.Exª que, juntamente com o nobre Deputado Gilmar Machado, encontre uma solução para resolver esse problema de vez. Não agüentamos mais esperar. Não há nem como cadastrar nossas emendas, porque, corretamente, não se pode cadastrar o que não existe.

Deputado Gilmar Machado, que essa solução seja encontrada por V.Exª, porque os Líderes estão de acordo no sentido de resolver a questão – e vamos ver se conseguimos, Sr. Presidente. Será ótimo para o Senado Federal.

Estou deixando a Comissão no dia 31 de dezembro e gostaria que, antes disso, o impasse estivesse resolvido de vez.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa requerimentos de urgência, que

serão lidos pelo Sr. Primeiro Secretário, Deputado Osmar Serraglio.

São lidos os seguintes:

Requerimento nº 116, de 2008-CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para a apreciação do Projeto de Resolução nº 5, de 2007-CN, que “Altera a redação do § 2º do art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, bem como o seu anexo, que “dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo”, e dá outras providências”, na presente Sessão.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 2008 – Senadora **Roseana Sarney**, Líder.

SF
21
20
12
53

CD
40
105
80
57
282

Roseana Sarney
Senadora **Roseana Sarney**
Líder

Mauro de Gusmão
Líder **Mauro de Gusmão** PP/CD 40

Henrique Eduardo Alves
Líder **Henrique Eduardo Alves** PMDB/CD 105

Márcio Rands
Líder **Márcio Rands** PT/CD 80

Roberto José
Líder **Roberto José** PDB/CD 57

Alceu Virgílio
Líder **Alceu Virgílio** PSDB/DF 12

Valdir Ramalho
Líder **Valdir Ramalho** PMDB/DF 20

Valdir Ramalho
Líder **Valdir Ramalho** PMDB/DF 20

Henrique Eduardo Alves
Líder **Henrique Eduardo Alves** PMDB/CD 105

Mauro de Gusmão
Líder **Mauro de Gusmão** PP/CD 40

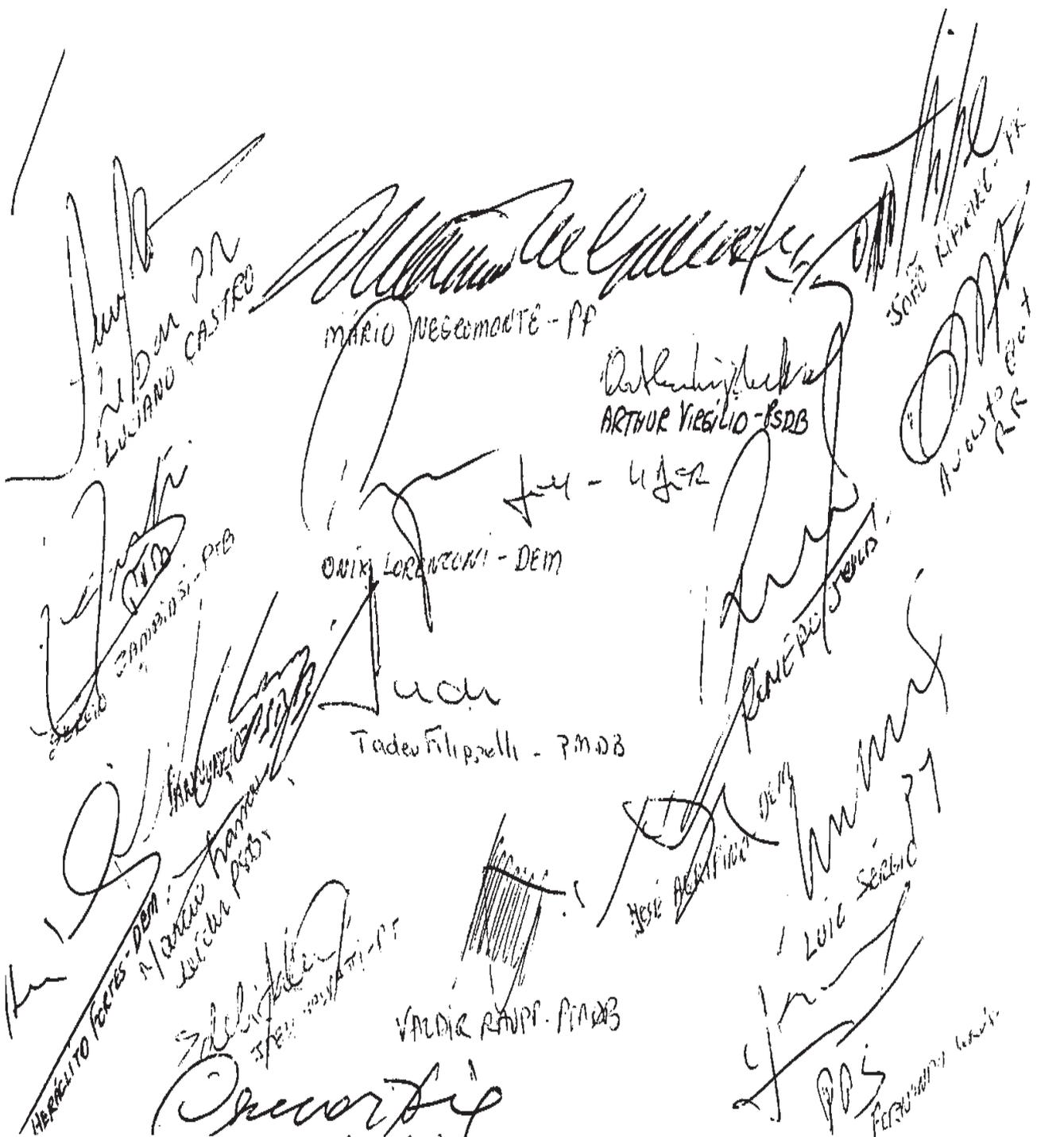
Requerimento nº 117, de 2008-CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

Nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subsidiando o Regimento Comum, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, urgência para apreciação de Projeto de Re-

solução nº 5, de 2007-CN, que “Altera a redação do § 2º do art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, bem como o seu anexo, que “dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo”, e dá outras providências”, na presente Sessão.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 2008.



 LUCIANO CASTRO - PR

 MÁRIO NESECOMETE - PP

 ARTHUR VIRGILIO - PSDB

 OWIKI LORANZOWSKI - DEM

 Tadeu Filipzelli - PMDB

 VALDIR RAUPP - PMDB

 LUIZ SERGIO - PT

 HERCULITO TORRES - DEM

 SORIANO ALBUQUERQUE - PP

 RENE POZZO - DEM

 PEREIRA - PMDB

 LUIZ SERGIO - PT

 PEREIRA - PMDB

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Seguem-se as assinaturas da Senadora Roseana Sarney, como Líder, e outros Líderes dos diversos partidos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado Gilmar Machado, para encaminhar a votação dos requerimentos.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a um prazo de 5 minutos para termos em mão o texto do substitutivo que o Deputado Osmar Serraglio acabou de ler e chegarmos a entendimento.

Enfim, Presidente, peço a V.Ex^a que suspenda a sessão por 5 minutos para chegarmos a esse entendimento. Em seguida, retornaremos à votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, Presidente da Comissão de Orçamento.

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO (Bloco/PMDB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de poder me manifestar enquanto o Deputado Gilmar Machado trabalha mais um pouco, porque é fundamental passar para a sociedade e para os Plenários do Senado Federal e da Câmara dos Deputados – os Senadores têm testemunhado isso –, o sucesso que tem sido a implantação do Orçamento Participativo na União.

Amanhã este Presidente e o Senador Delcídio Amaral estarão em Porto Velho dando continuidade a esse trabalho; depois, vamos a Salvador, ao Rio de Janeiro, a Palmas e assim sucessivamente, tornando realidade, de maneira cada vez mais clara, a democracia participativa no processo orçamentário.

E quero destacar que hoje a Comissão de Orçamento votou o relatório preliminar do Senador Delcídio Amaral e que a Comissão portou-se de forma extremamente responsável. O Relator agiu de forma brilhante, conduzindo o processo com toda a seriedade que exige a sociedade.

Portanto, cumprimento o Senador Delcídio Amaral e os membros da Comissão de Orçamento pelo trabalho desenvolvido e pela ação que todos os dias está encaminhando no sentido de que o calendário do Orçamento seja sistematicamente cumprido.

Não existe uma data não respeitada, não existe um prazo desconhecido. Existe, sim, a exigência de cumprirmos aquilo que a sociedade quer: a máxima transparência possível e a impositividade na ação do Poder Público no cumprimento do Orçamento.

Se ainda temos uma peça de ficção, se hoje temos 1 trilhão e 670 bilhões e não sabemos explicar o que aconteceu quando o dinheiro não chega a seu destino para permitir, por exemplo, que o cano leve a água de

que necessita o Município, estamos avançando cada vez mais para que as coisas possam acontecer.

Para tanto, o processo do Orçamento Participativo é básico, assim como a questão encaminhada pelo nosso Relator, que, repito, tem trabalhado de forma brilhante.

Sr. Presidente, meus agradecimentos a V.Ex^a pela forma como conduz os trabalhos, com a celeridade que queremos emprestar à Comissão, no que diz respeito à votação dos créditos. Todos os créditos estão sendo apreciados pela Comissão.

Como o Brasil pode presenciar, os Senadores podem verificar e os Deputados podem acompanhar, os acordos estão acontecendo na Comissão do Orçamento, e a matéria chega ao plenário perfeitamente discutida e esclarecida.

Não poderia, então, deixar de registrar os meus cumprimentos à Comissão, a cada um de seus membros, porque o mérito é exatamente daquele Deputado, daquele Senador que lá trabalha e participa, para o bem do nosso Brasil.

Muito obrigado pela deferência de me conduzir neste momento a este microfone, com tanta honra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Congratulo-me com o Deputado Mendes Ribeiro Filho e com o Relator da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Delcídio Amaral, pelo trabalho que está sendo realizado e, sobretudo, pelo caráter participativo que está sendo dado pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, quero, primeiramente, fazer coro às palavras do Deputado Mendes Ribeiro Filho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e ao trabalho que a Comissão tem realizado, discutindo os créditos e cumprindo o papel do Congresso Nacional no que diz respeito à fiscalização, ao monitoramento e ao acompanhamento das obras que o Governo Federal executa. E ressalto a preocupação do Deputado Mendes Ribeiro Filho com os cronogramas, com o cumprimento de todas as metas estabelecidas.

A idéia do Orçamento Participativo, com a realização de audiências públicas nos Estados, realmente tem trazido extraordinário resultado para a Comissão de Orçamento.

Hoje, aprovamos o relatório preliminar, com as diretrizes básicas para elaboração dos relatórios setoriais e do relatório final.

Entramos agora numa nova fase em que começamos a contar tempo para apresentação de emendas.

Sr. Presidente, não tenho dúvida de que a Comissão de Orçamento está fazendo o melhor possível para transformar o Orçamento não numa peça de ficção, mas no principal projeto a ser discutido por este Congresso Nacional, resgatando, acima de tudo, o papel dos Parlamentares – Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores – na discussão e no cumprimento da peça orçamentária.

Portanto, não poderia deixar de fazer esse registro, assim como o de que estamos trabalhando para manter a pauta absolutamente em dia – e, na próxima semana, conversaremos com os Relatores Setoriais porque temos um prazo exíguo. Os relatórios setoriais deverão ficar prontos até o dia 27 deste mês, para que os discutamos e aprovemos no plenário da Comissão de Orçamento e, ao se consolidarem no relatório final, sendo este aprovado, tenhamos as condições necessárias de votá-lo no Congresso Nacional.

Se Deus quiser, sem necessidade de adentrarmos a noite – esperamos e estamos trabalhando por isso -, vamos garantir uma peça orçamentária realista para 2009, como o próprio relatório preliminar prevê. E posso afirmar, em razão da reunião que tivemos com o Ministro Paulo Bernardo e com a equipe técnica que revisa os principais parâmetros do Orçamento, que teremos uma proposta que vem ao encontro de todo o trabalho que o Senado, a Câmara, a Assessoria e a Consultoria de ambas as Casas realizaram para a definição do relatório preliminar.

Por isso, Sr. Presidente, faço este registro, ao tempo em que agradeço e elogio a postura de todos os Parlamentares da Comissão, bem como a de V.Ex^a na condução dos trabalhos do Congresso Nacional e na votação desses créditos que os Ministérios estavam aguardando e que terão impacto direto na liberação de emendas dos Parlamentares.

Aproveito ainda o ensejo para cumprimentar o Primeiro Secretário, o Deputado Osmar Serraglio, a quem admiro e quero bem. S.Ex^a é um grande amigo e companheiro que conquistei no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação os requerimentos na Câmara dos Deputados. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para votar os requerimentos, é preciso ler o substitutivo, e os Deputados estão acabando de redigi-lo.

Queremos registrar nossa posição: estamos concordando apenas em que se coloque claramente, diferentemente da proposta original, que a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado – sem o acréscimo de mais nenhuma – terá condições de apresentar 3 emendas nas áreas temáticas estabelecidas. Este é o texto.

Solicito a V.Ex^a mais alguns minutos para que o texto fique pronto e também que não aprovemos a urgência antes. Aprovado o texto, com a eficiência de V.Ex^a, em poucos minutos, votamos a urgência e o texto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Enquanto aguardamos consenso em torno da votação desse Projeto de Resolução, quero assinalar o quanto me gratificou a realização hoje da sessão do Congresso Nacional que marcou o aniversário de 20 anos da Constituição Federal.

Essa sessão contou com a presença do Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes.

Portanto, quero dizer da minha satisfação por essa sessão ter deixado em todos nós a convicção de que temos novas tarefas a cumprir, inspirados na Constituição de 1988.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho; Sr. Secretário, Deputado Osmar Serraglio; Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ainda há pouco, o nobre Deputado Mendes Ribeiro Filho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, fez um relato da atuação da Comissão quanto ao Orçamento Participativo.

O nobre Deputado citou vários Estados em que parte da Comissão vai ouvir reivindicações para incluir no Orçamento as obras mais reclamadas. No entanto, eu não ouvi o Pará ser citado entre esses Estados a serem visitados pela Comissão.

Perguntei, então, ao nobre Relator, Senador Delcídio Amaral, quando seria a visita ao Pará, pois faço questão de dela participar, para colaborar com a Governadora Ana Júlia, que é do partido do Presidente, no sentido de conseguir mais recursos para o desenvolvimento do Estado, que está parado há 1 ano e 8 meses. O Senador Delcídio Amaral me disse que não recebeu nenhuma solicitação da Governadora.

Parece que a Governadora foi à China, numa viagem de investimentos. Espero que S.Ex^a traga algum investimento para o Pará. É preciso que a Governadora marque a visita da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para discutirmos o Orçamento Participativo. Parece-me, pelo que ouvi,

que a Governadora teria dito que não haveria necessidade da Comissão ir ao Pará. Discordo.

Eu quero dizer ao Presidente, Deputado Mendes Ribeiro Filho, e ao Relator, Senador Delcídio Amaral, que há, sim, necessidade de a Comissão ir ao Pará. Ela será bem recebida, e discutiremos os investimentos que deverão ser incluídos no Orçamento Participativo na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi, quero apenas dizer que estamos à disposição do Pará. Eu mesmo morei muitos anos naquele Estado, com o qual tenho uma relação de carinho, de afeto e de respeito.

Sei que o Estado precisa de investimentos e, portanto, quero me colocar totalmente à disposição do Senador Flexa Ribeiro, que está manifestando aqui publicamente, na condição de liderança que é, o interesse de a Comissão fazer uma audiência em Belém, o que é muito justo pela pujança do Pará.

Não tenho dúvidas de que esse Estado precisa de investimentos e acho que essa iniciativa do Senador Flexa de solicitar que a Comissão do Orçamento vá ao Estado do Pará discutir aquilo que é importante, aquilo que a população do Pará espera do Congresso Nacional, especificamente da Comissão de Orçamento é de extrema relevância – e acredito que falo também em nome do Deputado Mendes Ribeiro Filho

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero também dizer da minha satisfação pelo fato de a nação americana ter um novo Presidente, Barack Obama, que, acredito, representa uma nova era, um novo tempo para os Estados Unidos.

Barack Obama foi eleito de forma consagrada, e hoje há um sentimento de mudança não apenas entre os americanos, mas em todo o mundo. O mundo todo espera sua contribuição e um alargamento nas relações daquele grande país com as demais nações.

Quero, portanto, assinalar que o novo Presidente americano, que terá imenso desafio pela frente, certamente vai contribuir para que o mundo, ora imerso nessa crise financeira, possa dela sair sob a liderança de homens como S.Ex^a. Que tenhamos nele um verdadeiro estadista, alguém que possa proporcionar, não apenas aos americanos, mas ao mundo inteiro, um novo horizonte, tanto no campo político como no econômico e no social.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Consulto os Líderes sobre se já chegaram a consenso a respeito da votação do projeto de resolução.

Pergunto ao Deputado Gilmar Machado se já temos a fumaça branca ou não.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Já temos, Sr. Presidente. Estamos apenas terminando tecnicamente o texto acordado. Agora, só faltam as formalidades, para que o Relator possa examinar e, aí, então, poder emitir o seu parecer.

Em 5 minutos tudo estará pronto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aliás, falando sobre o Presidente dos Estados Unidos recém-eleito e fumaça branca, podemos brincar dizendo que agora a fumaça que desperta uma nova esperança no mundo inteiro é negra. E o fato de os Estados Unidos elegerem um Presidente negro – o primeiro de sua história – acena a possibilidade de um tempo de paz e prosperidade não apenas para aquele País, mas, com a sua colaboração, no mundo inteiro.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Perfeitamente, Sr. Presidente. Inclusive, o Deputado José Carlos Aleluia, inspirado nesse sentimento de “obamania”, hoje está nos permitindo buscar esse grande entendimento e fazer essa integração.

Vamos achar uma boa saída para que possamos resolver esse problema importante da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero saudar V.Ex^a pelas declarações. Não há dúvida de que a eleição do novo Presidente dos Estados Unidos representa um marco na história da democracia moderna.

Na primeira vez em que estive nos Estados Unidos, na década de 70, pude ver o racismo, vi pessoas que se julgavam superiores a outras. Portanto, a eleição do Presidente Barack Obama, um afrodescendente imigrante de primeira geração, é uma demonstração de que, naquele país, tudo é possível pelo bem da democracia.

Acredito que a nossa democracia também tem dado seus exemplos. Sabe V.Ex^a que faço oposição ao Governo do Presidente Lula, mas reconheço que a própria eleição do Presidente Lula é uma consolidação da nossa democracia. Embora S.Ex^a não seja afrodescendente, é um homem que nasceu no Nordeste, no interior de Pernambuco, um homem que não teve as oportunidades que teve Barack Obama, como a de frequentar a universidade.

Portanto, a eleição do Presidente Lula deu uma demonstração de mobilidade social, de possibilidade de que qualquer brasileiro exerça qualquer cargo neste País. E a eleição de Barack Obama acaba ou, pelo menos, sinaliza o fim do racismo, porque ele foi eleito também pelos eurodescendentes, e não apenas pelos descendentes de latinos, asiáticos e africanos. Ele foi

eleito pela maioria, que entendeu que era o momento de selar o fim do racismo. Observe que as emendas, os movimentos surgidos em prol do fim do racismo nos Estados Unidos são recentes, são da minha e da geração de V.Ex^a.

Martin Luther King, assassinado devido à intolerância, onde estiver, agora está dizendo de novo: “*I have a dream*” – “Eu tenho um sonho”. E o sonho de Martin Luther King é o nosso sonho, é o sonho da democracia moderna, que foi realmente vista esta noite. Aliás, não é à noite que se sonha? E o mundo sonhou, nesta noite, um sonho novo: ver um afrodescendente presidindo os Estados Unidos. O importante, Sr. Presidente, é que isso é consequência de uma política bem articulada de oportunidades.

Conversando, há uns 4 ou 5 anos, com um diretor de uma escola privada de primeira linha, uma *high school* dos Estados Unidos, disse-me ele: “*Olha, um jovem que estuda nesta escola, que está entre as 10 melhores escolas americanas, até o ano passado, tinha acesso garantido às melhores universidades americanas. Hoje, as universidades americanas não procuram os alunos das melhores escolas, mas os melhores alunos, os melhores talentos, os melhores hardwares, os melhores drivers, como se diz, as pessoas com as melhores capacidades*”.

A ascensão de Barack Obama é também um elogio às políticas, não à simples política de cotas – e, em seu livro, Barack Obama faz uma crítica à política de cotas, dizendo: “*Eu, como um advogado, formado em uma universidade de primeira linha, casado com uma advogada negra como eu e graduada numa universidade de primeira linha, sentir-me-ei constrangido se meu filho preterir o filho de um carpinteiro branco*”.

Portanto, mais importante que uma simples política de cotas é uma política de inclusão, o que temos de buscar, e da qual Barack Obama é uma consequência. Graças à política de inclusão, ele foi capaz de chegar ao Senado americano e à Presidência dos Estados Unidos e dizer: “*Eu estou preparado para ser preparado para ser Presidente dos Estados Unidos*”.

Sr. Presidente, quero saudar V.Ex^a pela lembrança neste ato, que agora se encerra com a chegada do Líder do Governo. Vou encerrar para que V.Ex^a possa dar seguimento à reunião.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V.Ex^a e o cumprimento pelas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos, afinal, ter a conclusão dos nossos trabalhos.

Consulto os Líderes sobre se podemos votar o requerimento de urgência.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Sem revisão do orador.) – Concordamos com a votação do requerimento de urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação os requerimentos na Câmara.

As Sr^{as}. e os Srs. Deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que os aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado de Oliveira. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item Extrapauta:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5, de 2007-CN, que “altera o § 2º do art. 26 da Resolução nº 1, de 2006, bem como seu anexo que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo, e dá outras providências”.

O Parecer nº 50, de 2008-CN, do Congresso Nacional, da Mesa do Senado Federal, conclui pela aprovação do projeto, dependendo de parecer da Mesa da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Osmar Serraglio, para proferir o parecer pela Mesa da Câmara dos Deputados.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (Bloco/PMDB – PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de substitutivo ao Projeto de Resolução nº 5, de 2007, do Congresso Nacional, de seguinte teor:

PARECER Nº 67, DE 2008-CN

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º. Acresça-se o § 3º ao art. 26 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, com a seguinte redação:

Art. 26.

§ 3º A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, criada após a entrada em vigência da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, terá direito a 3 emendas de apropriação e 3 emendas de remanejamento.

I – A área temática da referida Comissão será: infra-estrutura, educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte, justiça e defesa, saúde e agricultura.

II – As subáreas temáticas serão: Ministério das Comunicações, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Defesa, Ministério da Educação, Ministério da Saúde e Ministério da Agricultura.

Art. 2º. Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, profiro imediatamente o parecer: na verdade, o objetivo deste substitutivo é o de inserir no sistema orçamentário a possibilidade de a denominada Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, criada após a vigência da Resolução nº 1, de 2006, também apresentar emendas ao projeto de lei orçamentária.

Evidentemente, o substitutivo visa adequar essa nova Comissão, dando-lhe a competência devida, a fim de que, também na área financeira, ela tenha condição de se equiparar às demais Comissões que fruem da possibilidade de apresentar emendas de apropriação e de remanejamento.

O parecer, por isso, é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O parecer conclui favoravelmente ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, emenda que será lida pelo Sr. Primeiro Secretário, Deputado Osmar Serraglio.

É lida a seguinte:

EMENDA AO PRN 5/2007

Altera a Resolução nº 1/2006-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo.

Inclua-se no Art. 7º:

§ 3º As vagas preenchidas pela CMO de acordo com o § 2º, para a instalação da Comissão na sessão legislativa de 2008 e nas subseqüentes, não confirmadas por Liderança ou Bloco Parlamentar, nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à publicação da instalação da CMO, não implicam a aplicação do § 1º para a instalação da CMO na sessão legislativa subseqüente.

Justificação

Pretende esta emenda incluir um dispositivo para tratar das indicações de ofício pela CMO, com o pro-

pósito de constituição e instalação da CMO no início de cada sessão legislativa.

O § 1º do art. 7º da Resolução nº 1/2006-CN veda a designação, para membros titulares ou suplentes, de parlamentares membros titulares ou suplentes que integraram a Comissão anterior, mesmo que tenham participado da Comissão apenas para a sua constituição e instalação.

Para a instalação da Comissão a secretaria da CMO, de acordo com o § 2º do art. 7º, da Resolução nº 1/2006-CN, em razão do esgotamento do prazo de indicação, tem a obrigação de indicar de ofício os parlamentares mais idosos, dentre os de maior número de legislaturas, para as vagas não preenchidas por Partido ou Bloco Parlamentar.

Essas indicações da CMO normalmente não correspondem com as necessidades de Partido ou Bloco Parlamentar. Em 2008, por exemplo, foram indicados pela CMO como membros e logo em seguida substituídos de acordo com as indicações de Partido ou Bloco Parlamentar, os Deputados Henrique Eduardo Alves, Inocêncio Oliveira, Paes Landim, Michel Temer, Arnaldo Faria de Sá, Nelson Markezelli, dentre outros.

Assim sendo, pretende esta emenda que a Resolução nº 1/2006-CN contemple a possibilidade de que, não se confirmando por Liderança Partidária ou Bloco Parlamentar, as indicações feitas de ofício pela CMO, nos 5 (cinco) dias úteis subseqüentes à publicação da instalação da Comissão, esses parlamentares possam integrar a CMO na sessão legislativa subseqüente.

Sala das Sessões, 5 de novembro 2008. – Deputado **Nelson Markezelli**, Vice-Líder.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não concordamos com essa emenda e somos pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado Osmar Serraglio, para oferecer parecer à emenda.

PARECER Nº 68, DE 2008-CN

O SR. OSMAR SERRAGLIO (Bloco/PMDB – PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a emenda pretende incluir dispositivo para tratar das indicações de ofício da Comissão Mista de Orçamento, com o propósito de constituição e instalação da mesma, no início de cada Sessão Legislativa.

Assim sendo, o que ela contempla é a possibilidade de que, não se confirmando por liderança partidária ou bloco parlamentar as indicações feitas de ofício pela Comissão, nos 5 dias úteis subseqüentes à publicação da instalação da Comissão, esses Par-

lamentares possam integrar a Comissão na sessão legislativa subsequente.

Sr. Presidente, o parecer é pela rejeição da referida emenda.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para oferecer parecer pela Mesa do Senado.

PARECER Nº 69, DE 2008-CN

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, o parecer do Senado também é pela rejeição, ou seja, acompanha o parecer do Deputado Osmar Serraglio.

Somos pela rejeição da emenda do Deputado Nelson Marquezelli.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os pareceres são contrários à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o projeto, a emenda e o substitutivo. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. Primeiro Secretário, Deputado Osmar Serraglio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 118, DE 2008-CN

Preferência para Substitutivo a fim de ser apreciado antes do Projeto.

Nos termos do art. 311, inciso IV do Regimento Interno, requero preferência para votação do Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 5, de 2007.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 2008. – Senador **Gilmar Machado**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação na Câmara dos Deputados, o requerimento de preferência.

Os Srs. Deputados e as Sr^{as}. Deputadas que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as}. Senadoras que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

Votação do substitutivo, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sr^{as}. Deputadas que aprovam o substitutivo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as}. Senadoras que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

Aprovado o substitutivo, ficam prejudicados o projeto e a emenda a ele apresentada.

A matéria vai às Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para a redação final.

Sobre a mesa, parecer das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, oferecendo a redação final da matéria.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 70, DE 2008-CN

Redação final do Projeto de Resolução nº 5, de 2007 – CN.

As Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 5, de 2007, do Congresso Nacional, que “altera o § 2º do art. 236 da Resolução nº 1, de 2006-CN, que “dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, bem como a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo, e dá outras providências”, consolidando o substitutivo aprovado pelo Plenário.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 2008.

MESA DO SENADO FEDERAL

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANEXO AO PARECER N° 70, DE 2008

Redação final do Projeto de Resolução n° 5, de 2007 – CN.

RESOLUÇÃO N° , DE 2008-CN

Acrescenta § 3° ao art. 26 da Resolução n° 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1° do art. 166 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1° O art. 26 da Resolução n° 1, de 2006-CN, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3°:

“Art. 26.

§ 3° A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, criada após a entrada em vigência desta Resolução, terá direito a 3 (três) emendas de apropriação e a 3 (três) emendas de remanejamento:

I – a área temática de referida Comissão será:

- a) Infra-Estrutura;
- b) Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte;
- c) Justiça e Defesa;
- d) Saúde;
- e) Agricultura;

II – as subáreas temáticas serão:

- a) Ministério das Comunicações;
 - b) Ministério da Ciência e Tecnologia;
 - c) Ministério da Defesa;
 - d) Ministério da Educação;
 - e) Ministério da Saúde;
- O Ministério da Agricultura.” (NR)

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação a redação final, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sr^{as}. Deputadas que aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as}. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovada.

Aprovada a redação final, o projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA. Sem revisão do orador.) – Não vai à promulgação, mas à publicação, Sr. Presidente. V.Ex^a é a autoridade máxima nessa questão. O Presidente da República não tem...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A matéria, Deputado José Carlos Aleluia, parece-me, vai à promulgação.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM – BA) – À promulgação de V.Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Wellington Salgado, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer a V.Ex^a, porque, a partir deste momento, a Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia, criada nesta Casa num momento de acordos e também de crescimento, atinge agora a sua plenitude.

E digo Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, porque a Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia era uma Subcomissão da Comissão de Educação. Com todo o desenvolvimento da tecnologia, da informática e da comunicação, aquela subcomissão acabou crescendo e agora vira uma Comissão.

Quero agradecer igualmente ao Deputado Gilmar Machado que não mediu esforços para que pudéssemos chegar à solução; ao Deputado José Carlos Aleluia, que, com a sua genialidade, ajudou a buscar soluções, e ao Secretário Osmar Serraglio. Este é um momento muito feliz para a nossa Comissão.

Acredito que atingimos tudo com esta Comissão. Com certeza, um dia os Deputados também chegarão ao Senado e participarão de Comissões aqui. Todos os Deputados têm um caminho bonito pela frente.

Mais uma vez, agradeço a V.Ex^a, Sr. Presidente – não vou mais insistir -, porque V.Ex^a só me tem dado alegria presidindo esta Casa. Então, o feito de hoje é mais um que vai para a coleção de V.Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V.Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para agradecer – e o faço também em nome da Senadora Roseana Sarney, que me deixou na coordenação dos trabalhos com tudo já negociado, o que facilitou o trabalho – a V.Ex^a e, ao mesmo tempo, pedir-lhe desculpas pelos transtornos provocados pela não-marcação, ou suspensões de reuniões anteriores. Tenho certeza,

não foram provocadas por V.Ex^a, mas devido a alguns desentendimentos.

Quero agradecer a V.Ex^a sobretudo a paciência e a tranqüilidade na condução desse processo que nos deu, nesta noite, a oportunidade de aprovar 20 projetos relativos a crédito. Esperamos votar os demais na Comissão de Orçamento, para continuarmos cumprindo todos os prazos e, se Deus quiser, no final do ano, dotar o País, neste momento de crise e dificuldade, de boa peça orçamentária; do contrário, teremos o agravamento da situação. E, tenho certeza, todos vêm empreendendo grande esforço nesse sentido.

Agradeço também aos partidos de Oposição, que ajudaram muito na negociação para que chegássemos a essa conclusão. Do mesmo modo, quero agradecer ao Senador Wellington Salgado de Oliveira a paciência que teve de aguardar este momento, a fim de que pudéssemos concluir os trabalhos. E, mais uma vez, em nome da Senadora Roseana Sarney, agradecer a todos os Líderes o apoio. Que continuemos esse trabalho, com muito diálogo.

De maneira especial, agradeço ao Deputado Osmar Serraglio a grande ajuda que nos deu hoje. Sei que não é fácil fazer um relatório da forma como fez S.Ex^a. Ao entender o acordo de Líderes que estava sendo

produzido, o nobre Deputado nos deu essa ajuda para que pudéssemos concluir os trabalhos.

Mais uma vez, peço desculpas a V.Ex^a pelos transtornos anteriores e espero que possamos continuar trabalhando e não lhe criando tantos problemas, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Absolutamente, Deputado Gilmar Machado. Fernando Pessoa já dizia que *“tudo vale a pena se a alma não é pequena”*.

Quero agradecer ao Primeiro Secretário, Deputado Osmar Serraglio, a V.Ex^a, Deputado Gilmar Machado, e ao Deputado José Carlos Aleluia, que, inclusive, deu-me uma aula à parte a respeito da vida política norte-americana.

Agradeço também à Dra. Cláudia Lyra, ao Senador Flexa Ribeiro e a todos os que se envolveram para que tivéssemos essa votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão do Congresso Nacional.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 18 minutos.)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO
18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
 Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
 Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIER SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ⁸ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTE
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 13.11.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/l/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado por 123 (cento e vinte e três) dias, a partir de 10.09.2008.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	LÍDER DA MAIORIA VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA MÁRIO COUTO PSDB-PA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDES GADELHA PSB-PB	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PR-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 160 PÁGINAS